

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALINE SOUZA DE SANTANA

**PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA BARRA DOS COQUEIROS:
PROPOSTA DE UM CENTRO DE CULTURA**

Laranjeiras – SE

2025

Aline Souza de Santana

**PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA BARRA DOS COQUEIROS:
PROPOSTA DE UM CENTRO DE CULTURA**

Trabalho de Conclusão do curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Sergipe

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Souza
Martins Farias

Laranjeiras – SE

ALINE SOUZA DE SANTANA

**PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA BARRA DOS COQUEIROS:
PROPOSTA DE UM CENTRO DE CULTURA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a
Universidade Federal de Sergipe, como parte
das exigências para a obtenção do título de
graduada em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em Laranjeiras, 10 de setembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias
Orientadora

Profa. Ma. Rosany Albuquerque Matos
Docente Convidada

Arq. Marcela Macedo
Profissional Convidada

AGRADECIMENTOS

Este TCC simboliza não apenas a conclusão de uma fase acadêmica, mas também a soma de experiências, aprendizados, esforço e colaboração recebidos ao longo da jornada.

Agradeço primeiramente à Deus por me iluminar e acompanhar sempre. Agradeço imensamente à minha família que foi minha base durante toda a minha vida acadêmica e sempre me incentivou a dar o meu máximo em cada momento. Em especial gostaria de reconhecer meus pais por serem meu exemplo e participantes ativos desse processo. Agradeço também ao meu namorado, Emmanuel, que durante o final da graduação foi uma figura importante me encorajando e dando suporte quando precisava. Espero poder compartilhar contigo muitas outras conquistas.

Sou muito grata aos meus colegas de graduação por terem partilhado essas experiências ao meu lado e por todo o suporte que fornecemos uns aos outros. Anna, Izadora, Thamires, Clara, João, Elber, Vitória, Mayara e Leandra, guardarei com carinho em minha memória nossos momentos de descontração, de trabalho e de vivência no campus. Também gostaria de agradecer aos parceiros do Movimento Empresa Junior que me fizeram aprender tanto e me desafiar. Graças a vocês pude me desenvolver e viver experiências incríveis. A esses colegas de movimento e de graduação desejo todo sucesso possível! Tenho certeza que serão profissionais incríveis com muito a agregar ao país e sou muito feliz por poder ter aprendido e vivido tanto com cada um de vocês.

Durante o processo do trabalho, muitas pessoas tiveram atuação importante para que o mesmo fosse desenvolvido. Agradeço à minha orientadora prof. Dra. Ana Maria, por desde o início ter topado explorar comigo esse tema e ter me direcionado tão bem ao longo do caminho. Agradeço também a arquiteta Marcella por ter feito parte da banca e profa. Ma. Rosany que acompanhou cada fase do trabalho desde TCC 1. Sou grata à Shauna, Rafa, Rita, Lívio e minha tia Sandra da Barra dos Coqueiros por terem me apresentado e intermediado o contato com as comunidades tradicionais. Essa ajuda foi importantíssima para que a pesquisa pudesse ser realizada da melhor forma. Sou imensamente grata aos representantes das comunidades, em especial, Mariana, Silvânia, Lúcia, Netinha, seu Robério, Edmilson, João, Rafael, Cleison, Zé Ilha e demais catadoras, quilombolas e pescadores. Obrigada por terem me recebido tão bem e terem acreditado no meu trabalho compartilhando de forma tão aberta suas vivências e sua cultura comigo. Esse trabalho foi feito para vocês e espero que um dia possa colaborar de alguma forma com suas comunidades e com o município da Barra dos Coqueiros.

Expresso minha gratidão à Universidade Federal de Sergipe e a todos os professores do DAU e demais departamentos que enriqueceram meus aprendizados e contribuíram diretamente para minha graduação. Reconheço o papel fundamental que a universidade pública exerce na construção de uma sociedade mais cidadã e democrática com educação gratuita, de qualidade e acessível.

A todos que contribuíram com meu desenvolvimento acadêmico, profissional ou pessoal e caminharam ao meu lado, registro minha sincera gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um estudo preliminar de um projeto de Centro de Cultura para o município da Barra dos Coqueiros. Ele investiga o patrimônio cultural imaterial do município de Barra dos Coqueiros (SE), destacando os impactos da urbanização desordenada e as características das comunidades tradicionais locais, como catadoras de mangaba, pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas e artesãos. O trabalho fundamenta-se em referencial teórico sobre patrimônio cultural, comunidades extrativistas, urbanização e meio ambiente, além da análise de casos correlatos de centros culturais em contextos semelhantes. Foi utilizada também metodologia participativa, por meio de rodas de conversa, que possibilitou entendimento e conexão com as comunidades a partir da sistematização das demandas e necessidades delas, revelando a fragilidade de suas práticas culturais diante da pressão imobiliária e ambiental. Os resultados indicam a urgência de um espaço de valorização e apoio, culminando na proposta preliminar de um Centro de Cultura voltado à difusão da história e das tradições locais, à promoção de atividades educativas e à geração de oportunidades de visibilidade e comercialização de produtos. Conclui-se que a implantação desse equipamento cultural pode fortalecer os vínculos identitários, assegurar a continuidade das práticas extrativistas e contribuir para a preservação do patrimônio cultural imaterial da Barra dos Coqueiros.

Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial. Comunidades tradicionais. Urbanização. Barra dos Coqueiros. Centro de Cultura.

SUMÁRIO

1.	Introdução	5
	Objetivo Geral	6
	Objetivos Específicos	7
2.	Referencial Teórico	7
2.1	Patrimônio Cultural Imaterial	8
2.2	Comunidades Tradicionais e Extrativistas	11
2.3	Urbanização e meio ambiente	14
3	Casos Correlatos	17
3.1	Centro Cultural de Camamu – Bahia	18
3.2	Centro Comunitário Camburi – São Paulo	20
3.3	CEU da Cultura – Ministério da Cultura	24
4	Análise do Município	30
4.1	Desenvolvimento do município	33
4.2	Catadoras de Mangaba	38
4.3	Pescadores artesanais e marisqueiras	42
4.4	Quilombolas Pontal da Barra	44
4.5	Reflexões	46
5	Resultados da Pesquisa	47
5.1	Roda de conversa com as Catadoras de Mangaba	52
5.2	Roda de conversa com os Pescadores	56
5.3	Roda de conversa com os Quilombolas do Pontal da Barra	60
6	Referências para elaboração do Programa de Necessidades	63
7	Estudo Preliminar	65
7.1	Escolha do Terreno	65
7.2	Projeto do Centro de Cultura	67
8	Reflexões Finais	83
	Referências Bibliográficas	85
	APÊNDICE	89

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um estudo preliminar de um projeto de Centro de Cultura para o município da Barra dos Coqueiros. Ele investiga o patrimônio cultural imaterial do município de Barra dos Coqueiros (SE), destacando os impactos da urbanização desordenada e as características das comunidades tradicionais locais, como catadoras de mangaba, pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas e artesãos. O trabalho fundamenta-se em referencial teórico sobre patrimônio cultural, comunidades extrativistas, urbanização e meio ambiente, além da análise de casos correlatos de centros culturais em contextos semelhantes. Foi utilizada também metodologia participativa, por meio de rodas de conversa, que possibilitou entendimento e conexão com as comunidades a partir da sistematização das demandas e necessidades delas, revelando a fragilidade de suas práticas culturais diante da pressão imobiliária e ambiental. Os resultados indicam a urgência de um espaço de valorização e apoio, culminando na proposta preliminar de um Centro de Cultura voltado à difusão da história e das tradições locais, à promoção de atividades educativas e à geração de oportunidades de visibilidade e comercialização de produtos. Conclui-se que a implantação desse equipamento cultural pode fortalecer os vínculos identitários, assegurar a continuidade das práticas extrativistas e contribuir para a preservação do patrimônio cultural imaterial da Barra dos Coqueiros.

Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial. Comunidades tradicionais. Urbanização. Barra dos Coqueiros. Centro de Cultura.

1. Introdução

O município de Barra dos Coqueiros localizado no litoral do estado de Sergipe possui um território banhado por rio e mar com vegetação marcada por vastos coqueirais e espécies como cajueiros e mangabeiras. Esse contexto geográfico influenciou diretamente no povoamento do município por comunidades autônomas ligadas a atividades de extrativismo animal e vegetal cuja cultura não se separava da natureza.

Essa população tinha o seu cotidiano ligado a recursos naturais como a pesca artesanal de mariscos e peixes, a extração da palha do coqueiro para artesanato e construção de moradias e a coleta de frutos como coco, mangaba e caju para subsistência e consumo. Por meio da transmissão de conhecimento e tradições através das gerações, esses grupos mantiveram sua cultura viva apesar de dificuldades. Entre esses grupos estão: as catadoras de mangaba, a comunidade quilombola Pontal da Barra, os pescadores tradicionais e as marisqueiras.

Dessa forma, ocupando o patrimônio imaterial da Barra dos Coqueiros pode-se considerar as atividades da pesca e coleta de mariscos artesanais, cata e beneficiamento da mangaba, artesanato local com diversas matérias primas e cata de frutas diversas como caju e murici. Essas são atividades essenciais para existência e subsistência das comunidades da Barra.

Em 2006, com a construção da ponte Construtor João Alves, a dinâmica de povoação sofreu uma mudança radical com o desenvolvimento da especulação imobiliária. Começaram a ser construídos diversos empreendimentos no município, principalmente loteamentos e condomínios fechados para classe média e alta. Esse tipo de incentivo imobiliário resultou em um crescimento populacional sem precedentes e em uma urbanização acelerada e desorganizada.

Esse crescimento exorbitante causou impactos diretos nas comunidades e em seu modo de vida. No caso das catadoras de mangaba, por exemplo, as áreas de ocorrência natural do fruto, onde normalmente costumavam praticar as atividades de extração, vêm sendo degradadas e ocupadas por grandes empreendimentos imobiliários impedindo o acesso das catadoras. Além disso, a intensa urbanização da Barra dos Coqueiros trouxe consigo também a violência urbana que não era vivenciada por esses grupos anteriormente.

Do outro lado, a comunidade de pescadores e marisqueiras sofreu impactos semelhantes como a questão da violência urbana e redução das áreas de litoral, estuários e manguezais onde eram executadas suas atividades. A exemplo, houve redução do peixe e mariscos devido ao estreitamento do rio Pomonga.

O modo de vida dessas comunidades se encontra em risco, bem como a preservação de suas tradições. As práticas extrativistas representavam e ainda hoje são a principal forma de sustento desses grupos ao comercializarem seus produtos.

Destarte, as comunidades da Barra dos Coqueiros, bem como demais bens culturais, necessitam de um equipamento de preservação e valorização cultural. Um espaço que dê visibilidade às causas desses grupos extrativistas e, também, facilite eventos e a venda de seus produtos.

Nesse contexto, a problemática é o esfacelamento das atividades e das comunidades tradicionais da Barra dos Coqueiros, ou seja, do seu patrimônio cultural.

Sabendo-se que um estado, um município e um povo se identificam enquanto tal a partir do momento que existem traços, itens, manifestações e atividades que os unem. Tais elementos podem ser referidos como Patrimônio cultural.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial, 2003, p.1).

O município de Barra dos Coqueiros possui como elementos de seu patrimônio imaterial as atividades das comunidades tradicionais locais. Atividades mencionadas como extrativismo do coco e da mangaba, pesca artesanal e coleta de mariscos estiveram presentes com a população desde a formação do município e se mantém com muito esforço nos dias atuais. Como mencionado, a acelerada urbanização somada com a especulação imobiliária na Barra dos Coqueiros, é causa do esfacelamento das atividades dessas comunidades que representam patrimônio imaterial.

A preservação do patrimônio cultural visa, antes de mais nada, a promover, por meio da preservação de práticas culturais e de processos de produção, o exercício da cidadania e uma melhor qualidade de vida para as pessoas no presente. (Iphan, 2012, p. 33). Ou seja, observa-se que a importância desse tema é contribuir para promover meios de valorização desse patrimônio, para preservação das tradições locais, para valorização da população nativa em seus fazeres e tradições e para conexão dos novos moradores com o município.

De acordo com o parágrafo I do artigo 42º do Plano Diretor da Barra dos Coqueiros de 2008, o Poder Executivo Municipal deve garantir a valorização do patrimônio cultural através de medidas de conscientização e de educação da população para defesa e preservação do mesmo. Por outro lado, a Barra dos Coqueiros não possui infraestrutura específica de apoio e incentivo a população a estar em maior contato com a história local como, por exemplo, museus, teatro ou uma biblioteca pública com infraestrutura adequada.

Sendo assim, a implantação de um Centro de Cultura de acolhimento das comunidades e que proporcione visibilidade, difusão da cultura e das tradições locais, é essencial para reverter a situação e valorizar o patrimônio imaterial e cultural do município.

Objetivo Geral

Desenvolver um estudo preliminar de um projeto de Centro de Cultura para o município da Barra dos Coqueiros.

Objetivos Específicos

- Analisar a história e a cultura da Barra dos Coqueiros, com aprofundamento para o seu patrimônio imaterial;
- Analisar referências arquitetônicas de mesma tipologia para possibilitar uma base de inspiração projetual;
- Escolher um local para implantação do Centro de Cultura;
- Proporcionar um espaço que traga visibilidade e apoio para grupos e comunidades tradicionais para difundir a história e cultura da Barra dos Coqueiros.

A **metodologia** adotada para atender os objetivos propostos será: Pesquisa de referencial teórico sobre patrimônio cultural imaterial, comunidades tradicionais extrativistas e os impactos ambientais da urbanização; Contato com as comunidades a partir de metodologia participativa e casos correlatos com pesquisas de referências de outros centros culturais em contextos semelhantes.

Dessa forma, foram analisadas as fontes secundárias, como: documentos oficiais, livros, teses de pesquisas, entre outros, para formar uma base teórica a respeito do tema que permitiu a elaboração do projeto. Tal base teórica terá três seguimentos: referências ligadas ao conceito e importância do patrimônio cultural imaterial, referências relacionadas ao entendimento das comunidades tradicionais extrativistas e referências sobre a urbanização e os impactos ambientais.

Em adição, é primordial o contato com as comunidades que representam o patrimônio imaterial da Barra dos Coqueiros. Para isso, foi adotada a metodologia participativa através de rodas de conversa para envolver a população na construção do objetivo geral.

Por fim, além da metodologia participativa, serão analisados projetos de Centros de Cultura cuja temática e contexto sejam semelhantes ou que possuam aspectos arquitetônicos que poderiam ser aplicados no projeto desenvolvido. Assim, a arquitetura do mesmo poderá ser desenvolvida com base em exemplos anteriores.

Sendo assim, o trabalho escrito possui a seguinte organização: capítulo 2 será o referencial teórico com uma análise de referenciais teóricos pertinentes ao tema abordado partindo, em seguida, para uma análise de casos correlatos no capítulo 3 de mesma tipologia de equipamento em contexto semelhante. O capítulo 4 subsequente se aprofunda em estudar o município de Barra dos Coqueiros e cada uma das comunidades tradicionais que compreendem seu patrimônio cultural. Em seguida no capítulo 5 são sintetizados os resultados da abordagem realizada referente às rodas de conversa e parte-se para definição do programa de necessidades, do terreno e elaboração do estudo preliminar nos capítulos 6 e 7. O trabalho é concluído com a apresentação do estudo preliminar do Centro de Cultura e com reflexões finais acerca do que foi debatido.

2. Referencial Teórico

2.1 Patrimônio Cultural Imaterial

Antes de tudo se faz necessário o entendimento do que é e qual a importância do Patrimônio cultural imaterial de uma região. Para isso foi realizada uma pesquisa através de referenciais teóricos. Primeiramente é preciso examinar descrições dos conceitos de “cultura” e “patrimônio imaterial”.

Na sua acepção mais abrangente, a cultura era considerada um "conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos" que distinguem "uma sociedade e um grupo social", abarcando, "além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças" (Pelegri e Funari, 2013, p. 38).

A cultura classifica-se como um dos elementos de estudo da Antropologia por fazer parte da vivência humana. É um termo que carrega consigo elementos que configurarão a identidade de um povo. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. (Iphan, 2016, p. 7). O conceito de identidade cultural, inclusive, foi discutido na Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais de 1982, e foi definida como: uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação.

A cultura consiste, pois, em transmitir valores adquiridos pela experiência de determinado grupo humano. Difere, portanto, de um grupo a outro. (Pelegri e Funari, 2013, p. 18). Destarte, o Iphan (2012, p.7) em sua cartilha “Patrimônio Cultural Imaterial” afirma que a cultura trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, que se criam e recriam (ou são criados e recriados) no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas.

Dessa forma, percebe-se que a cultura e os bens culturais de um povo relacionam-se diretamente à sua formação e, assim, ao pertencimento e a identidade que o mesmo possuirá com seu território. Se a apreensão dos bens culturais imateriais como expressões máximas da "alma dos povos" conjuga memórias e sentidos de pertencimento de indivíduos e grupos, evidentemente fortalecem os seus vínculos identitários (Pelegri e Funari, 2013, p. 9).

O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo (Iphan, 2012 p. 12). O mesmo pode ser subdividido em material e imaterial, sendo que, o patrimônio material se refere aos bens tangíveis e físicos como vestimentas, objetos significativos, construções, documentos, entre outros.

Quanto ao patrimônio imaterial, foco desse trabalho, uma de suas principais definições está presente no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) escrito no capítulo 1 Introdução do trabalho. Esse conceito abarca o patrimônio como uma construção coletiva de manifestação. A resolução nº 1 de 3 de agosto de 2006 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, considera que se entende por bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social.

A idéia de um patrimônio cultural que fosse reconhecido como de interesse da humanidade começou a ser pensada pouco depois da II Guerra Mundial (1939-1945), durante a qual vários monumentos preciosos, situados em quase todos os países envolvidos no conflito, foram destruídos, o que significou uma perda sem retorno para o conhecimento de culturas antigas e da história dessas nações (Iphan, 2012, p.12).

A partir dessas preocupações, em 1972, a Unesco mobilizou 148 países na Convenção do Patrimônio Mundial. Essa convenção foi responsável por dar visibilidade às discussões referentes a preservação do patrimônio mundial e desencadeou diversas ações globais com esse viés como a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais de 1982. No contexto do Brasil, o Movimento Modernista com destaque ao escritor Mário de Andrade, incentivou a valorização das raízes nacionais participando inclusive da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A noção de “referência cultural”, e as inúmeras experiências que, em seu nome, foram realizadas, serviram de base, juntamente com a releitura das posições de Mário de Andrade no seu anteprojeto para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e na sua atuação no Departamento de Cultura, para a definição de patrimônio cultural expressa no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de “bens culturais de natureza material e imaterial”(Iphan, 2000, p.12).

Sendo assim, o marco que incorporou a dimensão imaterial à discussão de patrimônio no Brasil foram os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 2016).

No âmbito cultural a Constituição também estabeleceu outras formas de preservação do patrimônio como o registro e o inventário, além do tombamento. No mais, a menção às culturas populares evidencia um caráter inclusivo na definição de patrimônio.

Em 4 de agosto de 2000, com a promulgação do decreto nº 3.551 foi instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituíam o patrimônio cultural brasileiro, além de ter sido criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Alguns objetivos do PNPI descritos no Art. 2º da lei nº 12.343 de 2010 são: reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; proteger e promover o patrimônio histórico e artístico,

material e imaterial; valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções.

Além disso, esse decreto simbolizou outro avanço na preservação do patrimônio brasileiro a partir da organização do registro dos bens imateriais em 4 livros: dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e dos lugares. O artigo 8º desse decreto além de criar o PNPI também menciona a aplicação de um inventário. Esse instrumento seria o Inventário Nacional de Referências Nacionais (INRC) que visava identificar e produzir conhecimento sobre referências culturais do país sendo primordial para fundamentar ações de proteção aos mesmos.

A importância do conhecimento do universo do patrimônio cultural, as conceituações que embasam as práticas do registro e do inventário, implica as seguintes diretrizes de salvaguarda: a reprodução e a continuidade dos bens culturais vivos dependem de seus produtores e detentores, por isso, eles devem sempre ser participantes ativos do processo de identificação, reconhecimento e apoio (Cavalcanti e Fonseca, 2008, p. 23).

Diante do exposto, observa-se a importância da valorização e salvaguarda do patrimônio imaterial devido à dimensão que ele possui para a compreensão e identidade de uma sociedade e que foram implementados instrumentos para garantir isso.

Entretanto, as contínuas intimidações às tradições culturais e a violência imposta ao meio ambiente, tão prosaicas na contemporaneidade, têm sinalizado a necessidade dos cidadãos de exercerem seus direitos e se mobilizarem em favor da proteção das tradições populares e dos múltiplos e plurais bens culturais de toda a humanidade (Pelegrini e Fulnari, 2013, p. 9).

Ou seja, a proteção do patrimônio cultural vai muito além de leis e decretos que estabelecem instrumentos. Esses são importantes e significaram grande avanço na tratativa dos bens culturais. Entretanto ainda é necessária mobilização a fim de que alguns patrimônios imateriais, em especial as comunidades tradicionais, tenham sua cultura valorizada e preservada. Além disso, observa-se que as ações de salvaguarda precisam ser realizadas incluindo os grupos detentores da cultura.

O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania (Pelegrini, 2006, p.127).

A preservação do patrimônio cultural visa, antes de mais nada, a promover, por meio da preservação de práticas culturais e de processos de produção, o exercício da cidadania e uma melhor qualidade de vida para as pessoas no presente (Iphan, 2012, p.33). Tendo em vista, a importância dos bens culturais para o próprio reconhecimento humano enquanto cidadão, percebe-se que a educação voltada para o patrimônio imaterial é estratégia fundamental de estímulo a manutenção e apropriação cultural.

Desse modo, a educação patrimonial e ambiental torna-se tarefa prioritária, uma vez que consiste em revelar a diversidade e pontuar as mudanças culturais, sociais e ambientais que se vêm processando com o passar dos tempos, sem dissimular os conflitos de interesses dos distintos segmentos sociais. O ensino e a aprendizagem na esfera do patrimônio devem tratar a população como agentes histórico-sociais e como produtores de cultura (Pelegrini, 2006, p.126).

Ainda de acordo com Pelegrini (2006), esse ensino através de metodologias de Educação Patrimonial e Ambiental deve partir da ideia de que uma sociedade que não respeita seu patrimônio corre o risco de perder sua identidade e valores. Assim, deve promover a formação e a informação acerca do processo de construção das identidades étnicas e possibilitar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo e plural da história e das políticas de preservação. (Pelegrini, 2006, p.126).

A ideia é que se construa uma consciência e um respeito por tudo aquilo que precisa ser preservado para que o bem continue a existir e, ao mesmo tempo, que se explore o potencial desse bem cultural para o desenvolvimento da região e para a melhoria da vida das pessoas (Iphan, 2012, p.30).

A partir dessa consciência para com os bens culturais, será possível fortalecer a identidade da população e sua consciência coletiva, além de preservar a existência de importantes bens imateriais como as comunidades tradicionais.

2.2 Comunidades Tradicionais e Extrativistas

A partir do entendimento de patrimônio cultural imaterial e do reconhecimento de sua importância para um povo, é preciso se aprofundar em entender o bem imaterial principal que será explorado nesse trabalho: as comunidades tradicionais e extrativistas. O art. 3º do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 estabelece um conceito definidor para Povos e Comunidades Tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Tal decreto institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que tem por objetivo principal no seu art. 2º:

Promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais com respeito e valorização à sua identidade, sua organização e instituições (Brasil, 2007).

A importância dessa política está atrelada ao reconhecimento e proteção de grupos culturalmente diferenciados que se caracterizam enquanto tradicionais em suas regiões. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão quilombolas, ciganos, populações de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varzeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros e caatingueiros, entre outros.

Estamos falando de grupos sociais que detêm expressões culturais próprias, um repertório considerável de mitos, ritos e conhecimentos herdados de ancestrais, ligados às atividades produtivas que, para além dos procedimentos técnicos e agronômicos envolvidos, garantem a produção, o consumo e uma maneira específica de se relacionar com a natureza e com o mundo (Lima, 2014, p.14).

Esses povos possuem organizações, identidades e cultura próprias estabelecendo uma relação profunda com o ambiente que habitam. As atividades de produção e extrativismo desses grupos possuem uma lógica e fazeres particulares sendo sua principal subsistência. Há entre os extrativistas um modo ‘doméstico de produção’, que o dissocia das relações usuais, entre capital e trabalho. (Souza, 2019, p. 97). Normalmente, a produção de povos e comunidades tradicionais – plantio, criação, caça, pesca, extrativismo, artesanato – está associada a relações de parentesco e compadrio e são baseadas em relações de troca e solidariedade entre famílias, grupos locais e comunidades. (Lima, 2014, p. 14). Além disso, a utilização e manejo de recursos naturais pelas comunidades possui baixo impacto ambiental, já que a vivência delas depende diretamente da terra em que estão inseridas. Assim, existe respeito e uma relação harmônica com o território e meio ambiente.

As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos. Eles assumem a qualificação de território. O território implica dimensões simbólicas. No território estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo; nele estão enterrados os ancestrais e encontram-se os sítios sagrados; ele determina o modo de vida e a visão de homem e de mundo; o território é também apreendido e vivenciado a partir dos sistemas de conhecimento locais, ou seja, não há povo ou comunidade tradicional que não conheça profundamente seu território (Lima, 2014, p.12).

Esse conceito de território tradicional foi definido também pela PNPCT (2007) como: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Devido a sua importância, são o principal objeto de luta dos povos em busca da garantia de pertencer e ocupar seus espaços.

Uma das principais conquistas dos povos tradicionais quando consideramos seu território foram as reservas extrativistas. O conceito de reservas extrativistas surgiu a partir da luta de Chico Mendes e dos seringueiros em busca de uma melhor qualidade de vida para os extrativistas. Foi um processo longo e árduo de cerca de 10 anos frente à pressão agropecuária e insistência no Congresso que inclusive acarretou na morte do próprio líder até as reservas serem consideradas como Unidades de Conservação em 2000. O Artigo 18 da Lei 9.985 de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) caracterizou reserva extrativista como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Brasil, 2000).

Essa união entre Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas propunha conciliar o direito ao território com a preservação ambiental. Ainda na perspectiva de assegurar a legitimação e acesso às terras para as comunidades, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do trabalho (OIT) de 2004 determinou que os governos devem proteger esses povos. O Artigo 2º estabelece que os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade. Além disso, os parágrafos 1 e 2 do artigo 14 determinam que:

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse (Organização Internacional Do Trabalho, 2004).

Avaliamos então, que a demanda por terra das comunidades tradicionais, para suprir a necessidade de sua reprodução social, mesmo quando não possuem a propriedade legal desta, é algo legítimo, cabendo ao Estado adotar as medidas necessárias e arcar com os custos (Gesteira, 2017, p.19). No entanto, embora tais necessidades estivessem, mais emergencialmente, relacionadas a garantia do território e ao acesso aos recursos naturais, outras necessidades compunham esse cenário, como por exemplo, ter qualidade de vida nesses locais. (Estrela, 2020, p.20). Com a instituição da PNPCT em 2007, definiu-se no Art. 1º parágrafo V o princípio de: desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições.

É importante salientar que o conceito de qualidade de vida para cada contexto é diferente. As populações tradicionais possuem seus costumes e rotina próprios e relacionam qualidade de vida ao contexto rural que conhecem e se identificam. Por isso, é necessário que as políticas públicas voltadas às comunidades considerem sua heterogeneidade, costumes e demandas.

[...] ao reconhecer a incompletude e a insuficiência das políticas públicas que, comumente, deixam de considerar as especificidades das necessidades humanas, sobretudo das populações tradicionais, se faz necessário que o Estado assuma o fato de que embora as necessidades ou demandas pareçam ser comuns a qualquer agrupamento humano, as formas de satisfazer essas necessidades são específicas (Estrela, 2020, p.21).

Um fator que reforça a insuficiência de algumas políticas públicas é a falta de informações e interesse de aprofundamento para entender essas populações tradicionais. Estrela (2020) destaca que esse é um dos grandes desafios no sentido de se alcançar melhores resultados em termos de atendimento de suas demandas específicas. A autora ainda argumenta que a carência de informações fortalece a invisibilidade das populações na busca por direitos e por políticas públicas que se aproximem das necessidades desses grupos.

Olhando mais especificamente para comunidades tradicionais ligadas a pesca artesanal e de quilombolas, é possível analisar alguns aspectos. A Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras. Nela, caracteriza-se a pesca artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (Brasil, 2009).

Já a noção de comunidades quilombolas abarca não apenas os remanescentes de pessoas escravizadas, mas também comunidades rurais negras com ancestralidade negra, que se autodenominam enquanto tais e que possuem uma relação singular com o território. (Opan, 2020, p. 77). O decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Tal decreto simboliza uma conquista desse grupo em busca de seus direitos, porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que eles sejam de fato garantidos à todas comunidades. De acordo com pesquisa Racismo e Violência da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e da Terra de Direitos (2018, p. 65) algumas violações de direitos que os territórios quilombolas enfrentam ainda hoje são: Ameaças; Assassinato; Contaminação por agrotóxicos e/ou poluição de águas; Criminalização por processos cíveis, criminais ou administrativos; Destruição de casas e/ou plantações; Perda ou possibilidade de perda do território e/ou intervenção de terceiros.

Sendo assim, a partir dos referenciais utilizados e das análises é possível perceber as principais características e marcos que tornam essas comunidades únicas e importantes para o patrimônio imaterial do Brasil. Seus costumes e vivências trazem consigo a cultura de cada povo e, por fim, de todo um país. A valorização da cultura desses agentes é inclusive reforçada na Constituição de 1988, no artigo 215, parágrafo 1º: O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Percebe-se também, uma longa jornada de conquista de direitos a partir dos decretos estabelecidos e das convenções assinadas. Ou seja, esses grupos, pelo menos no papel, são seres de direitos que devem ser respeitados para a manutenção de sua existência e, consequentemente, a manutenção da história e cultura brasileira. Entretanto, ainda existe um longo caminho a ser percorrido até que as comunidades tenham seus direitos plenamente garantidos na prática e esse caminho começa, sobretudo, a partir da valorização de suas existências, de suas culturas e da implantação de meios que tornem possível sua subsistência.

De um lado, latifundiários, madeireiros, mineradoras, grandes pecuaristas e empreendedores energéticos defendem uma noção de desenvolvimento que deixa em segundo plano o meio ambiente e as populações que tradicionalmente vivem dos recursos naturais. De outro, extrativistas e outros povos e comunidades tradicionais argumentam que o extrativismo também é desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, em harmonia com o meio ambiente (Opan, 2020, P.136).

Destarte a noção de desenvolvimento ligada ao surgimento de grandes empreendimentos entra em conflito com a preservação tanto das comunidades, enquanto bens imateriais, quanto do meio ambiente local. Por isso, no próximo capítulo será analisado o processo de urbanização e os impactos ambientais.

2.3 Urbanização e meio ambiente

Abordar questões relativas ao patrimônio cultural de um povo também implica na análise acerca do território e de suas transformações, compreendendo, inclusive, o meio natural. De

acordo com Aldo Rossi (1966, p.130) 'A cidade é o 'locus' da memória coletiva dos povo', ou seja, é nela que a memória e a essência de um povo estão eternizadas. Ao falar sobre cidades, pode-se referir a um território em meio rural ou urbano. Entretanto, segundo Costa (2000, p. 58) 'o mundo é cada vez mais urbano'. Costa (2000, p. 58) também afirma que 'o modo de vida urbano-industrial, como materialização espacial da modernidade capitalista, embora transformado em cada local, espalhou-se praticamente por todo o mundo.' Destarte observa-se o fenômeno da urbanização global e transformação do ambiente construído impactando diretamente no que Rossi classificou como 'locus' da memória coletiva.

Seguindo a lógica da urbanização, Penna (2002, p. 132) fala sobre o meio urbano:

O espaço urbano é entendido num amplo processo histórico e social, concreto e dinâmico, que surge como produto de contradições intrínsecas ao conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo, quando o Estado assume a produção política de relações sociais, como articulador das condições gerais de produção e reprodução do capital, e como regulador das relações de reprodução da vida da sociedade.

A autora expõe uma visão relacionando a formação de uma cidade e agentes envolvidos como o Estado, a sociedade e o capital. As interrelações dos três sujeitos e, principalmente, suas motivações influenciam diretamente na construção da cidade.

Após a apresentação inicial de conceitos e visões a respeito da cidade e do meio urbano, pode-se aprofundar nas consequências do processo de urbanização. Em seu texto, Penna (2002, p.130) reforça que 'essa lógica urbanização, cidade e meio ambiente, põe em evidência que a realidade urbana desapareceu, mutilada pela lógica da mercadoria e da especulação imobiliária.' Em consonância, Costa (2012, p. 110) também reflete que 'a localização da população no espaço por meio da habitação, ao ser usualmente mediada por relações mercantis, alimenta e naturaliza uma concepção de cidade como produto, como valor de troca, em que o acesso à terra [...] não é um direito de todos, mas sim uma mercadoria.' Nesse sentido, surge a discussão acerca da expansão de empreendimentos e da especulação imobiliária:

Os assentamentos periféricos, condomínios ou bairros em áreas ambientais, surgem como alternativas para a satisfação da "nova demanda", criada em relação aos espaços que respondam aos anseios de melhoria da vida urbana, não apenas em relação a atenção da qualidade ambiental, mas também econômica, em relação a importância da propriedade particular. As formas urbanas centrais tendem a se expandir por meio de padrões a serem reproduzidos nas áreas de preservação ambiental (Penna, 2002, p. 129).

Penna aborda sobre a expansão urbana em áreas afastadas do centro ocupando espaços que ainda preservavam resquícios do meio ambiente natural.

Assim, pelo uso e apropriação privada da beleza do verde da paisagem, do ar puro, da água, entre outros valores que se espacializam, localizando-se e constituindo-se em lugares de maior valorização, eles são produzidos em relação a uma centralidade, tornando-se "raros" e adquirem um novo significado - espaços residenciais em potencial, que determinam o paradoxo entre o consumo do meio ambiente pelo urbano causando sua degradação (Penna, 2002, p. 128).

Esse tipo de ocupação relatado traz consequências diretas para o ambiente natural que constitui as cidades. A expansão através da construção de empreendimentos, relatado pela autora, busca áreas ainda não ocupadas e em desenvolvimento onde ainda predominavam a vegetação e a fauna regional. ‘A análise da crise urbana e ambiental, definida pelo esgotamento e poluição dos chamados recursos naturais, evidencia cada vez mais a escassez destes "bens naturais, porque eles deixam de estar disponíveis a todos, como "bens comuns", e passam a ser regidos pelas leis de propriedade.’ (Penna, 2002, p.128). Logo, a urbanização desenfreada motivada pelo mercado acarreta no desequilíbrio dos ecossistemas locais por causarem impactos como desmatamento, descarte de resíduos gerados pelas construções, poluição tanto do solo quanto de fontes hídricas, entre outros.

Em termos ambientais, a produção do espaço urbano brasileiro é também marcada pela invisibilidade dos elementos da natureza na urbanização: são cursos d’água urbanos poluídos encaixotados por avenidas sanitárias ou outras soluções técnicas outrora hegemônicas, várzeas e morros inadequadamente ocupados por ricos e pobres, com consequências dramáticas para as populações pobres que residem nestes locais (Costa, 2012, p.111).

‘Em síntese, a produção do espaço urbano e, especificamente, da degradação socioambiental desses espaços, se explica, em grande parte, pela estrutura produtiva, pelas ações do poder público e por fatores culturais que permeiam esses processos.’ (Moreira et Trevizan, 2005, p. 82)

Do ponto de vista econômico, esta intensidade da construção civil, agora em sua fase de associação com o capital financeiro por meio da abertura de capitais das empresas construtoras nas bolsas de valores, vem sendo saudada com entusiasmo, porém, do ponto de vista do planejamento urbano/metropolitano, contribui para alimentar os processos especulativos e intensivos no consumo de terra urbana, alimentando a valorização dos capitais investidos na produção do espaço (Costa, 2012, p.121).

O crescimento urbano sem planejamento pode apagar a memória coletiva mencionada por Rossi, substituindo elementos ambientais e culturais por construções que não dialogam com o a essência local, resultando em impactos no ambiente existente e em uma perda de identidade urbana. ‘O paradoxo se instala na medida em que os projetos de desenvolvimento urbano devem possibilitar o enfrentamento dos problemas da crise urbana e ambiental, para recuperar a qualidade de vida e de cidadania’ (Penna, 2002, p.139). O investimento nas cidades e seu desenvolvimento deveria possuir um viés de atender às principais demandas da população e preservar o meio ambiente existente. Entretanto, como apontado pelos autores, a lógica mercantilista de lucro dos empreendimentos urbanos privilegia uma urbanização sem planejamento que traz consigo consequências ao local,

Assim, destaca-se a importância da reflexão a respeito desses novos processos intervenientes na produção do espaço urbano que consolidam novas táticas do mercado para a fragmentação privada de áreas ambientais que se legitimam com a regularização das moradias, e principalmente proporcionam a expansão das áreas para uso residencial, como o aumento da oferta de imóveis, o que permite o crescimento do mercado imobiliário (Penna, 2002, p. 131).

De acordo com as leituras sustentáveis da cidade, a solução para a crise urbana pode ser pensada a partir do desenvolvimento sustentável do ambiente, segundo a qual a qualidade de vida nas cidades poderá ocorrer com o planejamento e administração sustentável do uso do

solo. (Penna, 2000, p.138). O desenvolvimento sustentável foi conceituado pela da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1983 como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). O mesmo apresenta-se como proposta principal de pensamento do planejamento urbano que concilia o desenvolvimento das cidades com a preservação ambiental.

Frente à rápida alteração dos cenários sociais e espaciais causada pela Revolução Industrial, a própria ideia de crescimento, ou progresso, das comunidades humanas começou a receber novas significações. Dessa resignificação, o conceito de sustentabilidade evoluiu como uma resposta (Alvarez, 2021, p.29).

Na teoria, o conceito parece uma verdadeira solução para os conflitos imobiliários e ambientais, porém ele precisa ser pensado através de políticas e ações do poder público.

Portanto, é necessária a intervenção do poder político, e como lugar e meio da reprodução das relações sociais, para estender a produção do espaço urbano, por meio de políticas urbanas de regularização da propriedade privada, regulando as tendências de acesso, apropriação e uso do espaço da cidade (Penna, 2000, p. 131).

Não só a intervenção do poder público, como é necessário, também, que o planejamento urbano e as diretrizes de uso e ocupação do solo sejam pensados por profissionais da área pautados em estudos e análises ao invés de basear-se apenas no interesse mercadológico.

Para tanto, outras idealizações precisam ser consolidadas enquanto projetos de futuros possíveis, uma vez que reverter o atual padrão de urbanização, intensivo em terra, significa ir na direção contrária aos processos de produção do espaço, que vêm funcionando mais como estratégias de valorização do capital investido em ambiente construído do que como garantia do direito à cidade para todos, bem como significa entrar em confronto com as relações sociais que os legitimam (Costa, 2012, p.121).

Dessa forma, é possível perceber a urgência existente em alterar a forma como ocorre a urbanização em grande parte das cidades brasileiras a fim de contribuir com a preservação dos recursos naturais e com a manutenção das condições de cidadania naquele local.

3 Casos Correlatos

No capítulo 1, discutiu-se a importância da preservação do patrimônio cultural para que a população entenda sua identidade e sinta-se pertencente ao local onde habita. Dessa forma, é fundamental que o município possua equipamentos que garantam o acervo e a visibilização para existência e lutas das comunidades, como também, que conectem a população a cultura local.

Assim, serão analisadas, iniciativas e projetos que objetivaram preservar o patrimônio dos locais e criar ferramentas de valorização das comunidades locais. O primeiro projeto refere-se ao Centro Cultural de Camamu e o segundo ao Centro Comunitário Camburi. Esses dois equipamentos possibilitaram oportunidades de geração de renda e valorização das comunidades. Já o terceiro projeto analisado corresponde ao núcleo modelo do CEU da Cultura

disponibilizado pelo Ministério da Cultura. Esse centro traz soluções arquitetônicas e um programa interessante de interligação do espaço com a população que o utilizará.

3.1 Centro Cultural de Camamu – Bahia

Em Camamu, na Bahia, foi inaugurado em 2024 o Centro Cultural da Associação dos Moradores Remanescentes do Quilombo Tapuia (figura 1). A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) promoveu a requalificação e ampliação do Centro Sociocultural de Tapuia.

Figura 1– Centro Cultural do Quilombo Tapuia



Fonte: car.ba.gov, 2024

O quilombo Tapuia, como diversas comunidades tradicionais, detém um vasto compilado de bens culturais que reforçam suas tradições. São elas: a culinária, o artesanato, a marcenaria, a carpintaria, samba de roda, terno de reis e capoeira (figura 2). O espaço do Centro Cultural foi idealizado para manter vivas essas manifestações culturais.

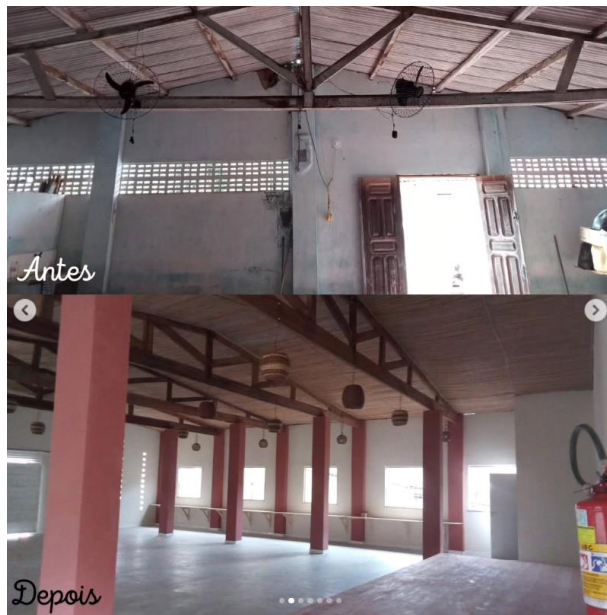
Figura 2 – Bens culturais do quilombo Tapuia



Fonte: car.ba.gov, 2024

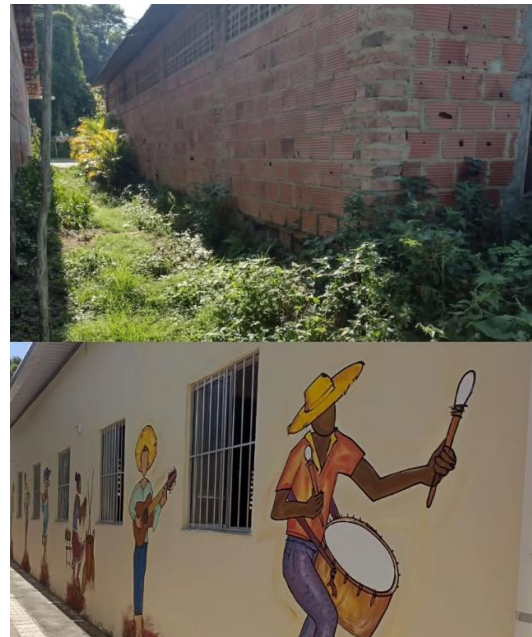
Antes o espaço era utilizado somente para festas, mas com a requalificação buscou-se criar oportunidades de geração de renda para os quilombolas. O local dispõe de equipamentos e estrutura para que a comunidade produza o artesanato e sua culinária e contribui ao proporcionar visibilidade para o trabalho dos quilombolas. Nas figuras 3 e 4, é possível comparar o antes e depois do espaço. Dessa forma, é um espaço que, além de fomentar e valorizar a cultura tradicional do quilombo Tapuia, também beneficia diretamente as famílias para garantir sua subsistência. Entre algumas ações que foram realizadas no espaço novo e divulgadas nas redes sociais da Associação dos Moradores Remanescentes do Quilombo Tapuia, estão: o lançamento do mini documentário sobre o Terno de Reis do Tapuia e a visita de alunos de alguns colégios estaduais que participaram de um roteiro cultural e rodas de conversa.

Figura 3– Antes e depois do Centro cultural internamente



Fonte: amrq.tapuia, 2025

Figura 4 – Antes e depois do Centro cultural externamente



Fonte: amrq.tapuia, 2025

3.2 Centro Comunitário Camburi – São Paulo

O Quilombo de Camburi, formado há pelo menos 150 anos, foi constituído desde o princípio por escravizados e ex-escravizados vindos de Ubatuba ou Paraty, indígenas Karapeva, caiçaras e pescadores. Lá viviam, em 2002, aproximadamente 50 famílias (Corrêa, 2016, p. 1). Camburi localiza-se próximo a Ubatuba-SP no Parque Estadual da Serra do Mar com o bioma da Mata Atlântica. Na década de 1970, 80% do território chamado de “coração do Camburi” (a praia) estava sob o domínio e posse dos grandes compradores de terra (Corrêa, 2016, p. 9). Essa situação se estende até o momento atual e acarretou na expulsão de habitantes originais para áreas isoladas mais íngremes. Nesse contexto, o grupo de arquitetos CRU! Architects, projetou, ofereceu assistência técnica e financeira para o Centro Comunitário Camburi (figuras 5 e 6) a fim de contribuir com o desenvolvimento social local.

Figura 5 - Centro Comunitário Camburi



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

Figura 6 - Centro Comunitário Camburi



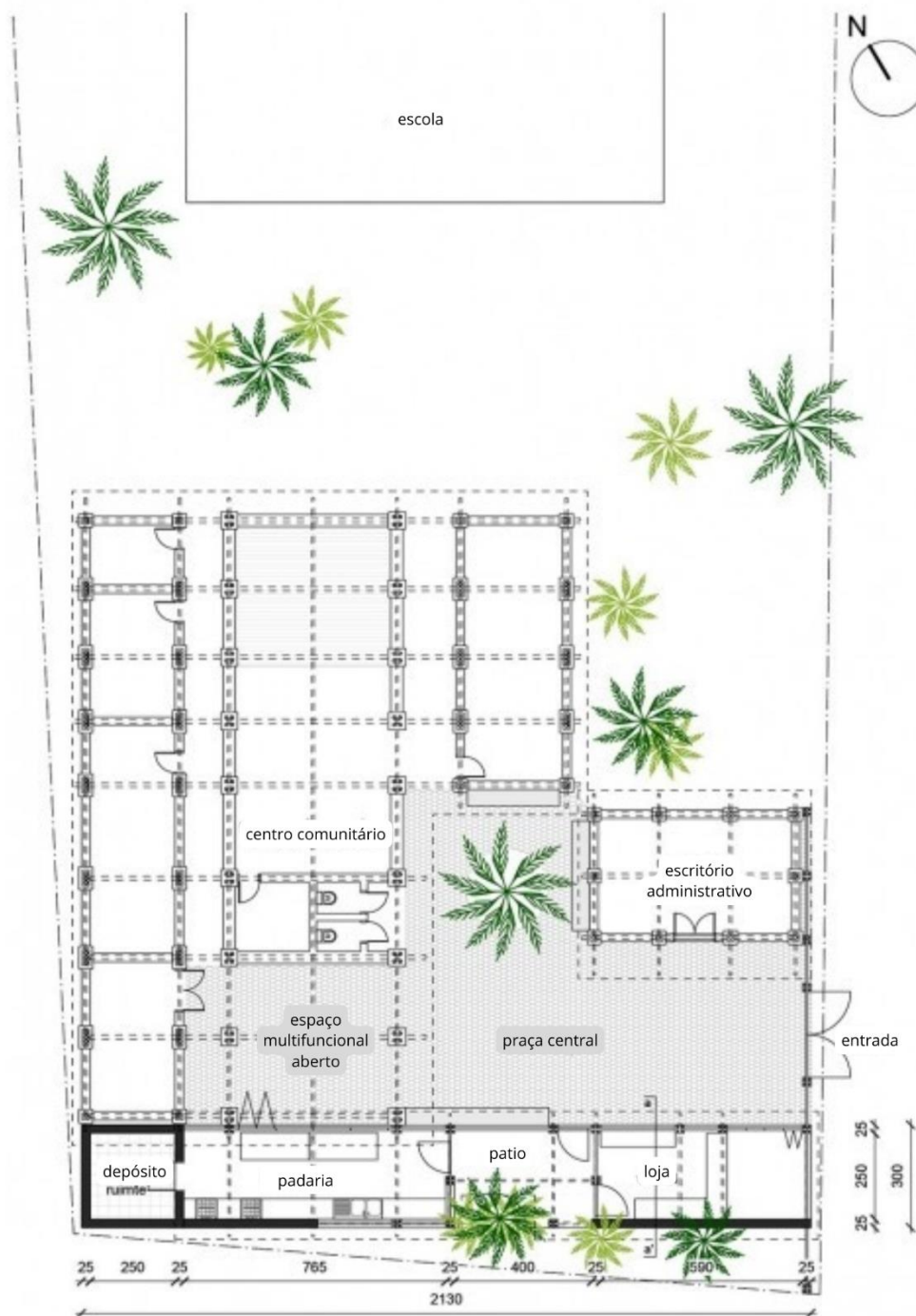
Fonte: Portal Vitruvius, 2019

A comunidade foi protagonista no desenvolvimento do projeto lá em 2004, ela decidiu o programa e quais as partes prioritárias que deveriam ser construídas primeiro.

Hoje, aproximadamente cinquenta famílias, ambos quilombolas e caiçaras, vivem em Camburi, com pesca primitiva, plantação de mandioca e turismo como as suas principais atividades. O projeto do Centro Comunitário oferece outros meios de sobrevivência financeira no setor da construção ecológica e tenta consolidar a unidade da comunidade a partir de edifícios comunitários (Portal Vitruvius, 2019).

De acordo com o Portal Vitruvius, houve três requisitos da associação local para o desenvolvimento do projeto: Criar um espaço que possibilitasse reuniões, atividades escolares e eventos juntamente com várias salas de aula e para armazenamento de material; Estabelecer um centro geográfico do bairro; Integrar o edifício com a paisagem e a escola existente. Assim, ficou estabelecido que o primeiro edifício prioritário era um centro comunitário (figura 11) para as reuniões, e em sequência uma biblioteca, uma pré-escola, uma sala de informática, depósitos de pranchas e de produção de instrumentos, além de uma padaria comunitária. A figura 7 apresenta a planta baixa com a disposição dessas construções e a figura 8 uma perspectiva do projeto.

Figura 7 – Planta Baixa do Centro



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

O terreno localiza-se próximo à praia e, por isso, o centro foi pensado para aproveitar a ventilação através do seu posicionamento, do arranjo das paredes paralelas ao fluxo do vento e do teto mais elevado.

Figura 8 – Perspectiva do Centro

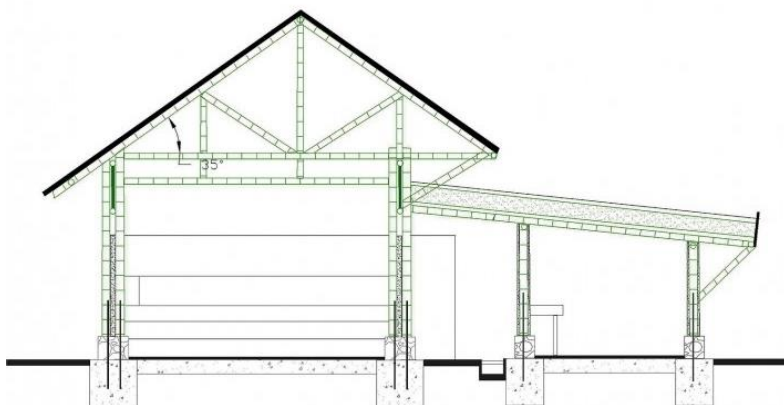


Fonte: Portal Vitruvius, 2019

A altura do edifício auxilia o efeito bouyoncy; o ar fresco irá entrar enquanto o ar interno mais quente sobe através do edifício e escapa no topo. Por isso, o projeto prevê aberturas em ambos os lados. O ar quente ascendente reduz a pressão na base do edifício, puxando o ar mais frio quando há uma falta de fluxo de ar natural e o ar está estagnado (Portal Vitruvius, 2019).

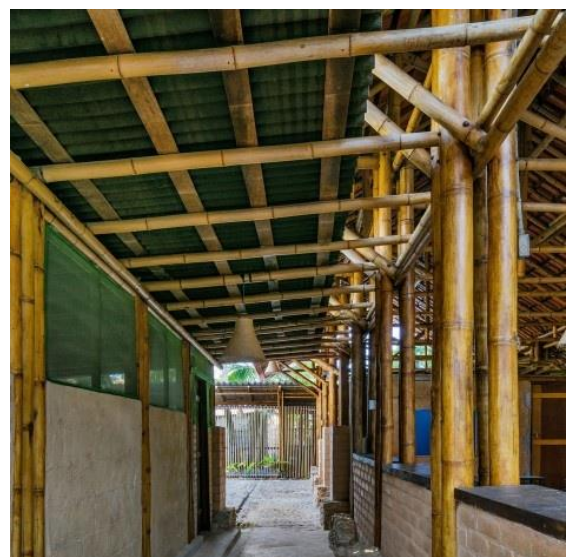
Nas figuras 9 e 10, observa-se o teto elevado e o sistema estrutural utilizado. A estrutura de bambus compõe treliças que funcionam como contraventamento ao atravessar os pilares constituídos por quatro colunas de bambu.

Figura 9 – Corte do edifício



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

Figura 10 - Sistema estrutural formado por bambus



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

Uma escolha projetual dos arquitetos foi aproveitar a técnica construtiva pau a pique da própria comunidade. Nessa técnica são cortados árvores, galhos e bambus para fazer um quadro em que se aplica terra molhada em ambos os lados. Com o passar das gerações, a técnica foi se perdendo e, em alguns casos, era mal executada. No projeto do centro comunitário a técnica foi renovada e aprimorada, utilizou-se bambu, o pau a pique e a taipa. A cooperativa local de eco construção, cujo treinamento foi essencial para o projeto, aperfeiçoou suas técnicas ao longo dos anos e agora é capaz de, além de habitação comunais locais, fazer edifícios de alta qualidade que podem servir clientes de classe média e alta (Portal Vitruvius, 2019).

Figura 11 – Espaço de Reuniões



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

Figura 12 – Espaço multifuncional coberto



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

Além dessa cooperativa possibilitar renda extra, o centro também favorece a produção e venda de pães através da padaria (figura 13) e de artesanatos na loja na entrada da vila.

Figura 13 - Padaria



Fonte: Portal Vitruvius, 2019

3.3 CEU da Cultura – Ministério da Cultura

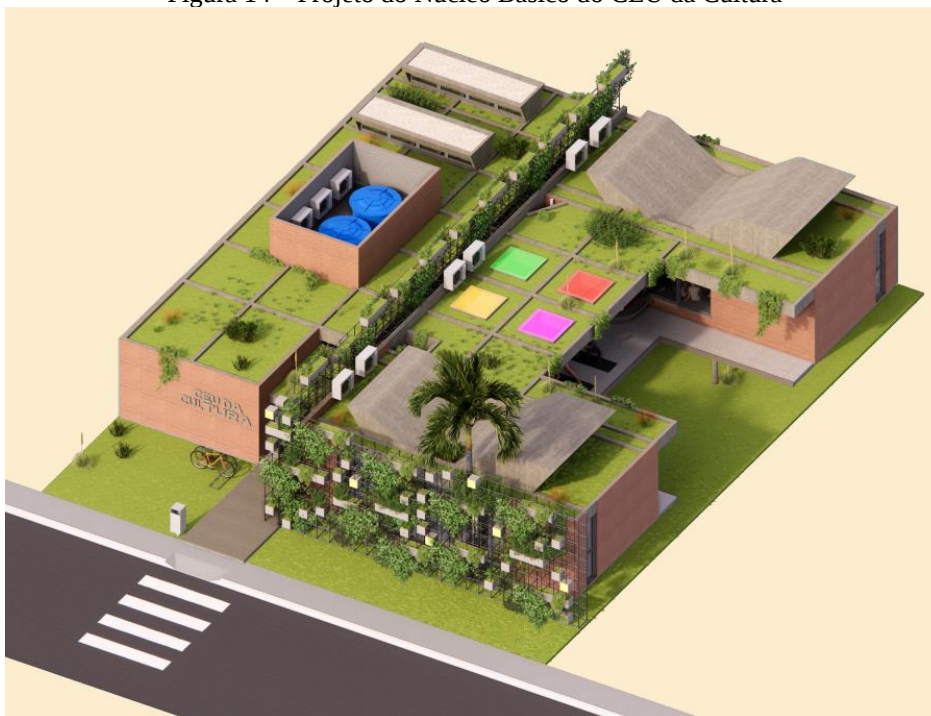
Os Centro Educacionais unificados são equipamentos públicos que oferecem atividades de educação, cultura, esporte e lazer para uma determinada região a fim de proporcionar melhor qualidade de vida. Eles começaram a surgir no início do ano 2000 em São Paulo com uma proposta interdisciplinar da educação. Esses centros foram construídos em regiões mais carentes da cidade a fim de atingir as comunidades com menor acesso a equipamentos e serviços. A ideia é que esses centros funcionem como instituições de ensino como creches e de ensino fundamental, mas também possuam núcleos complementares com atividades extracurriculares abertas para toda comunidade.

A linha de ação cultural para os CEUs obedece aos vários critérios gerais que norteiam a política cultural da administração, tais como: promover a socialização de bens culturais como instrumento de inclusão social; revelar a produção cultural oculta da cidade, abrindo-lhe espaço de criação, exposição, difusão e circulação e, organizar o debate e a difusão de ideias sobre grandes questões políticas, econômicas, sociais e éticas que afligem a comunidade (Silva, 2014, p. 30).

Partindo desse enfoque cultural que os Centros Educacionais Unificados propiciam, em 2010 o Governo Federal, através da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), instituiu que seriam implantados CEUs - Centros de Artes e Esportes Unificados. Segundo a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural (2021) já estavam sendo construídos 331 CEUs das Artes com 179 unidades já inauguradas em todas as regiões do país.

Em 2023, ocorreu o lançamento do Novo Programa de Aceleração de Crescimento – Novo PAC que apoiaria o Programa Territórios da Cultura com incentivos para implantação de CEUs da Cultura através da Portaria Minc nº 85 de 2023. O CEU da Cultura é um equipamento público de uso cultural, de pequeno a médio porte e caráter comunitário, composto por espaços associados à expressão corporal e atividade física, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades interrelacionadas à cultura. Para o processo de seleção dos municípios onde seriam implantados esse equipamento, foi construído um projeto de referência (figura 15). O projeto é compreendido por um conjunto de módulos que podem ser posicionados de formas diversas. Esses módulos são: o núcleo básico (figura 14) e os módulos eletivos subdivididos em edificações, mobiliários urbanos e kit de urbanização.

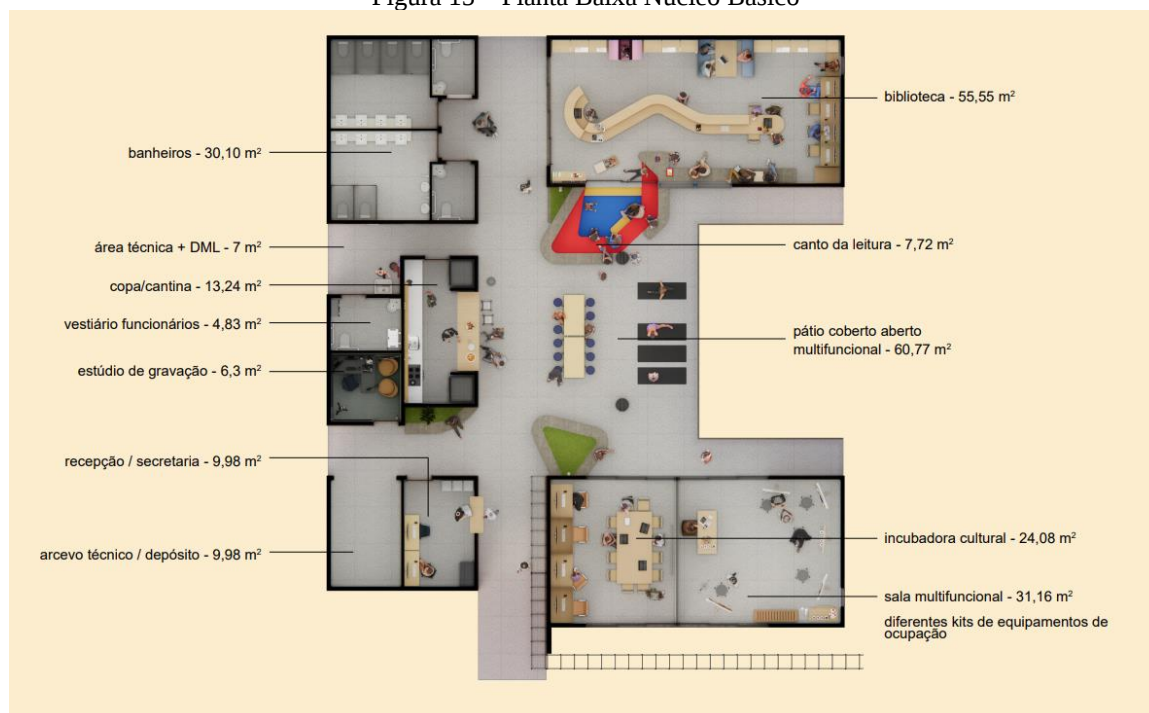
Figura 14 – Projeto do Núcleo Básico do CEU da Cultura



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

O núcleo básico do CEU de Cultura é previsto para um terreno hipotético de 500 m² com 20 m de frente, possuindo 346 m² de área construída. Ele conta com os espaços de uso cultural: incubadora cultural, sala multifuncional, estúdio de gravação, biblioteca, canto de leitura e pátio coberto; Espaços de apoio às atividades culturais: secretaria/recepção, copa/cantina, banheiros; Áreas técnicas e administrativas restritas: área técnica + DML, vestiário e acervo técnico/ depósito. Na planta baixa (figura 15) pode-se observar a configuração dos ambientes no espaço, bem como suas áreas.

Figura 15 – Planta Baixa Núcleo Básico



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

Entre os espaços de uso cultural, a incubadora (figura 16) foi pensada para ser utilizada por organizações e associações culturais do território como sala de coworking e os pátios cobertos (figura 17) seriam a conexão entre todos os espaços com possibilidades variadas de apropriação e formatos.

Os módulos eletivos de edificações são compostos por 8 edificações de diferentes tamanhos no mesmo sistema estrutural do núcleo básico, porém com cores distintas. As possibilidades de funções previstas de pequeno porte são: espaço multiuso, FabLab e ateliê de múltiplas expressões. As de médio porte são: cozinha comunitária e espaço dança. E as de grande porte são: quadra policultural coberta, cineteatro P e cineteatro G.

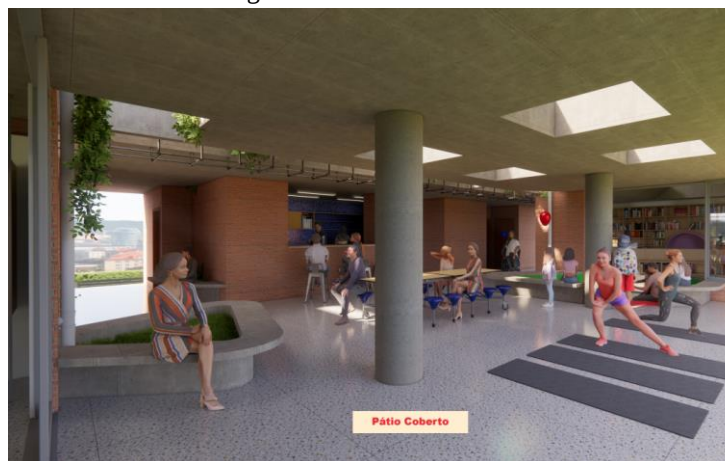
Os módulos eletivos mobiliários são compostos por 7 praças temáticas com funções de leitura, expositores, horta, infantil, esportivo, cine teatro e anfiteatro.

Figura 16 – Incubadora Cultural



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

Figura 17 – Pátio Coberto



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

A principal característica buscada pelo projeto foi a flexibilidade e diversificação de implantação e usos adotados. Para isso, o núcleo básico foi pensado com quatro eixos de circulação (figura 18) onde poderão ser colocados os módulos eletivos com conexão parede e parede ou com passarelas cobertas para terrenos maiores.

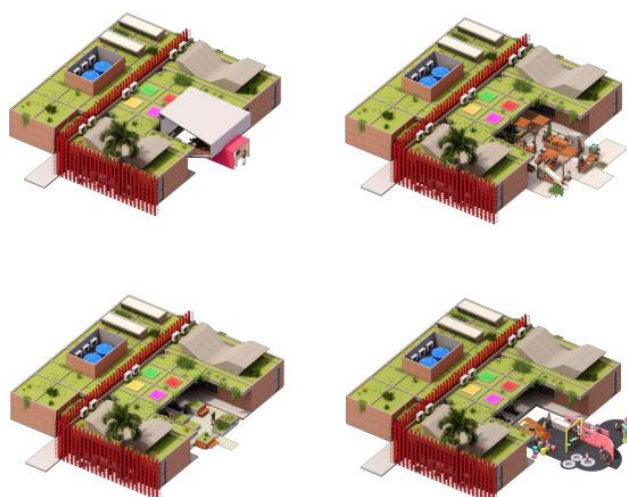
Figura 18 – Eixos de conexão para módulos eletivos



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

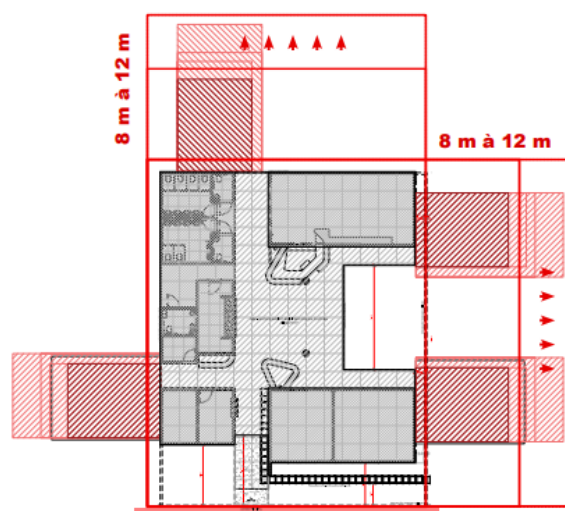
Outra estratégia para diversificação é a utilização do pátio lateral para colocar módulos eletivos de edifícios e mobiliários, por isso existe a recomendação de deixá-lo conectado a área livre do terreno, caso haja. Na figura 19 estão representados exemplos de adequação com módulos de mobiliários de cineteatro, de praça de leitura, de horta comunitária e de praça infantil respectivamente. Já a figura 20, ilustra a área de expansão onde podem ser colocados edifícios de pequeno e médio porte dependendo da extensão do terreno.

Figura 19 – Exemplos de configurações com mobiliários



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

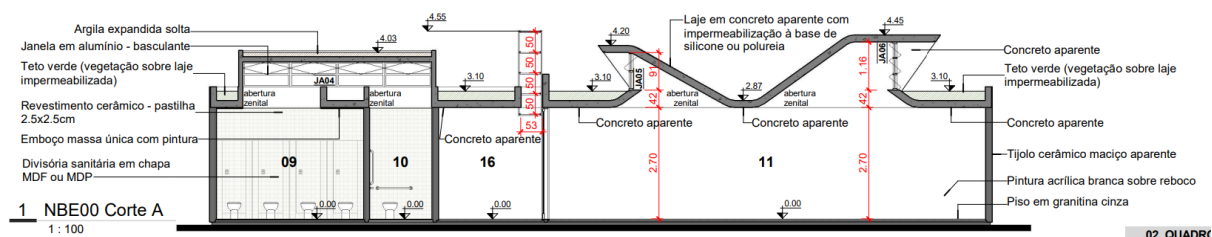
Figura 20 – Área de expansão para módulos de pequeno e médio porte



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

O projeto do CEU de Cultura foi pensado para se adaptar a condições climáticas dependendo do local em que for implantado. Isso foi possível por meio da laje ajardinada (figura 24), das paredes com inércia térmica, dos beirais largos e dispositivos de sombreamento para fachadas de vidro. A posição do pátio e das circulações, por exemplo, pode ser ajustada dependendo do clima local. Além disso, foi disponibilizado o modelo espelhado do CEU para situações em que se encaixaria melhor.

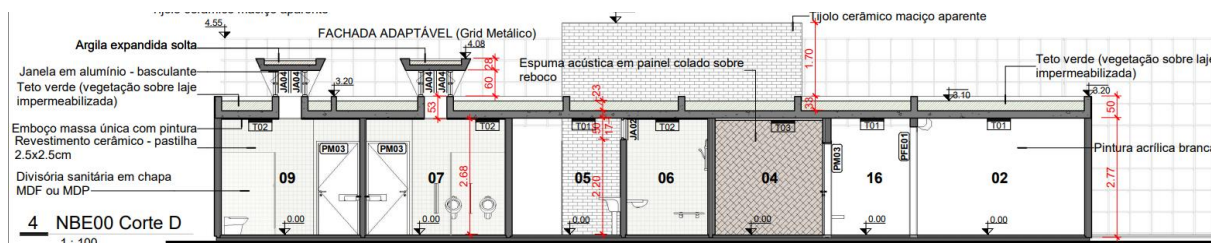
Figura 21 – Corte A ilustrando as lajes ajardinadas e os “sheds”



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

Outra solução térmica e ambiental adotada foi a adoção de “sheds” que podem ser visualizados na figura 21. Esses equipamentos possibilitam que as salas tenham iluminação natural, diversificam o pé direito e reforçam a ventilação por permitirem a saída de ar quente. Além deles, também se utilizou elementos para iluminação e ventilação zenital, lanternins (figura 22).

Figura 22 – Corte D ilustrando os lanternins



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

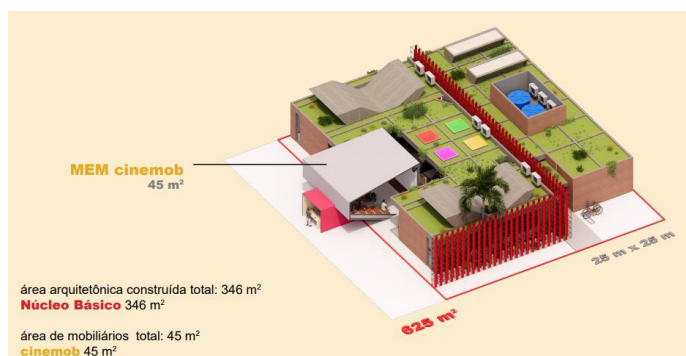
As fachadas dos CEUs de Cultura foram pensadas para serem apropriadas por cada local de implantação. Ela foi montada com uma estrutura de “grid” metálico que possibilita diversificação de usos e manifestações explorando a diversidade cultural de cada região (figura 23). Para tal, são disponibilizados detalhamentos com pelo menos três acabamentos. Além disso, o “grid” também possui a função de proteger o vidro na fachada do sol.

Figura 23 – Grid metálico na fachada do CEU



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

Figura 24 – Configuração para terreno de 625 m²



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

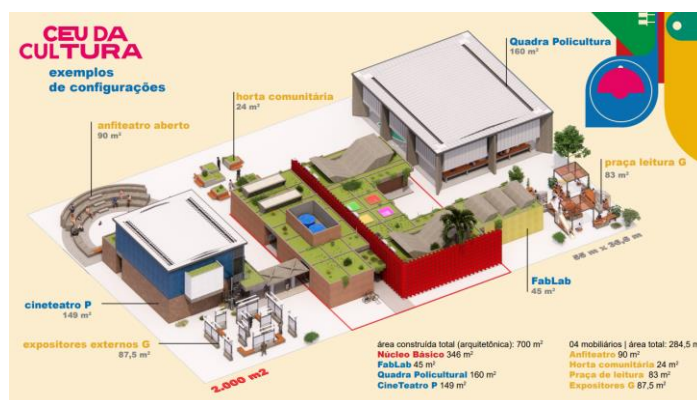
Tendo em vista as soluções adotadas e o objetivo de adequação do CEU de Cultura em regiões com diferentes condições climáticas, diferentes dimensões de terreno disponível e diferentes necessidades, são exemplificadas possíveis configurações. Nas figuras 24, 25 e 26 observa-se CEUs da cultura para um terreno de 625 m², um de 1.100 m² e um de 2.000 m².

Figura 25 – Configuração para terreno de 1100 m²



Fonte: Ministério da Cultura, 2024

Figura 26 – Configuração para terreno de 2000 m²

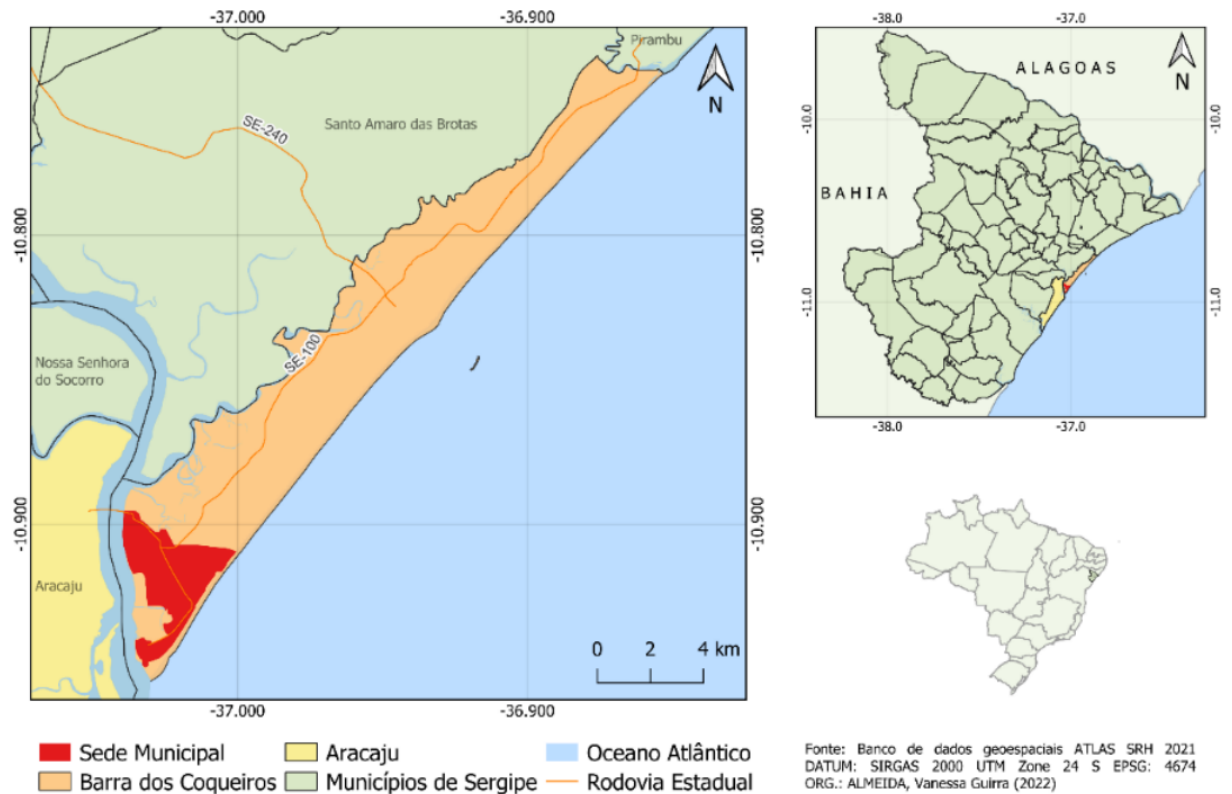


Fonte: Ministério da Cultura, 2024

4 Análise do Município

O município de Barra dos Coqueiros localiza-se no leste sergipano entre as coordenadas 10°54'32" de latitude sul e 37°02'19" de longitude oeste. Seus limites fazem fronteira à oeste com a capital Aracaju havendo uma separação pelo Rio Sergipe, à noroeste com Santo Amaro das Brotas e ao Norte com Pirambu como representado no mapa da figura 27. Devido à sua localização litorânea próxima de rios, manguezais e mar, o relevo do município é uma grande planície litorânea com clima predominante tropical quente e úmido. Já a vegetação do município é do bioma da mata atlântica com a presença de coqueiros, cajuzeiros, muricizeiros, cambuizeiros e mangabeiras, além de outras espécies da restinga e mangue.

Figura 27 – Município da Barra dos Coqueiros - SE



Fonte: Guirra, 2022

A Barra dos Coqueiros começou a desenvolver sua povoação conhecida como Ilha de Santa Luzia, apesar do território se tratar de uma península. Durante sua formação até o início dos anos 2000, o município possuía uma economia agrária ligada a atividades de pesca artesanal no oceano e nos rios, de cata de mariscos e coleta de frutas típicas, sendo que as residências eram feitas, predominantemente, de taipa e palha dos coqueiros. O principal meio de transporte era hidroviário através de lanchas, balsas que conectavam à capital e a tradicional embarcação conhecida popularmente como “to to tós”. Uma atividade econômica importante para o desenvolvimento do município foi a cocoicultura, sendo que em meados dos anos 50 houve a instalação de duas fábricas de beneficiamento de coco-da-baía. Apesar disso, a cocoicultura não esteve ligada às comunidades tradicionais sendo implantada normalmente em grandes sítios e fazendas de proprietários que possuíam relação com a terra diferente das comunidades. Essa atividade vem sofrendo uma queda desde a década de 80.

Por esse caminhar na historicidade tradicional e econômica do município, nota-se relações de uso direto com os recursos provindos da natureza, trabalhos realizados em estreita relação com a satisfação das necessidades básicas, demonstrando uma vida compreendida como totalidade entre as atividades produtivas – sitiantes; pesca; roçado; manufaturas artesanais, e, àquelas para subsistência alimentar e de moradia – plantio agrícola em pequenas propriedades; colheita de frutas e raízes para consumo familiar; criação de animais para carroças, cavalgadas e alguns para subsistência; recolhimento de materiais orgânicos (títica de galinha, estrume do gado e outros) para enriquecimento do solo e no plantio doméstico; retirada e poda de palhas de coqueiros para construção de palhoças, quiosques e barracões para venda de frutas, mariscos e peixes à beira do rio e da rodovia, constituintes de um conjunto de operações (Souza, 2019, p. 82).

Essas características do município ditaram diretamente a construção da cultura da Barra dos Coqueiros. As embarcações chamadas “to-to-tós” na figura 28, por exemplo, são reconhecidas como patrimônio cultural sergipano. Outro patrimônio cultural material são as mangabas e mangabeiras que após o decreto nº 12.273 de 1992 foi reconhecida como árvore símbolo de Sergipe. Inclusive, de acordo com o IBGE (2023), Sergipe tem o maior valor de produção da mangaba do país chegando a quase 1.700.000 reais.

Figura 28 – To-to-tós no Rio Sergipe



Fonte: Da autora, 2025

Já referente ao patrimônio imaterial existe a prática do artesanato, grupos de dança como Samba de Coco e quadrilhas, grupos folclóricos como as Mangabeiras, o Reisado e as comunidades tradicionais que receberão enfoque no presente trabalho. Na sede do município existe a Associação dos Artesãos da Barra dos Coqueiros que busca representar o artesanato local e preservá-lo. Esse grupo se identifica como uma rede que luta pelo direito de viver, produzir e vender de maneira sustentável participando de diversas feiras no município.

O estilo de vida existente durante o povoamento do município era característico das comunidades autônomas extrativistas que possuem uma cultura diretamente ligada à natureza. Foram essas comunidades os agentes formadores do município da Barra dos Coqueiros e cujas atividades são patrimônio imaterial local.

Apesar do que foi discutido no capítulo 2.1 sobre a importância de preservar o patrimônio cultural de uma região, observa-se na Barra dos Coqueiros, uma carência de infraestrutura específica que incentive a valorização do mesmo. A lei municipal nº 1048 de

2021 regula o Sistema Municipal de Cultura (SMC) e reafirma a responsabilidade do poder público em assegurar a preservação e valorização do patrimônio material e imaterial do município. Entretanto, no município, não existem, por exemplo, teatros, museus ou um centro cultural. Existe uma biblioteca instalada em uma construção que foi residencial que poderia ser mais valorizada e exposta para a população. Normalmente festas tradicionais e eventos de caráter cultural utilizam-se de praças e igrejas, no caso de manifestações religiosas.

4.1 Desenvolvimento do município

Uma das grandes construções realizadas na Barra dos Coqueiros, foi o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) em 1994 no povoado de Capuã, que se tornaria o único terminal portuário do estado. Em 2006, com a construção da ponte Construtor João Alves, a dinâmica de povoação sofreu uma mudança radical com o crescimento da especulação imobiliária. O município passou a ser tomado por uma série de empreendimentos, construções de condomínios e aumento populacional. Fenômeno que se repetiria anos depois por volta de 2020 após outras obras de infraestrutura como a construção da rodovia SE 100 Norte, o Parque de Energia Eólica e a instalação da Usina Termelétrica. De acordo com o IBGE, a Barra dos Coqueiros é o município que mais cresceu no Estado em termos de população. Em 2007 a população era de 19 mil habitantes, depois, em 2010, passou para 24 mil habitantes e, finalmente, em 2022, foram registrados 41 mil habitantes.

A ocupação da Barra por empreendimentos também relaciona-se com a revisão do Plano Diretor Sustentável e Participativo da Barra dos Coqueiros (PDSP) em 2016, que alterou o macrozoneamento retirando as zonas rurais e classificando a área apenas em zonas urbanas: de Adensamento Preferencial (ZAP), de Adensamento Básico (ZAB) e de Adensamento Restrito (ZAR). Tal ação impulsiona o parcelamento do solo, já que, segundo a Lei nº 6766/79, loteamentos e outros empreendimentos só podem ser implantados em áreas urbanas.

A situação possibilitou o crescimento no número de empreendimentos e habitações, com a construção de condomínios fechados, voltados para classe média alta. Esses, além de criarem impactos ambientais com as construções e o desmatamento da vegetação original, trazem, como consequência, a privatização de áreas de praias.

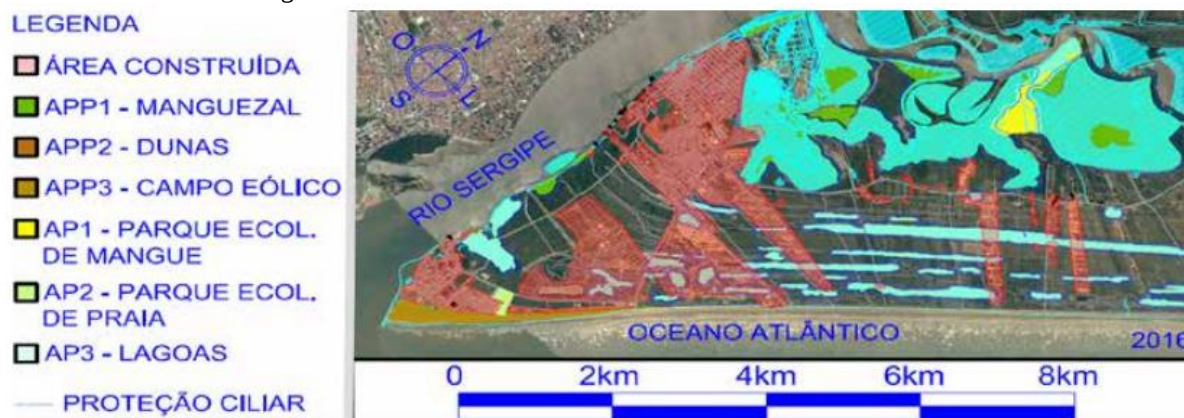
Figura 29 – Extensão de área construída em 2004 e 2016



Fonte: Filgueiras e Teixeira, 2017

Na figura 29 observa-se a evolução no adensamento das áreas construídas nas Zonas de Adensamento Preferencial e de Adensamento Básico nos anos 2004 e 2016. Houve uma taxa de crescimento de 175 % concentrado principalmente na ZAB 1 e na ZAB 3. Já na figura 30, é possível analisar as intervenções das áreas construídas com relação aos condicionantes ambientais que são as Áreas de Proteção Permanente (APP) e Áreas de Proteção (AP). Observou-se que existem intervenções construtivas sobre a paisagem natural, principalmente em área de proteção de lagoas e essas podem gerar impactos negativos a própria população. (Filgueiras e Teixeira, 2017, p. 144)

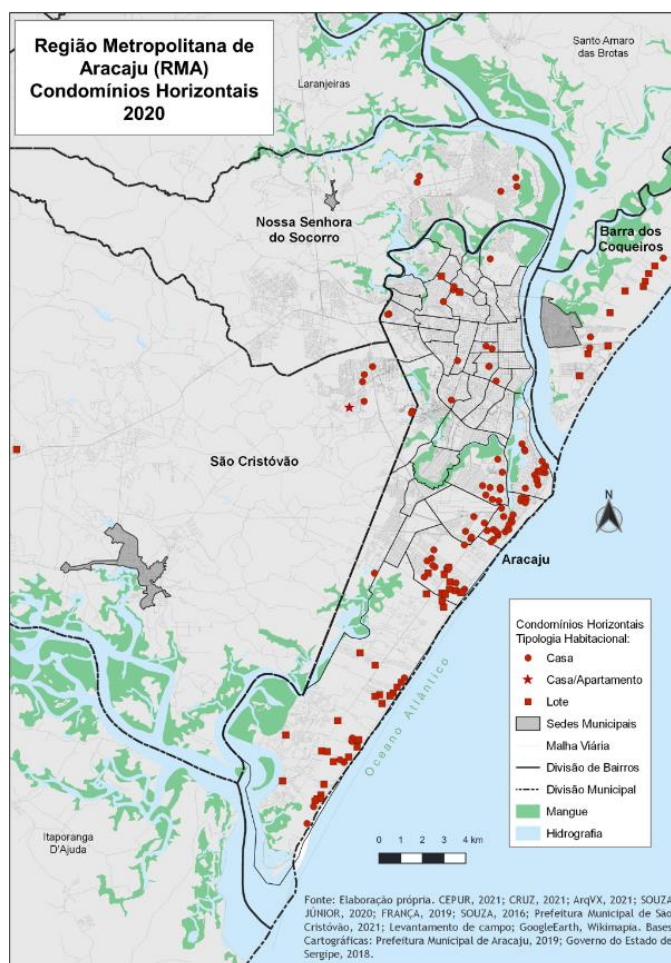
Figura 30 – Área construída sobre os condicionantes ambientais



Fonte: Filgueiras e Teixeira, 2017

Com relação aos novos condomínios, vale ressaltar que eles atraem moradores advindos de outros municípios, principalmente da capital e os isolam da vivência na Barra dos Coqueiros criando uma comunidade própria. Em alguns casos, existem áreas comerciais nos próprios condomínios que atendem necessidades básicas dos habitantes e os desestimulam de se relacionarem com o comércio do município. Além disso, a implantação de condomínios alto padrão valorizaram o preço da terra e dificultam o acesso da população local ao território em que nasceram.

Figura 31 – Identificação de condomínios horizontais na região metropolitana de Aracaju



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2021

Na figura 31, visualiza-se a expansão de condomínios horizontais na região metropolitana de Aracaju e percebe-se a predominância da tipologia de casas próximo à sede da Barra e de lotes ao longo da costa marítima passando pelo povoado de Olhos D'Água e Capuã.

Segundo Filgueiras e Teixeira (2017, p. 145), são alguns impactos ambientais provenientes da urbanização: Redução da área vegetal/ambiente natural; Impermeabilização de áreas verdes; Modificações de cursos naturais e qualidades das águas; Aumento da contribuição do esgoto e destino incorreto, entre outros. A gravidade do impacto vai ser determinada pelo volume e pelo tipo de empreendimento a ser construído e como o município possui uma vasta área livre, possibilita uma maior expansão territorial, sendo uma característica relevante para a atenção pública. (Filgueiras e Teixeira, 2017, p.145)

O próprio processo de construção da ponte Construtor João Alves acarretou impactos ao meio ambiente e aos moradores que, em alguns casos, precisaram ser retirados de suas moradias como previsto no Relatório de Impacto Ambiental – Ponte sobre o Rio Sergipe da Ambientec, (2004, p. 8). A figura 32 abaixo presente no relatório detalha outros impactos ambientais.

Figura 32 - Tabela de atividades, aspectos e impactos do Relatório de Impacto Ambiental – Ponte sobre o Rio Sergipe

Tabela 58 – Limpeza do terreno, destocamento e terraplenagem – Barra dos Coqueiros

ATIVIDADES	ASPECTOS	IMPACTOS
Movimentação de Máquinas e Veículos pesados	Emissão de gases	Polição do ar
	Emissão de poeira	Polição do ar
	Derramamento de óleo na movimentação	Polição do solo e dos recursos hídricos
	Derramamento de óleo nas trocas no local	Polição do solo e dos recursos hídricos
	Ruído	Polição Sonora
Desmatamento	Retirada de manguezais	Afugentamento de animais
		Redução da flora
		Perda do potencial da fauna e flora
		Alteração da paisagem
		Alteração do microclima
	Derrubada de coqueiros	Redução da flora
		Alteração da paisagem
		Perda do potencial da flora
Destocamento	Emissão de material particulado	Polição do ar
	Degradação dos solos	Erosão
	Transporte de entulhos	Polição do ar e do solo
	Disposição dos entulhos (áreas de bota fora)	Polição do solo
		Geração de vetores

Tabela 59 – Fundações e edificações (pilares etc) – Trecho sobre o Rio Sergipe

ATIVIDADES	ASPECTOS	IMPACTOS
Movimentação de barcas e balsas da construção	Emissão de gases	Polição do ar
	Ruído	Polição sonora
	Derramamento de óleo	Polição do solo e da água
	Aumento do tráfego	Risco de acidentes
Sondagens de percussão	Ruído	Polição sonora
		Afugentamento de animais
Fundações dos pilares	Ruído	Polição sonora
		Polição das águas
		Polição do sedimento de fundo
		Alteração da biota aquática

Fonte: Ambientec, 2004

Anos após a construção da ponte foram observadas novas complicações. De acordo com a pesquisa de impactos ambientais realizada por Feitosa et al:

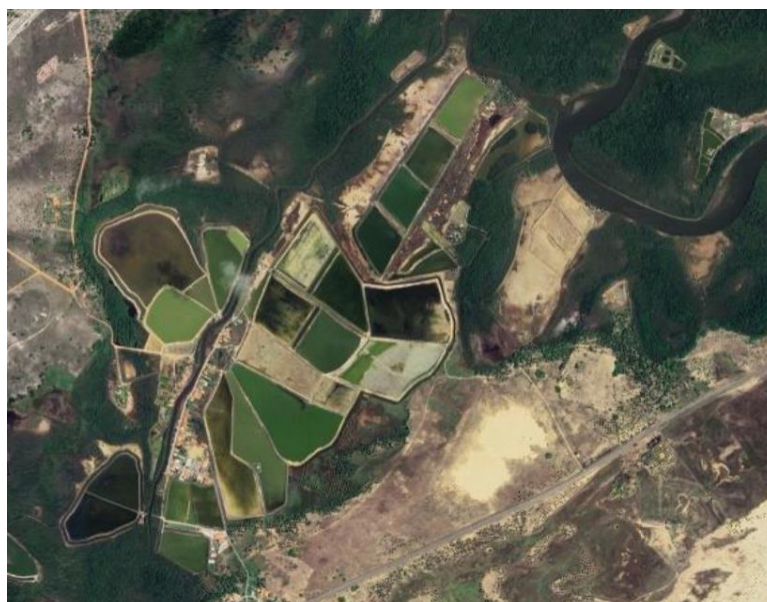
Na etapa de coleta de dados foram contabilizados, 10 (dez) impactos no entorno (raio de 10 Km) da ponte Construtor João Alves, sendo 5 (cinco) antrópicos, 2 (dois) bióticos e 3 (três) físicos, respectivamente: Ampliação dos condomínios habitacionais; Aumento do tráfego de turistas; Intensificação das casas de luxo; Inviabilização do transporte marítimo; Desapropriação de comunidades extrativistas; Mortandade de peixes e mariscos; Supressão de fragmentos de manguezais; Assoreamento de corpos hídricos; Aumento da produção de resíduos sólidos; e Índícios de processos erosivos (Feitosa et al, 2018, p. 180).

Os autores se basearam na matriz de Leopold (1971) para caracterizar os valores de importância e magnitude de cada impacto e calcularam o índice geral de cada um. O impacto mais grave e que merece maior atenção é “mortandade de peixes e mariscos”, com índice de 3,125, em virtude do seu efeito prejudicial sobre a biodiversidade local, já que a diminuição de uma espécie traz sensíveis consequências na cadeia produtiva e no ecossistema (Feitosa et al,

2018, p. 187). Logo em seguida vinham os seguintes impactos: supressão de manguezais, ampliação de condomínios residências e assoreamento dos corpos hídricos.

Percebe-se que tais impactos negativos, juntamente com os impactos na figura 32, afetam diretamente as comunidades tradicionais. Alguns impactos listados como poluição/diminuição dos recursos hídricos, redução da flora, supressão de manguezais, desapropriação das comunidades extrativistas e mortandade de peixes e mariscos impedem que as comunidades tradicionais garantam sua subsistência. Em adição a esses efeitos observados, mais recentemente os canais fluviais entre os municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas vêm sendo utilizados para carcinicultura (figura 33). Essa é uma atividade econômica com elevado potencial de degradação da qualidade dos cursos fluviais, principalmente quando realizada sem o acompanhamento técnico adequado conjuntamente a fiscalização ambiental rigorosa. (Santos et al, 2021, p. 14)

Figura 33 – Local de carcinicultura no canal de São Sebastião



Fonte: Google Earth, 2025

Diante das mudanças sofridas pelo município de Barra dos Coqueiros e dos impactos negativos que a população e o meio ambiente têm enfrentado, coloca-se em discussão o paradoxo entre as vantagens do incentivo ao desenvolvimento de um território e como isso afeta o que existia anteriormente. É importante que um município invista em seus equipamentos, construa obras que beneficiarão o território, como o caso da ponte e das demais citadas, incentive o crescimento populacional e de áreas construídas. Entretanto, o fenômeno ocorrido na Barra dos Coqueiros se tratou de um crescimento exorbitante e desordenado em um curto espaço de tempo sem planejamento adequado ou uma análise das consequências e formas de mitigá-las.

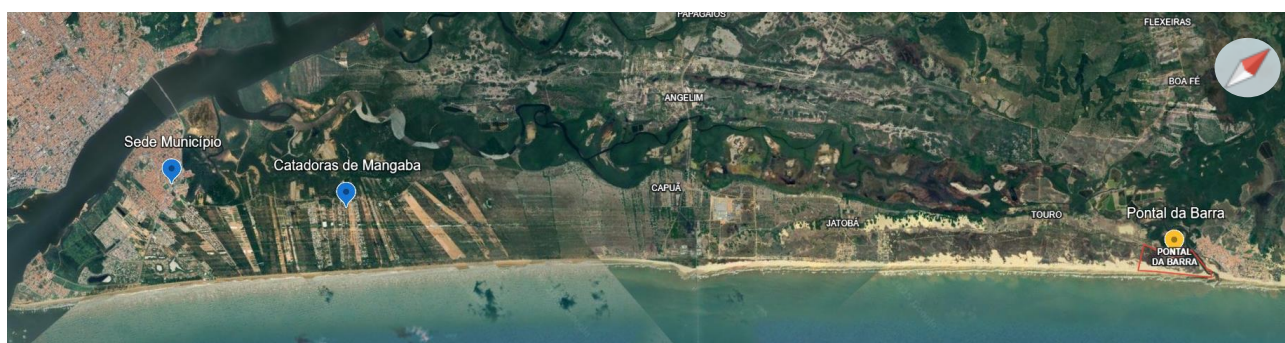
Nota-se, portanto, que o processo de desenvolvimento da Barra se deu, a partir de uma perspectiva do capital, um modelo resultante de fatores que se conjugaram, atraídos pelos incentivos fiscais, facilidades de ocupação da terra e manejo de recursos naturais. Assim, implantaram-se procedimentos para fins de crescimento\investimentos enquanto que, o município perde as suas características, comunidades são postas à margem do cenário físico estrutural modernizado, que ainda

se altera, profundamente, a paisagem natural ao mudar hábitos culturais, ao subverter relações socioambientais estabelecidas entre tradicionais moradores, a exemplo dos pescadores (Souza, 2019, p. 96).

Dentre as sugestões de medidas mitigadoras elencadas por Feitosa et al (2018, p. 188), estão presentes “Incentivo ao empreendedorismo” relacionado às comunidades com intuito de que essas possam garantir sua fonte de renda através da venda de seus produtos e um “Programa de Educação Ambiental” para disponibilizar informações e sensibilizar a população proporcionando discussões sobre os impactos e medidas mitigadoras. Ambas sugestões poderiam ser postas em prática por meio de um Centro de Cultura com enfoque em educação cultural e ambiental.

Esse crescimento exorbitante causou impactos diretos nas comunidades e em seu modo de vida. No mapa abaixo, figura 34, é possível visualizar onde está localizada a sede física da Associação das Catadoras de Mangaba, a comunidade quilombola do Pontal da Barra e Sede do município onde está a Associação de Pescadores da Colônia Z13. É preciso destacar que os pescadores artesanais estão presentes em toda extensão do município, já que desde o Norte do estado, os quilombolas realizam a pesca artesanal, até o Sul onde existem pescadores na Atalaia Nova. O mesmo pode-se afirmar sobre as marisqueiras, elas estão espalhadas pelo município e inclusive uma parte das catadoras de mangaba também são marisqueiras.

Figura 34 – Mapa de localização das comunidades no município de Barra dos Coqueiros



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2025

Essa população tem o seu cotidiano ligado a recursos naturais como a pesca artesanal de mariscos e peixes, a extração da palha do coqueiro para artesanato e construção de moradias e a coleta de frutos como coco, mangaba e caju para venda e consumo. Por meio da transmissão de conhecimento e tradições através das gerações, esses grupos mantiveram sua cultura viva apesar de dificuldades.

4.2 Catadoras de Mangaba

As catadoras de mangaba estão presentes em diversas partes do estado de Sergipe como os municípios de: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga d'Ajuda, Japarutuba, Japoatã, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Neópolis, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e St. Luzia do Itanhhy. Elas são compostas por mulheres em maioria negra, marisqueiras, pescadoras artesanais, culinárias, artesãs, agricultoras,

compositoras e poetistas. Essas comunidades começaram a se formar devido a presença da mangabeira em áreas naturais próximas ao litoral do estado desde a Foz do Rio São Francisco até a Foz do Rio Real. Essa planta representa até hoje importante fonte de renda e de reconhecimento social para elas. De acordo com a pesquisa do Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe, a Barra dos Coqueiros é o município que possui a segunda maior extensão ocupada com áreas naturais de mangabeira, sendo 20% do território (Embrapa, 2017, p. 36). No município as catadoras se localizam principalmente nos povoados de Capuã, Olhos d'Água e Jatobá.

Em 16 de dezembro de 2010, o Estado de Sergipe promulgou a lei nº 7.082 que em seu art. 1º reconhecia as catadoras de mangaba como grupo culturalmente diferenciado, que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais indispensáveis para garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica.

Essa comunidade começou a se formar a partir de mulheres que realizavam a cata da mangaba e de outros frutos para alimentar suas famílias. Em seguida, com o desenvolvimento local, elas passaram a vender as frutas para se sustentar e desde a década passada vêm se dedicando ao beneficiamento da mangaba para produzir produtos derivados para a venda.

Outro ponto fundamental em sua organização de trabalho, verificado na análise de seu modo de vida e trabalho, é a total predominância do uso de meios naturais de produção, em uma lógica patrimonial de respeito, preservação e sintonia com a natureza, características de uma atividade que é ao mesmo tempo mantenedora da cultura e do meio ambiente. É dessa forma que as catadoras de mangaba, que também são plantadoras de mangabeiras, tanto em suas terras como em outras áreas onde realizam a cata, se organizam para tentar garantir a reprodução de seu modo de vida, o qual há diversas gerações tem se mantido em total harmonia com a natureza (Gesteira, 2017, p. 129).

De acordo com o Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe (Embrapa, 2017, p.31), o extrativismo da mangaba é a primeira fonte de renda para todas as catadoras do município de Barra dos Coqueiros. Além das mangabas, essas mulheres também garantem sua sobrevivência através da coleta de outras frutas como cajus, muricis e cambuís, através do extrativismo animal de peixes e mariscos e em alguns casos possuem trabalhos assalariados ou por diária.

Quanto a comercialização da mangaba pelas catadoras da Barra dos Coqueiros, de acordo com uma pesquisa realizada por Gesteira (2017, p. 35), 45% dos frutos são vendidos em feiras, 25% são vendidos em estradas, 14% são vendidos para atravessadores, 4% são vendidos para fábricas, 9% passam pelo beneficiamento e 7% vão para outras destinações. Existe também a presença de outro agente no circuito da comercialização, os donos das propriedades onde estão as mangabas que as vendem para as catadoras. No imóvel rural São José do Arrebancado, em Barra dos Coqueiros, por exemplo, uma área de 146 ha, cujo acesso era livre até 2008, sendo proibido de 2009 a 2010, o dono da propriedade passou a cobrar pelos frutos coletados pelas catadoras de mangaba. (Embrapa, 2017, p. 38). Ainda participam do processo feirantes, fábricas, restaurantes, mercados, entre outros.

Outro ponto que merece destaque nesse cenário é a fraca articulação comercial desses sujeitos sociais com o mercado, que os leva a negociar parte considerável de sua produção em beira de estrada e com atravessadores, no primeiro caso ficando restrita

a possibilidade de comercialização, e no segundo perdendo parte de sua renda para os atravessadores (Gesteira, 2017, p. 36).

Dessa forma, destaca-se a necessidade de um ponto comercial próprio das catadoras que lhes proporcione maior visibilidade e articulação comercial direto com o consumidor final.

Apesar de seu valor cultural significativo para o estado, as catadoras de mangaba enfrentam uma realidade em que lutam pela garantia de um território em que possam continuar coletando a mangaba e realizando suas atividades. No capítulo 2 desse trabalho, “Revisão Teórica”, foi analisada a relação das comunidades tradicionais com o território e a importância do mesmo. Também foi discutida a criação das reservas extrativistas como uma solução para garantir que as comunidades continuem existindo e preservando seu modo de vida.

As catadoras, mais especificamente da Barra dos Coqueiros, costumavam realizar suas atividades extrativistas em áreas de terceiros, já que antes da urbanização acelerada do município, essas áreas ficavam livres ou praticamente abandonadas. Mesmo naquele tempo existiam conflitos, mas também havia acordos entre as catadoras e os proprietários para dividir o lucro, por exemplo, ou onde as catadoras pagavam para acessar a terra. Um cenário no qual, por mais que diversos conflitos entre elas e os proprietários pudessem existir, ambas as atividades coexistiam no mesmo espaço, mesmo que dentro de lógicas de produção sobremodo distintas. (Gesteira, 2017, p.22). Entretanto, com o crescimento do município, essas áreas foram drasticamente reduzidas, já que passaram a ser vendidas para construtoras para implantação de empreendimentos como condomínios fechados e loteamentos.

No recorte da tabela do Mapa do Extrativismo da Mangaba em Sergipe (figura 35), é possível observar que em 2016, na Barra dos Coqueiros, já não existiam áreas de acesso livre para as catadoras e que o acesso delas ocorria principalmente em sítios próprios que beneficiam apenas uma parte detentora das terras e não a comunidade como um todo. Além disso, também existia uma parte da área de remanescentes de mangabeiras em sítios de terceiros nos quais as catadoras precisavam comprar os frutos.

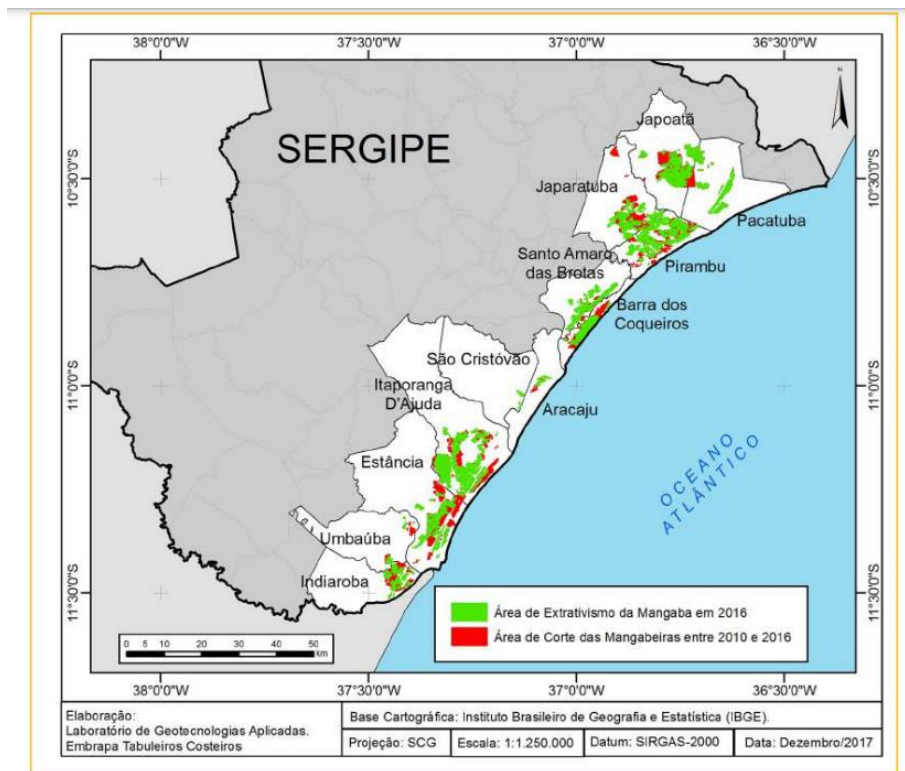
Figura 35 - Áreas dos municípios e dos remanescentes de mangabeiras por tipos e proibição de acesso às plantas

Municípios	Área total	Áreas naturais de mangabeiras	Área de acesso livre	Área de acesso em sítio próprio	Área de acesso em sítio terceiro (concedidas para coleta)	Área de acesso em sítio terceiro (compra)	Área de acesso em sítio terceiro (diária)	Área arrendada	Área proibida
Aracaju	18.014	284,79	27,46	-	257,32	-	-	-	-
Barra dos Coqueiros	9.190	1.872,80	-	1.594,60	-	278,20	-	-	-

Fonte: Embrapa, 2017

A Barra dos Coqueiros foi o segundo município que mais sofreu com a redução no tamanho das áreas de ocorrência natural das mangabeiras. Os resultados deste mapeamento mostram uma redução das áreas naturais de ocorrência de mangabeiras de 10.456 ha. (29,6%), no período de 2010 a 2016 (Embrapa, 2017, p. 51). O mapa da figura 36, ilustra a situação das áreas naturais de ocorrência das mangabeiras em Sergipe entre 2010 e 2016.

Figura 36 – Comparação entre a área de ocorrência das mangabeiras entre 2010 e 2016

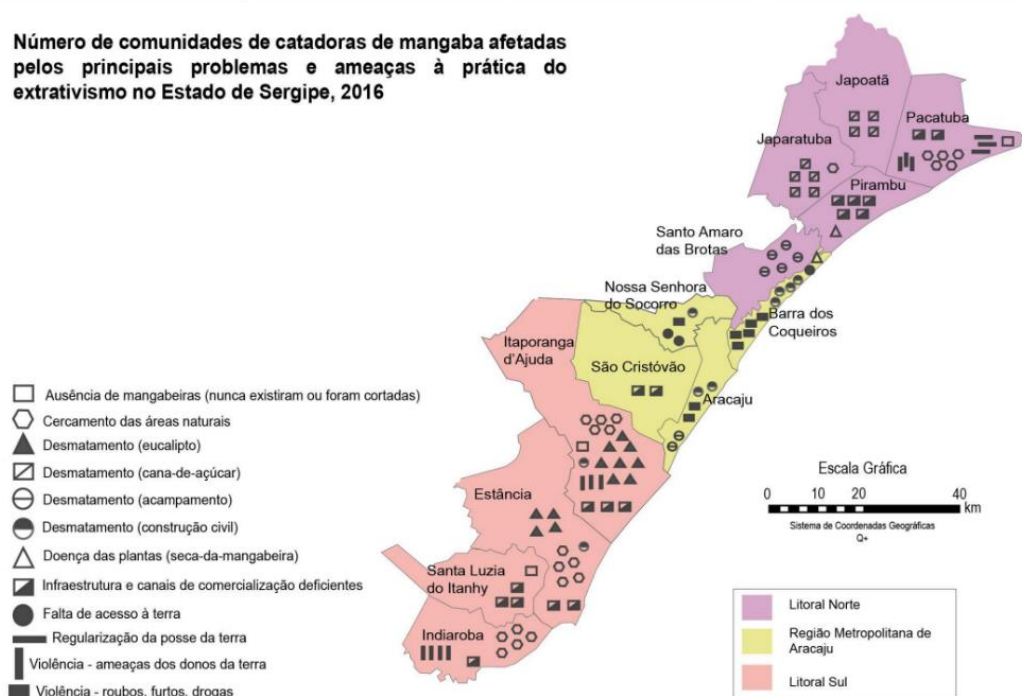


Fonte: Embrapa, 2017

Ou seja, as áreas de ocorrência natural do fruto onde as catadoras normalmente costumavam praticar as atividades de extração vêm sendo degradadas e ocupadas por grandes empreendimentos imobiliários impedindo o acesso delas. Além disso, a intensa urbanização da Barra dos Coqueiros trouxe consigo também, violência urbana que não era vivenciada por esses grupos anteriormente. No mapa abaixo (figura 37), observa-se as que as principais ameaças às catadoras da Barra dos Coqueiros são o desmatamento e ocupação da construção civil juntamente com a violência. Além dessas também estão presentes a falta de acesso à terra e doenças das plantas.

Figura 37 – Principais problemas e ameaças às catadoras de mangaba em Sergipe

Número de comunidades de catadoras de mangaba afetadas pelos principais problemas e ameaças à prática do extrativismo no Estado de Sergipe, 2016



Fonte: Embrapa, 2017

Diante da situação descrita, em 2010 foi criada a Associação das Catadoras de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros (ACMBC). Ela objetiva organizar a comunidade socialmente a fim de lutar pela garantia dos direitos socioambientais e de propiciar condições melhores para atuação das catadoras. A construção da sede no povoado Capuã foi possibilitada com o financiamento da Petrobrás e anos após foi ampliada por meio do programa PEAC em 2016. A sede física primeiramente contava com uma cozinha industrial e ambientes de depósito para armazenar os produtos derivados produzidos. Com a ampliação, passou a ter um segundo andar com salas administrativas para a associação e para realização de oficinas e reuniões.

Apesar da mobilização das catadoras, ainda não foram autorizadas a demarcação de unidades de conservação ou reservas extrativistas que garantiriam a manutenção de seu modo de vida e sua subsistência. Existe, entretanto, um projeto encabeçado pela prefeitura da Barra dos Coqueiros de doação de um terreno para a comunidade, que se encontra parado. Com base nessas situações reforça-se a necessidade providenciar meios de manutenção dos saberes e da cultura das catadoras de mangaba.

4.3 Pescadores artesanais e marisqueiras

O município de Barra dos Coqueiros localiza-se em uma região geográfica que propicia a atividade pesqueira. No seu território em península ocorre o encontro do Rio Sergipe com o mar e seu relevo de planície litorânea possibilita a formação de manguezais, de lagoas e a passagem de outros rios como o Canal Pomonga e o São Sebastião. Assim, as marisqueiras e pescadores estão espalhados por todo município, sendo a predominância na sede do município (no Rio Sergipe, no porto e na Colônia de pescadores), na Atalaia Nova, no povoado Canal, em Jatobá, Capuã e no Pontal da Barra.

A prática da pesca no município foi instrumentalizada por várias décadas no cotidiano da vida dos pescadores e antigos moradores. Hábitos iniciais por meio do conhecimento de técnicas rudimentares da navegação à vela, por identificação de diferentes espécies de peixes advindos do deslocamento de cardumes, seguido pelo ‘lidar’ com a vegetação típica de restingas, mediante várzeas e manguezais que rendiam economicamente para família adquirir produtos que não podiam obter na própria ‘ilha’ (Souza, 2019, p. 79).

Esses agentes sobrevivem do que conseguem caçar e da comercialização dos produtos pesqueiros. De acordo com Souza (2019, p. 174), a maior parte do comércio é realizado na própria capital Aracaju seguida por Pirambu com a entrega aos atravessadores. Na Barra, ocorre esse comércio no mercado municipal, na beira das rodovias ou direto a clientes antigos. Em paralelo à situação comercial descrita no caso das catadoras de mangaba, nota-se que esses agentes também carecem de maior visibilidade comercial em seu próprio município.

Após a construção da ponte, houve a implantação de condomínios fechados cuja proposta era possuir uma praia privativa para seus moradores. Essas construções afetaram a dinâmica pesqueira na região, já que impediam a circulação e o acesso das marisqueiras e pescadores artesanais a essas áreas. Na figura 34 é possível observar a expansão desses empreendimentos e sua proximidade com o litoral e outros condicionantes ambientais. Além disso, com base no que foi exposto anteriormente com relação aos impactos sofridos a partir da urbanização acelerada do município, serão destacados alguns que afetaram e afetam diretamente essa comunidade: Poluição, Diminuição e alteração de rios/ canais/ manguezais, Inviabilização do transporte marítimo; Desapropriação de comunidades extrativistas; Mortandade de peixes e mariscos; Supressão de fragmentos de manguezais; Assoreamento de corpos hídricos. Souza, (2019, p. 179), elenca algumas interpretações dos discursos dos pescadores com quem teve contato quanto as atividades habituais e usos de recursos naturais. Foram listadas as seguintes interferências:

Redução do peixe e de alguns mariscos pelo fato de ocorrer estreitamento no Canal do Rio Pomonga; Poluição com resíduos sólidos em áreas de praias; Ameaça constante pelo uso e ocupação indevida de áreas de manguezais e áreas de praias fluviais e litorânea; Alterações de acesso ao Rio Sergipe, a exemplo da sede com calçadão construído, em toda extensão de largura da ponte, nos fundos do Cond.Alphaville (abertura de um largo canal) e pela frente da localidade Atalaia Nova; Armazenamento incorreto de óleo diesel, por pescadores que chegam do alto mar, causando situação de gravidade com escorrimento constante de óleo para as águas do Rio Sergipe; Na área costeira houve alteração na praia da costa com acréscimo de instalações de bares e casas de veraneios à beira da praia (Souza, 2019, p.179).

Além dos pontos já citados, os pescadores e marisqueiras ainda precisam lidar com o aumento da violência urbana. Todos esses impactos dificultam que seja mantida a atividade de pesca artesanal e de coleta de mariscos como um bem tradicional na cultura da Barra dos Coqueiros. Como analisado no capítulo “2.1 Patrimônio Cultural Imaterial”, é de extrema relevância para um povo, conhecer sua cultura e preservá-la, assim deve-se agir para que essas atividades sejam mantidas no contexto do município. Mais do que isso, essas atividades são a fonte de renda e de subsistência de diversos moradores nascidos na Barra dos Coqueiros.

A importância do repasse dos saberes da pesca, é fator fundamental para sobrevivência da atividade no município, como aspecto socioeconômico relevante para várias questões que envolvem oportunidade de renda para outras gerações barra-coqueirenses, podendo ser também uma atividade saudável aliada ao combate à

dependência de drogas, que vem marcando, fortemente, o município por falta de emprego para os jovens e pela interligação mais rápida com outros municípios depois da ponte [...] (Souza, 2019, p. 174).

4.4 Quilombolas Pontal da Barra

O Pontal da Barra é um povoado quilombola da Barra dos Coqueiros localizado no extremo nordeste já próximo ao limite com o município de Pirambu. O espaço da comunidade encontra-se próximo do manguezal, do oceano e do rio Japaratuba e é a partir desses elementos e do território que os quilombolas conseguem suas condições para sobrevivência (Figura 38).

O quilombo conta com mais de 150 famílias de pescadores, de descendentes de negros ex-escravizados fugitivos e de indígenas. Ele é um local que, em sua história, acolheu diversas pessoas que migravam pela região.

Figura 38 – Território Pontal da Barra



Fonte: Google Earth, 2025

A fonte de renda principal do Pontal da Barra são a pesca, a coleta de mariscos, trabalho em fazendas da região e o cultivo de pequenas roças nas unidades familiares. No passado, os roçados tinham uma participação maior na subsistência da comunidade, entretanto, a considerável redução de seu território original fez com que as atividades agrícolas fossem reduzidas. (Silva, 2016, p. 8) Além dessas, ainda segundo Silva (2016), alguns quilombolas têm buscado outras alternativas como confecções e reformas de rede, a coleta da mangaba e o artesanato. Aqueles que não conseguem trabalho nas fazendas próximas, procuram fora do município ou nos condomínios da região.

Quanto à religiosidade, parte da comunidade adere ao catolicismo e outra parte ao evangelismo. No passado, quando ainda moravam na Ilha do Rato e nas barracas havia pessoas de religiões de matriz afro-brasileiras como candomblé e umbanda. Entre festividades expressivas estão: a festa de São José e de Nossa Senhora da Conceição. O morador, seu Robério, conta que antigamente havia um grupo de Reisado no local, porém foi desfeito com o passar dos anos.

Próximo ao território que hoje em dia corresponde ao Pontal da Barra, havia o antigo povoado de Porto Grande, de onde os antigos moradores migraram para diversas partes dos municípios de Barra dos Coqueiros e Pirambu, ocupando e formando, inclusive, o quilombo Pontal da Barra. No século 19, quando o escravismo era a base de mão-de-obra, Porto Grande foi um entreposto comercial importante por onde eram transportadas mercadorias. Naquele tempo a região, que era uma área próspera pela monocultura da cana-de-açúcar, recebeu a visita do imperador para verificar a construção do canal do Rio Pomonga. No século 20, com o declínio econômico, os mais pobres e escravos fugitivos precisaram se mudar de Porto Grande em busca de condições de sobrevivência. Esses seriam os primeiros moradores do quilombo Pontal da Barra que na época chamava-se Ilha do Rato.

Durante muitos anos, novas famílias se abrigavam na comunidade. A maioria das habitações eram feitas de madeira e palha de coco e na comunidade não havia saneamento básico, presença de postos de saúde ou escolas. Nas figuras 39 e 40 pode-se observar essas condições. Segundo Passos et al (2017, p. 12), a comunidade vivia em condições de vulnerabilidade social muito alta.

Figura 39– Condições do local de beneficiamento de mariscos



Fonte: Passos et al, 2017

Figura 40 – Moradias da comunidade



Fonte: Passos et al, 2017

Há anos uma empresa hoteleira internacional, em parceria com uma imobiliária local, almejou construir um resort no território tradicional da comunidade de Pontal da Barra. Por conta desse projeto, desde 2010 os quilombolas passam por dificuldades ainda maiores para permanecer em suas terras e usufruir de seus recursos naturais, já que foi construída uma cerca que fazia divisa com as moradias das famílias e impedia o acesso delas às águas dos rios e dos mares. [...] Além da cerca, foi instalado um contêiner nas imediações da comunidade, com equipe de “vigilância”, que também impede os quilombolas de circular livremente pela região (Silva, 2016, p. 9).

A construção desse tipo de empreendimento danifica diretamente os recursos naturais da área. Além disso, prejudica a comunidade ao impedir o acesso e passagem dos quilombolas e contribuir para sua expropriação.

Apesar de tantas adversidades, os quilombolas não desanimam em sua luta pela titulação de suas terras, como faz questão de enfatizar o sr. Robério: Antigamente, os negros, quando se reuniam em comunidades afastadas, era com medo da chibata. Hoje é a mesma coisa que antigamente (...). Correram de lá da fome, da miséria (...). Chegaram aqui, encontraram um lugar bom de morar e isso originou um quilombo (Silva, 2016, p.12).

Para lutar pelos seus direitos, fundaram em 2011 a Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombos Pontal da Barra logo depois de serem reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares.

Em 2015, no Diário Oficial da União a portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) reconhecendo a área de 325 hectares como a comunidade quilombola Pontal da Barra. Conquista significativa na garantia do direito desses quilombolas em permanecer no seu território. Contudo na “Palavra da comunidade” as lideranças do local afirmam que ocupam apenas 5% das terras que são de direito. (Silva, 2016, p. 16). Ou seja, ainda existe um caminho a ser percorrido para que a cultura deles não deixe de existir.

A história da comunidade é de muitas dificuldades, mas também de muita luta. Nosso maior sonho é ter nosso território e que todas as nossas famílias tenham moradia digna, em casa de alvenaria, e não em palafitas ou taipas. Temos também o sonho de que os nossos filhos consigam um futuro melhor, que possam estudar, trabalhar e prosperar. Mas não queremos que eles abandonem a comunidade ou se esqueçam de toda a luta que tivemos antes deles. Além disso, queremos ser respeitados e reconhecidos enquanto quilombolas, tanto pelos órgãos públicos como pelas outras comunidades. Lutamos muito, trabalhamos muito, mas ainda não somos respeitados (Silva, 2016, p. 15).

Em 2018, o Governo do Estado de Sergipe em parceria com a Caixa Econômica Federal, por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida” inaugurou a construção de 155 casas de alvenaria em uma área próxima de onde se estabeleciam os quilombolas. A obra contou com a implantação de serviços de saneamento básico, tratamento de esgoto, abastecimento de água e pavimentação. Esse projeto possibilitou melhores condições para a população e foi considerada uma grande conquista por todos, apesar de trazer questões como novos moradores de fora da comunidade que compraram as residências.

Nosso desafio, porém, é desenvolver a comunidade, gerar emprego e renda, protegendo as áreas verdes e o meio ambiente, pois na comunidade temos áreas de manguezais, dunas e também áreas de desova de tartarugas-marinhas, e preservamos tudo isto aqui (Silva, 2016, p. 14).

4.5 Reflexões

A partir das análises e discussões sobre o processo de urbanização da Barra dos Coqueiros e a sobrevivência de suas comunidades nesse contexto, percebe-se que é preciso que haja maior reconhecimento e valorização delas a fim de proteger o patrimônio cultural imaterial do município. Destaca-se que a maioria dos dados apresentados são do ano de 2017 ou anterior,

e por isso, pretende-se entender como a situação evoluiu até os dias de hoje por meio das rodas de conversa descritas no capítulo “1. Metodologia Adotada”.

Barra dos Coqueiros, que é também dos cajueiros, dos muricizeiros, dos cambuizeiros, das mangueiras e, sobretudo, das mangabeiras, está se tornando a Barra dos condomínios, dos clubes e casas de veraneio. Com isso também não está sendo mais a Barra das catadoras de mangaba, das marisqueiras e das comunidades que ali habitam há gerações, vem se convertendo na Barra de uma nova demanda populacional, na Barra das construtoras e incorporadoras, ou seja, do capital financeiro em suas multideterminações mediadas pelo Estado. (Gesteira, 2017, p. 147).

O modo de vida dessas comunidades se encontra em risco, bem como a preservação de suas tradições. As práticas extrativistas ainda hoje representam a principal forma de sustento desses grupos ao comercializarem seus produtos. Sendo assim, as comunidades extrativistas do município carecem de um local que proporcione visibilidade frente à população e ao município para que suas causas possam ser visibilizadas, mantendo viva suas tradições e que também possibilite a comercialização de seus produtos.

5 Resultados da Pesquisa

Nesse capítulo serão sistematizadas as discussões das rodas de conversa com cada comunidade. Elas foram conduzidas tendo como base o roteiro do Apêndice 1, mas incentivando que as conversas se desenvolvessem e seguissem um fluxo natural. Infelizmente em alguns casos os grupos não tinham todas as informações das perguntas do roteiro.

É importante ressaltar que a roda de conversa faz parte do método participativo. Nesse método, os moradores das comunidades participam ativamente em comunicar suas vivências ao pesquisador e uma das formas de realizar esta dinâmica é a roda de conversa.

As rodas são mais do que disposição física (circular) dos participantes e bem mais que uma relação custo-benefício para o trabalho com grupos. Elas são uma postura ético-política em relação à produção do conhecimento e à transformação social, efetivando-se a partir das negociações entre sujeitos (Sampaio, 2014, p. 1301)

A roda de conversa é um lugar de partilha e reflexão onde as falas e conversas são construídas em interação uns com outros. Em seu livro, “Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências”, Kummer (2007) traz métodos e orientações para a realização de um projeto participativo em conjunto com uma comunidade rural. A autora, define 5 etapas para concretização do projeto que estão representadas na figura 1 abaixo.

Figura 41 – Esquematização das etapas da metodologia participativa



Fonte: Kummer (2007), sintetizado pela autora (2025)

Sendo assim, o contato com as comunidades foi organizado utilizando com base as etapas da figura 41, e adaptando as estratégias de Kummer (2007), para o trabalho proposto.

A primeira etapa de Sensibilização e mobilização, refere-se ao processo antes das ações em si, na qual deve-se identificar a comunidade, entrar em contato com representantes e lideranças e marcar um momento de encontro com a mesma. Ainda nesse momento será comunicado à comunidade a intenção do encontro e do projeto realizado.

A segunda etapa de Diagnóstico participativo é voltada para identificar informações e dados conhecendo mais a fundo o grupo. Kummer sugere uma série de ferramentas para embasar o diagnóstico. Nesse trabalho, serão utilizadas as seguintes sugestões: análise de dados, análise da história da comunidade e sistematização de problemas. Essa etapa foi executada através de rodas de conversas em conjunto com grupos de representantes de cada comunidade cujo roteiro se encontra no Apêndice 1.

Para analisar a história da comunidade, serão realizadas algumas perguntas sugeridas pela autora que buscam entender: como surgiu a comunidade, a quantidade de famílias, acontecimentos marcantes, a economia do grupo, a cultura e a religião (figuras 42 e 43). Através dessas perguntas iniciais pretende-se montar com maior clareza o perfil da população pertencente, entender a história e cultura da mesma.

Figura 42 – Tabela orientadora

Como surgiu a comunidade?	Surgiu no final do século XIX (1898), com a chegada de famílias que moravam nas vizinhanças atraídas pela extração da madeira	
Por que a comunidade tem esse nome?	Por que possuía como vegetação original a Mata atlântica	
Quantas famílias vivem na comunidade?	68 famílias	
Quantas famílias tem pelo menos 1 aposentado?	34 famílias	
Quais os acontecimentos mais importantes?	Antigamente	Atualmente
Economia: Quais as fontes de renda? Quais os produtos da agricultura, pecuária, indústria de beneficiamento e artesanato eram produzidos antigamente? Como se mostra esta economia na atualidade?	Extração da madeira, Psicultura, Mandioca, Feijão X Milho, Arroz, Cana de Açúcar, Pastagem, Gado, Ovelhas e Cabras criadas soltas.	Citricultura, Coco, Mandioca, Feijão X Milho, Tomate, Melancia, Abacaxi, Aves, Ovinos e Bovinos. A citricultura vem apresentando limitação quanto à viabilidade econômica devido aos custos de produção X preços dos produtos no mercado.

Fonte: Kummer, 2007

Figura 43 – Tabela orientadora

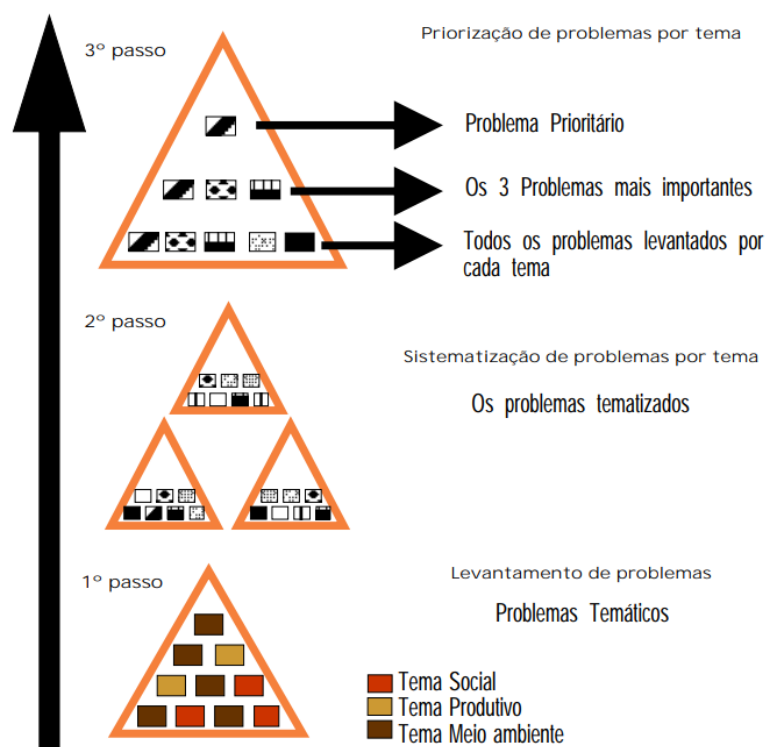
Quais os acontecimentos mais importantes?	Antigamente	Atualmente
Meio ambiente: Quais e como eram os recursos naturais? Como se caracterizam hoje solo, água e mata?	Existência da exuberante mata atlântica, a fauna e a flora eram ricas e variadas. Jardins naturais e matas ciliares compunham o cenário, pois um rio caudaloso cortava toda a região.	Desmatamento da mata, solos empobrecidos pelo uso de fertilizantes e agrotóxicos, assoreamento do rio e destruição das matas ciliares.
Cultura: Quais as festas que se comemorava e quais são praticadas hoje? Qual a data dessas comemorações?	Reisado, queima de judas, novenário de São José, Santo Antônio, São Pedro e forró.	Novenário de São José (março), queima de judas, (sábado de aleluia) e forró (junho)
Religião: Quais religiões que eram e são praticadas? Existiam/Existem conflitos entre os grupos religiosos?	Evangélica e católica. Sim, existiram conflitos devido a não aceitação pelos evangélicos dos santos católicos.	Católica e Umbanda Não

Fonte: Kummer, 2007

Além disso, o levantamento sobre a rotina da população pretende auxiliar no desenvolvimento do programa de necessidades entendendo quais as atividades cada perfil executa, com que frequência e o fluxo existente entre elas. Assim, será possível identificar os espaços e o posicionamento deles dentro do Centro de Cultura.

Como um dos objetivos da implantação do Centro de Cultura é proporcionar um espaço que traga visibilidade e apoio para grupos e comunidades tradicionais para difundir a história e cultura da Barra dos Coqueiros, percebe-se que é necessário entender as problemáticas enfrentadas por esses agentes. Para isso, Kummer sugere um método básico de coleta e estruturação de ideias em que o grupo deverá listar os principais problemas enfrentados e, em seguida, esses devem ser separados por categorias e ordem de priorização (figura 44). Para os fins desse trabalho, esse processo será desenvolvido de forma mais rápida e simplificada atendo-se ao 1º passo de levantamento e entendendo qual daqueles listados são mais problemáticos. A etapa de sistematização poderá ser realizada depois em um momento de análise dos dados expostos.

Figura 44 – Levantamento/ Sistematização/Priorização



Fonte: Kummer, 2007

A terceira etapa, Planejamento participativo, da metodologia de Kummer descreve ferramentas de planejamento de ações voltadas para enfrentar os problemas analisados com base nos dados do diagnóstico participativo. São explicadas ferramentas como a matriz FOFA, árvore de problemas e de objetivos, bem como um modelo de plano operacional. No presente estudo, a terceira etapa de planejamento foi iniciada durante o momento de roda de conversa do Diagnóstico Participativo. Já a quarta etapa de Execução de atividades e projetos específicos representa ao processo de colocar em prática o que foi planejado, enquanto a quinta etapa de Monitoramento, avaliação, acompanhamento e replanejamento propõe a avaliação periódica do andamento das ações realizadas através de indicadores e a correção do que não funcionou.

Apesar de as etapas descritas por Kummer, em especial a segunda, se encaixarem bem na intenção do trabalho em se conectar e proporcionar a participação das comunidades, a terceira etapa se distancia do objetivo geral.

Tendo em vista o objetivo de desenvolver um estudo preliminar de centro de cultura para o município da Barra dos Coqueiros, percebe-se que no planejamento desse projeto serão necessárias ferramentas e metodologias mais específicas da área de arquitetura. Assim, optou-se por utilizar as ferramentas descritas no livro “La participación en el diseño urbano arquitectónico en la producción social del habitat” de Romero, et al. (2004). Os autores descrevem etapas semelhantes às determinadas por Kummer, sendo elas: 1- Aproximação ao Problema; 2- Investigação; 3- Geração de ideias de desenho e 4- Concretização e avaliação (corresponderia às etapas 4 e 5 de Kummer, 2007).

Assim, na etapa 3 de Planejamento, deverá ser feito o levantamento dos ambientes e estruturas necessários para que as comunidades consigam ocupar o espaço, vender seus produtos, realizar atividades como apresentações, reuniões, encontros e etc.

Como o livro de Romero, et al. (2004) é voltado para construção principalmente de residências e conjuntos habitacionais, as ferramentas propostas pelo mesmo serão adaptadas. Sendo assim, será realizado a construção de uma prévia do programa de necessidades do Centro de Cultura em conjunto com as comunidades, a partir do entendimento dos espaços que deverão ser projetados e como esses se relacionarão. Isso será feito durante a roda de conversa por meio da listagem do que os membros dos grupos consideram importante existir e de perguntas orientadoras citadas no livro mexicano, como, por exemplo: Qual a opinião dos participantes? Quais atividades propostas pela comunidade no Centro de Cultura? De quais recursos precisariam? Entre outras.

A quarta etapa de Execução corresponderá efetivamente à execução e consolidação do estudo preliminar do centro de cultura e a quinta etapa se dará através da apresentação do resultado final às comunidades.

Em um primeiro momento foram realizadas visitas nas Associações das Catadoras de Mangaba, dos quilombolas do Pontal da Barra e na Colônia de Pescadores da Barra dos Coqueiros como parte da etapa “1 – Sensibilização e Mobilização” a fim de ter um momento de apresentação às comunidades e explicar o objetivo das rodas de conversa para organizá-las. Como parte das etapas 2 e 3 da metodologia foram realizados dois encontros com o responsável pela associação dos quilombolas, um encontro com um grupo de 5 catadoras de mangaba e um encontro com 5 pescadores do município.

5.1 Roda de conversa com as Catadoras de Mangaba

Este capítulo apresenta os resultados da roda de conversa realizada com o grupo de catadoras de mangaba do povoado Capoã, situado na Barra dos Coqueiros (SE). A conversa teve como objetivo conhecer a trajetória das catadoras, compreender suas dificuldades atuais e ouvir suas percepções sobre a proposta de criação de um Centro de Cultura voltado à valorização das comunidades tradicionais da região. A roda de conversa contou com a participação de cinco catadoras de mangaba e uma integrante da associação “Rede Solidária de Mulheres” (figura 45).

Figura 45 – Imagem da roda de conversa



Fonte: Da autora, 2025

5.1.1 Diagnóstico Participativo

As participantes relataram que cerca de cem famílias vivem atualmente no povoado Capoã e fazem parte da comunidade tradicional, sendo que a associação das catadoras é composta por quinze mulheres. O perfil dos moradores é variado, as moradias, em sua maioria, são de alvenaria e há acesso a água, energia elétrica, posto de saúde e escola. Contudo, foram relatadas ausências de infraestrutura, como rede de esgoto e espaços de lazer como praças, por exemplo.

As catadoras narraram a origem da prática da cata de mangaba, destacando a transmissão intergeracional do saber. As primeiras catadoras do povoado foram suas avós e bisavós, que iniciaram a coleta da fruta e apesar de enfrentarem dificuldades para comercializá-la, persistiram. Com o tempo, a mangaba ganhou conhecimento e valor se tornando fonte de sustento para muitas famílias. Essa memória revela uma história de resistência e construção coletiva da identidade cultural.

No entanto, as participantes denunciaram profundas mudanças no território. A construção da ponte Aracaju - Barra dos Coqueiros e a expansão de condomínios privados transformaram o acesso tradicional aos sítios de coleta. Terras que antes eram de livre acesso passaram a ser cercadas, com proibição de entrada e imposição de cobranças para colher as frutas. As catadoras relatam que esse processo foi agravado após tentarem recorrer ao Ministério Público e serem acusadas de "roubar mangabas" por utilizarem áreas que antes eram parte de seu modo de vida.

Apesar das dificuldades, o grupo mostrou articulação comunitária. A associação foi criada em 2010 (figura 46) por iniciativa das próprias catadoras, com o apoio de emendas parlamentares e projetos sociais. A unidade de beneficiamento e a sede da associação são frutos de projetos como "Catadoras de Mangaba: gerando renda e tecendo vida em Sergipe" e parcerias com entidades como o PEAB. Além disso, a articulação com a "Rede Solidária de Mulheres" ampliou o alcance das ações e fortaleceu o intercâmbio com outros grupos tradicionais.

Figura 46 – Fachada da Associação das Mangabeiras



Fonte: Da autora, 2025

Em relação às manifestações culturais, as participantes relataram o desaparecimento de tradições como o reisado, o São João da roça e outras festas populares. Apenas as festas religiosas, como a de Nossa Senhora do Carmo, ainda são realizadas. “Foi acabando toda a tradição. Os que eram de frente desses negócios foram morrendo, os filhos não quiseram assumir, não era mais a tradição.”

5.1.2 Problematização

Atualmente, as catadoras deixaram de viver exclusivamente da coleta da mangaba devido à escassez de territórios disponíveis para realizarem sua atividade. A perspectiva delas é pessimista quanto a continuidade das mangabas afirmando: “Então, esse ano, ainda vai se conseguir catar alguma coisa. Agora, no próximo ano, talvez, não se tenha mangaba em canto nenhum.” As catadoras relataram que atualmente só há disponível um terreno em que elas ainda podem catar as mangabas, porém o mesmo já está vendido e com os dias contados para começarem a terraplanar e construir. Existe um documento oficializando que o município doaria um terreno para as catadoras plantarem mais mangabas. Entretanto o processo está paralisado e existem divergências entre a localização e o tamanho do terreno que o município de fato irá doar para a Associação. Essa doação é uma esperança para a comunidade continuar com suas atividades, apesar de, segundo as catadoras, o terreno não ser tão grande para sustentar todas as famílias e pela própria característica da mangabeira de não ser fácil de ser plantada.

Sendo assim, atualmente elas encomendam a fruta em outras regiões para realizar o beneficiamento produzindo biscoitos, geleias e doces para venda (figura 47). A comunidade possui um contrato com a prefeitura para o fornecimento de bolos de mangaba para a merenda de algumas escolas.

Figura 47 – Produtos comercializados pelas Catadoras



Fonte: Da autora, 2025

Além disso, elas costumavam diversificar suas fontes de renda com atividades como, pesca e mariscagem. Entretanto hoje em dia, uma boa parte delas precisa optar por empregos na cidade. A insegurança e a perda do modo de vida tradicional foram apontadas como consequências diretas da destruição ambiental e do desenvolvimento urbano do município. “A marisqueira está pior do que tudo. A gente não pode mais descer para esses mangues embaixo mais não, é tanto mal elemento, Deus é mais. Antigamente, se juntava... o mangue é logo aqui próximo. A gente ia e trazia o sustento para casa. Às vezes estava uma situação difícil na casa, já descia no mangue, pegava um siri, um caranguejo, um aratu... Seja lá o que fosse e trazia para colocar na mesa. Mas hoje, está difícil esse negócio.” Relatou uma das participantes.

5.1.3 Pré-Programa de Necessidades

Quando questionadas sobre a proposta de criação de um Centro de Cultura, as catadoras demonstraram entusiasmo. Sugeriram que o espaço fosse localizado na sede da Barra dos Coqueiros, preferencialmente em área de fácil acesso para turistas. O centro poderia reunir uma loja para comercialização de produtos, uma galeria/museu com exposições sobre a cultura local e uma sala de reuniões para atividades formativas. Ressaltaram a necessidade de equipamentos

como expositores, geladeiras e freezers, mas não consideraram essencial ter uma cozinha no local, já que a produção já é realizada na comunidade.

As participantes expressaram ainda o desejo de que o centro sirva para dar visibilidade ao trabalho não apenas das catadoras, mas também de outros grupos tradicionais da região, como marisqueiras, pescadores e quilombolas. O centro foi visto como uma oportunidade de afirmar a existência e a importância das culturas tradicionais, em contraponto ao avanço da urbanização predatória.

Uma das participantes da roda de conversa que faz parte da Rede de mulheres destacou que “É bom fazer o contraponto crítico de que o desenvolvimento urbano é importante, mas que a gente precisa preservar as comunidades e a natureza, porque por mais que a mangaba seja a fruta símbolo do estado, está em risco de extinção. Não faz o menor sentido, é como se estivesse extinguindo o próprio estado”. Sendo assim, proposta do Centro de Cultura surge como uma possibilidade concreta de valorização da cultura local, fortalecimento comunitário e educação patrimonial.

5.2 Roda de conversa com os Pescadores

Este capítulo apresenta os resultados da roda de conversa realizada com um grupo de pescadores tradicionais da Barra dos Coqueiros e com membros da Colônia de Pescadores que compartilharam experiências, memórias e desafios da atividade pesqueira na região (figura 48).

Figura 48 – registro da roda de conversa com pescadores tradicionais da Barra dos Coqueiros -SE



Fonte: Da autora, 2025

5.2.1 Diagnóstico Participativo

A roda de conversa iniciou com relatos sobre a origem familiar na pesca, destacando que muitos dos entrevistados são filhos e netos de pescadores e marisqueiras. “Meu pai, minha mãe, meus avós era tudo... meu avô era pescador. Tirador de coco e pescador. Minha mãe trabalhava na fábrica de coco e quando tinha tempo ia pescar também. Fui criado com mariscos”, relatou um dos participantes. A pesca, portanto, se configura como um ofício ancestral e um elemento central da identidade coletiva.

Durante a conversa, os pescadores descreveram suas técnicas tradicionais de pesca, como a pesca de engodo, de tarrafa e pescaria na galhada. A pesca de engodo, de acordo com os pescadores, consiste em cozinhar caranguejo e sardinha, misturar os dois e jogar os bolinhos na água para pegar principalmente camarão. Já a pesca de tarrafa foi relatada como a mais comum e nela os pescadores utilizam uma rede com 4 ou 5 quilos de chumbo (figura 49) que jogam no rio. Por fim a pescaria na galhada é realizada em áreas próximo da beira de mangues e áreas com vegetação onde, de acordo com um dos pescadores, conseguem espécies como robalo e vermelha. Além disso, descrevem que com menos frequência também pescam mariscos como siri.

Figura 49 – Pescador com a rede da pesca de tarrafa



Fonte: Da autora, 2025

Pescam em diversos rios da região, como o rio Sergipe, rio Pomonga, rio de Santo Amaro, rio do Sal e Carnamiru, capturando espécies como sardinha, atum, cação, camarão, tainha, robalo, xaréu, pescada, bagre e outras. Relataram que costumam sair para pescar no início da manhã ou à tarde, e que a pesca é a principal fonte de renda para muitos que vendem seus pescados nas ruas e de porta em porta. Na figura 50 abaixo observa-se alguns barcos utilizados pelos pescadores do município.

Figura 50 – Barcos de pescadores na Barra dos Coqueiros - SE



Fonte: Da autora, 2025

Os pescadores comentaram também sobre festas tradicionais do município. Foram mencionadas a Festa do Bom Jesus dos Navegantes e a Festa dos Pescadores, realizadas no primeiro domingo após o Dia das Crianças. Os entrevistados destacaram a importância dessas celebrações como espaços de reafirmação cultural e fortalecimento da comunidade, porém relataram que as festas têm perdido adesão ultimamente.

Quanto ao meio ambiente, foram citados problemas ambientais. Foi mencionada a poluição dos rios com destaque para o rio do Sal que segundo relato dos pescadores houve a mortandade de vários peixes há um tempo atrás. Eles atribuem a poluição em parte ao despejo de esgotos. Além disso, um dos pescadores cita que há um processo de assoreamento de rios como o Pomonga, o que compromete os ecossistemas aquáticos e a viabilidade da atividade pesqueira. “O rio Pomonga da entrada até depois do Jatobá está mudando, aterrando. Tem muita mudança. Esse rio das Canas mesmo a poluição vai afetar ele.”

5.2.2 Problemática

No entanto, os entrevistados destacaram uma série de dificuldades enfrentadas atualmente. O aumento do número de pescadores e o crescimento da pesca de rede têm reduzido significativamente a quantidade de pescado. Segundo um deles ao comparar o cenário atual com anos atrás: “agora diminuiu muito por causa que tem mais pescador do que peixe. Naquela época era mais fartura”. O pescador comenta que há uns 40 anos os pescadores costumavam ter um sistema próprio no qual marcavam as áreas que iam pescar.

A pesca de rede é criticada por ser considerada predatória e por afetar negativamente o ambiente de pesca, destruindo galhadas e espantando os peixes. Ela consiste em uma técnica onde uma rede é estendida em um determinado local e o pescador bate com um ferro em outra extremidade para assustar o peixe e prendê-lo na rede. Segundo um dos pescadores, essa técnica impede que os peixes cheguem na croa onde costumam pescar e algumas vezes já pediram que ele se retirasse de onde estava pescando. “Pescaria de rede atrapalha muito porque espanta, tanto como pega como destrói porque ali fica bagunçando a moradia do peixe ...”. Os entrevistados relataram que a maioria dos pescadores de rede não são da Barra dos Coqueiros.

Hoje em dia, os pescadores tradicionais estão considerando a pesca de rede predatória pois relatam que vêm sendo utilizadas em torno de 30 a 40 peças de rede que ocupam espaços consideráveis. Além disso, pela quantidade extensiva de peças, peixes menores que ainda iriam

crescer acabam sendo pegos e uma parte do pescado considerada imprópria para venda é descartada afetando o ecossistema.

Além dos pescadores, também se conversou brevemente com algumas pessoas responsáveis pela Colônia dos Pescadores e Aquicultores Z-13 (figura 51). A colônia é liderada por descendentes de pescadores e vem promovendo ações e cursos, além de ser importante por defender os direitos dos pescadores e buscar parcerias.

Figura 51 – Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-13



Fonte: Da autora, 2025

Uma questão abordada pela colônia foi a possibilidade de receberem a construção de um mercado de peixe, mas que o mesmo não estava recebendo boa aceitação pelos pescadores. Pelo ponto de vista da colônia isso é desanimador, pois seria um investimento destinado à comunidade pesqueira vindo de um programa que estavam se esforçando para participar. Entretanto os pescadores demonstraram ceticismo quanto à viabilidade da iniciativa, alegando que a escassez de pescado e a baixa adesão dos pescadores tornariam insustentável a manutenção da banca. “Não adianta querer fazer uma banca de peixe sem ter o peixe”, afirmou um dos entrevistados. Apontaram que o peixe vendido no mercado municipal geralmente vem de outras regiões, como Jatobá, mas não concorre com o produto deles por se tratar de peixes diferentes e por não terem o mesmo frescor. A partir dessa manifestação dos pescadores, percebeu-se que não seria interessante a criação de um espaço de banca de peixe no Centro de Cultura.

5.2.3 Pré-Programa de Necessidades

Sobre a proposta do Centro de Cultura, os entrevistados se mostraram favoráveis à criação de um espaço que promova formação educacional para os filhos dos pescadores, com cursos de informática e capacitações diversas. Demonstraram preocupação com o futuro da pesca e manifestaram o desejo de que as novas gerações possam ter acesso a outras oportunidades. Para eles, o Centro de Cultura pode ser um instrumento de educação, memória e preparação para novos caminhos profissionais.

A roda de conversa com os pescadores da Barra dos Coqueiros revelou um quadro de tradição e resistência, mas também de alerta. A degradação ambiental e a perda de espaço da atividade colocam em risco o modo de vida pesqueiro tradicional. “Já pesquei muito no mar, já

perdi muito material lá com os barcos de arrastão... Já construí muito... E hoje para sobreviver da pesca é mais difícil.” afirmou um dos entrevistados.

5.3 Roda de conversa com os Quilombolas do Pontal da Barra

Este capítulo apresenta os resultados das conversas realizadas com o responsável pela Associação dos Quilombolas do Pontal da Barra, comunidade reconhecida oficialmente desde 2006. A entrevista teve como objetivo compreender a história do grupo, suas condições de vida, as manifestações culturais existentes e sua visão sobre a proposta de criação de um Centro de Cultura na sede do município da Barra dos Coqueiros (SE). Na figura 52 está a fachada da Associação.

Figura 52 – Associação da comunidade quilombola



Fonte: Da autora, 2025

5.3.1 Diagnóstico Participativo

Atualmente 223 famílias fazem parte da comunidade quilombola à beira do rio e do mar. As casas na comunidade são de alvenaria, as ruas de paralelepípedo e possuem acesso à água, luz e esgoto, porém não existe centro de saúde, escolas ou espaços formais de lazer no Pontal da Barra. O entrevistado conta que os moradores utilizam esses serviços em povoados próximos como o Canal, em Pirambu ou na sede da Barra.

Historicamente, a comunidade remonta à região de Porto Grande, local de engenhos com mão-de-obra escravizada. Com o tempo, a população se distribuiu entre os territórios do Canal, Touro e Ilha do Rato, este último ocupado pelas famílias em condição mais vulnerável. A comunidade tem origem na antiga Ilha do Rato, onde os quilombolas viviam às margens do rio. O participante conta que na década de 70 a região já era ocupada e, com o tempo, foi atraindo mais pessoas de diferentes municípios próximos que plantavam arroz e acabavam migrando para lá.

A partir de 2009, diante da tentativa de remoção forçada por parte da empresa Imperial Construções, que pretendia construir um resort na área, os moradores se mobilizaram, saíram

da Ilha do Rato e ocuparam a região atual. Nessa época, a comunidade vivia em barracas em situação de vulnerabilidade sujeitos a infestação de insetos, por exemplo. Em 2010, uma liminar determinou a saída da área em 30 dias, o que levou a comunidade a acionar a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal. A resistência foi marcada por enfrentamentos e articulação política, resultando no envio para o governo da época de uma proposta para o Programa regional de desenvolvimento das comunidades quilombolas de Sergipe. Ao apresentá-la, foi anunciado que existiam casas para serem distribuídas entre as comunidades, dessa forma definiu-se que 150 casas seriam construídas no território que os quilombolas da antiga Ilha do Rato estavam ocupando.

A construção das residências passou por complicações, já que era uma área de desova de tartarugas e de alagamento, mas em 2018 as casas foram entregues. Água e energia foram instaladas de forma improvisada inicialmente, com abastecimento regular garantido por determinação judicial. Na figura 53 é possível observar como estão as construções da comunidade hoje em dia.

Figura 53 – Foto da rua da comunidade quilombola



Fonte: Da autora, 2025

Sobre o nome da comunidade o participante relata que não gostavam do nome Ilha do Rato e através de um vereador conseguiram mudar. O nome alternou entre Pontal da Ilha e Pontal da Barra, mas escolheram o segundo. Pontal por estarem localizados realmente no pontal da Barra dos Coqueiros.

A memória da resistência quilombola está presente principalmente na luta dessa comunidade e a resistência dos quilombolas trouxe resultados importantes como: o reconhecimento em 2006 pela Fundação Cultural Palmares, a obtenção de 117 hectares de terra por decreto de interesse social, a fundação da Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra e a construção de suas casas.

Quanto à religião e às manifestações culturais, o entrevistado relatou a existência de terreiros de candomblé, grupos de reisado e de afroxé de preto, que se perderam com o tempo devido à falta de incentivo e espaços para apresentação. Sendo assim, a maioria dos moradores são católicos e, em seguida, evangélicos. Existem procissões religiosas e festas de padroeiros

como São José, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Aparecida, além de participarem das festas dos povoados próximos. O artesanato também é uma atividade importante, com destaque para esculturas em madeira, confecção de camisas e xícaras, trabalhos com fuxico e palha de ouricuri. Ademais, o principal símbolo cultural do Pontal da Barra é a pesca.

A pesca e o extrativismo são fontes importantes de sustento dos moradores, embora estejam em declínio. O entrevistado destacou que "Não tem uma pessoa aqui que nunca pescou", mas afirmou que muitos passaram a trabalhar empregados em outros setores e, inclusive, nos recentes condomínios. Há uma divisão tradicional de trabalho, onde os homens pescam e as mulheres realizam o beneficiamento dos produtos, como peixes, camarão, siri e aratu. Algumas mulheres ainda atuam como marisqueiras também. Por fim, o que produzem é consumido pelas famílias e vendido em Pirambu e, às vezes em Aracaju, não tendo tanto costume de vender na própria Barra dos Coqueiros.

O coordenador da associação conta que normalmente duas pessoas, o dono da canoa e outro pescador, se juntam para pescar, dividem os custos e a produção. Eles costumam pescar nos municípios próximos como Pirambu, no Crasto, em Santa Luzia do Itanhim e em Piaçabuçu. Ainda relata que um dos moradores da comunidade é o fabricante de canoas do local.

O entrevistado relatou a existência de projetos para construção de uma praça, um campo, um centro comunitário próprio e uma galeria de artesanato, propostas interrompidas por entraves políticos e burocráticos. A liderança também se prepara para sediar um encontro nacional dos fóruns de povos tradicionais e realizar uma audiência pública na comunidade, como forma de dar visibilidade às pautas locais.

O meio ambiente foi um dos pontos de maior preocupação. A destruição da mata nativa, do povoado Olhos d'água e das mangabeiras, além do assoreamento do canal Pomonga e contaminação dos rios por rejeitos das usinas de açúcar, foi relatada com ênfase. O despejo de resíduos como linhaça e caxixe tem causado a mortandade de peixes, sendo considerado um desastre ambiental. Também foi mencionada a ameaça às tartarugas marinhas devido ao roubo das telas de proteção dos ninhos.

5.3.2 Problemática

A comunidade enfrenta a precarização da pesca tradicional, agravada por grandes empreendimentos como a Eneva, que restringem o acesso ao mar com tubulações e fiscalização. Existe uma área de exclusão de 500 m a partir do navio e das tubulações da empresa no Jatobá onde o acesso dos pescadores é impedido e advertido. Hoje em dia, eles ainda têm áreas onde conseguem pescar, mas segundo o entrevistado, "A nossa preocupação não é com hoje, é com o que vai vir", referindo-se à possibilidade de instalação de uma refinaria no Jatobá e ao crescimento do movimento no porto da Barra dos Coqueiros. A sobreposição de interesses econômicos ao modo de vida tradicional traz inseguranças aos quilombolas.

Existe um projeto de implantação de um gasoduto a 1,85 km do território quilombola pela Petrobras, Ambientec e que envolve o Incra. As empresas estão realizando os processos de acordo com as normas e instruções recomendadas informando as etapas e se reunindo com os moradores. Porém, ainda assim, quando construído o gasoduto, sua área de influência de 3 km abrangerá também parte do território quilombola e impactará a comunidade.

Outros desafios envolvem questões de regularização fundiária e conflitos administrativos. Embora possuam 117 hectares reconhecidos por decreto estadual, aguardam a avaliação de novas áreas pelo Incra. A comunidade também foi prejudicada por alterações no plano diretor da Barra dos Coqueiros, que redefiniu o território inteiro do município como zona urbana, gerando incompatibilidade com projetos federais voltados a comunidades rurais quilombolas. Além disso, essa mudança invisibilizou a existência de povoados do município como o Canal e o Touro e a própria comunidade do Pontal da Barra, pois definiu que os territórios seriam parte de Jatobá. Tal decisão desconsidera o reconhecimento oficial da comunidade como rural e tem sido objeto de questionamento pela liderança local.

5.3.3 Pré-Programa de Necessidades

Sobre a proposta de um Centro de Cultura na sede do município, o entrevistado demonstrou entusiasmo e vislumbrou possibilidades de colaboração. Citou que a loja do Centro poderia ser ocupada pelos artesãos locais afirmando que "o que a gente vê que não está funcionando aqui, tendo o centro a gente poderia levar pra lá". Destacou a importância de incluir não apenas a exposição de produtos, mas também apresentações culturais e reuniões como o do Conselho de Igualdade Racial do município. O mesmo ainda citou o exemplo do Quilombo Fest de Patioba como modelo de atividade cultural integrada que poderia ser realizado na Barra dos Coqueiros no espaço do Centro de Cultura. Ele reitera, "[...] Um centro de cultura que preencha todas as lacunas, porque tem muitos grupos folclóricos na Barra, mas não têm onde apresentar".

A roda de conversa com o representante da Associação Quilombola do Pontal da Barra reafirma a centralidade da cultura, da terra e da resistência na trajetória da comunidade. O Centro de Cultura aparece como uma proposta que dialoga com as necessidades e desejos do grupo, funcionando como espaço de visibilidade, articulação política e preservação simbólica.

Tendo em vista as rodas de conversa realizadas, a proposta do Centro de Cultura surge como uma possibilidade de valorização simbólica, formação e articulação comunitária, alinhando-se aos anseios por reconhecimento e manutenção da história e cultura do município. O próximo capítulo consolida as propostas arquitetônicas pensadas com base nas escutas realizadas nas três rodas de conversa.

6 Referências para elaboração do Programa de Necessidades

Ao longo do trabalho discutiu-se a importância do patrimônio cultural, as comunidades tradicionais e analisou-se a Barra dos Coqueiros quanto às comunidades existentes no município e impactos da urbanização acelerada nelas. Na análise do município, percebeu-se que não existia infraestrutura eficiente para valorizar os bens materiais e imateriais. Além disso, discutiu-se a necessidade de implantar equipamentos que os grupos tradicionais da Barra possam se apropriar para ter contato direto com a população e, assim, conseguir maior visibilidade.

No capítulo 4 de Casos Correlatos, analisou-se dois exemplos de centro cultural e um centro comunitário que foram projetados especificamente para atender necessidades de grupos quilombolas e proporcionar oportunidades de geração de renda. Nesses dois casos os edifícios têm por objetivo serem espaços onde a comunidade pode se reunir, realizar eventos e vender seus produtos. No terceiro caso, o CEU da Cultura foi um equipamento pensado para conectar as pessoas com elementos culturais através de espaços que podem se adaptar às necessidades.

Sendo assim, o produto do trabalho de conclusão do curso será um projeto de Centro de Cultura que valorize os bens culturais do município, contribua com as necessidades das comunidades e conecte a população ao patrimônio da Barra. Para isso, serão utilizados como referência os casos correlatos analisados e as conversas com as comunidades.

Na metodologia, optou-se por realizar o estudo de forma participativa a fim de se aprofundar no patrimônio imaterial do município: as comunidades. Destarte a realização das rodas de conversa objetivou entender a realidade de cada grupo e ouvir suas necessidades e opiniões sobre o equipamento projetado.

O programa de necessidades será dividido em áreas de uso cultural, áreas de apoio, área comercial e áreas técnicas. As áreas de uso cultural compreendem espaços que poderão ser utilizados por toda a população, espaços para realização de eventos e oficinas e espaços para apropriação das comunidades tradicionais. A ideia de incubadoras culturais presentes no CEU da Cultura do capítulo 4.3, por exemplo, será aplicada aqui a fim de estar disponível para as comunidades do município conseguirem se reunir ou terem um ponto de apoio na sede da Barra. Além disso, esses espaços foram pensados também com base no pré-programa de necessidades discutido nas rodas de conversa. As lojas foram pensadas para que as catadoras possam ter melhor visibilidade comercial na sede da Barra dos Coqueiros, além de também poderem ser utilizadas pelos quilombolas e pela associação de Artesãos, por exemplo. As salas multifuncionais e incubadoras são pensadas para poder receber cursos e oficinas como sugerido pelos pescadores. Já o miniauditório atende a sugestão da conversa no Pontal da Barra de haver um espaço para apresentações culturais. Além desses espaços, também foram revitalizados dois quiosques que já existiam no terreno escolhido e que atuarão como suporte em conjunto ao Centro.

As metragens e quantidades de cada espaço na Tabela 1 foram estipuladas com base no caso do CEU da Cultura apresentado no capítulo 4.3 e atendendo à dimensão do terreno escolhido.

Tabela 1 – Programa de Necessidades

	Espaço	Qnt.	Área	Descrição
Uso Cultural	Salas multiuso	2	24 – 25,7 m ²	Sala de uso compartilhado para oficinas, aulas, ensaios, exposições, entre outras
	Miniauditório	1	164,9 m ²	Espaço para apresentações culturais, de música, de teatro ou reprodução de filmes. Possui Cabine de Exibição (11,8 m ²)
	Sala de ensaio	1	23,8 m ²	Sala para ensaios de dança
	Biblioteca	1	105,7 m ²	Espaço de biblioteca com salas de Catalogação e Distribuição (16,8 m ²) e de Desinfecção e Reparo (11,28 m ²)
	Pátio	1		Espaço externo de conexão dos ambientes com apropriações diversas
	Incubadora cultural	2	22,5 – 25,3 m ²	Espaço para apropriação das associações, de grupos e das comunidades que possibilita reuniões e trabalhos em conjunto.
	Museu	1	76,7 m ²	Espaço de exposições culturais fixas sobre a história e patrimônio do município com

				possibilidade de incluir exposições temporárias.
Comercial	Loja + depósito	3	21 m ²	Espaço para as comunidades tradicionais disponibilizarem seus produtos para venda
	Quiosques	2	69,3 m ²	Espaço já existente no terreno, mas revitalizado para funcionar como lanchonete ou venda de produtos alimentícios.
Apoio	Secretaria	1	12,3 m ²	Espaço para abrigar serviços administrativos
	Banheiros	1	49 m ²	Composto por 8 cabines comuns, 2 mictórios e 2 cabines adaptadas para PNE.
	Copa	1	22 m ²	Espaço para refeições locais, para funcionários ou apoio para eventos
	Camarim	1	15,7 m ²	Espaço de apoio do Miniauditório para preparação dos artistas
Técnica	Almoxarifado	1	9,8 m ²	Espaço para armazenamento de materiais de limpeza e de equipamentos necessários para o funcionamento do centro
	Vestiário	2	6 m ²	Espaço de uso exclusivo dos funcionários
	Depósito	1	9,9 m ²	Espaço para guardar alimentos e/ou materiais

Fonte: Da autora, 2025

7 Estudo Preliminar

7.1 Escolha do Terreno

Com base no que foi analisado e no Programa de Necessidades Preliminar, foi escolhido um terreno para implantação do Centro de Cultura (figura 54). Ele possui em torno de 2.200 m² para contemplar o programa de necessidades (Tabela 1).

An aerial photograph of a residential neighborhood. A specific plot of land is highlighted with a yellow border and labeled 'Terreno' in the center. This plot is triangular in shape and contains two circular structures, possibly fountains or small ponds. The surrounding area is densely packed with houses featuring red-tiled roofs. To the right of the highlighted plot, there is a larger green area with several palm trees and a long, low building. A road runs along the bottom and right side of the image, with some commercial buildings and parked vehicles visible.

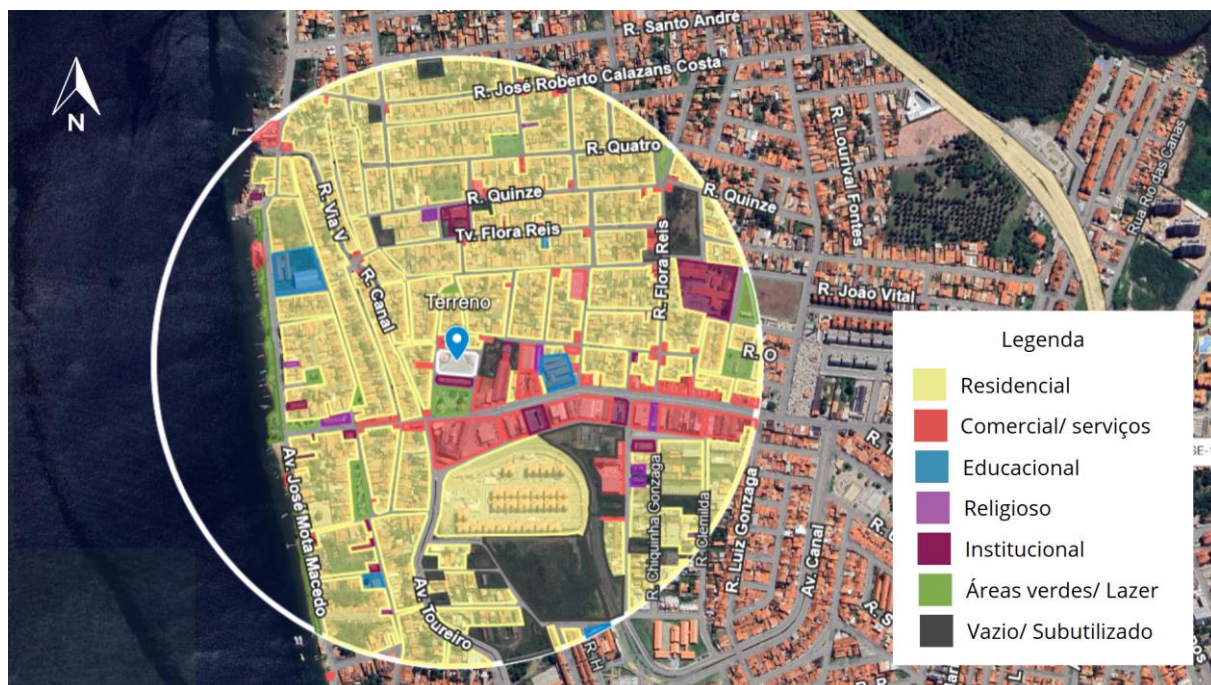
Esse terreno foi escolhido devido a sua localização próximo à Av. Gen. Antônio Sebastião Basílio Pirro (figura 55), onde há o maior fluxo de pessoas e próximo ao mercado e ao terminal da Barra dos Coqueiros. Essa avenida liga a rodovia da ponte Aracaju-Barra ao rio Sergipe e ao ponto de onde saem os Tototós. Essa localização privilegiada foi um dos requisitos solicitados pelas Catadoras de mangaba para possibilitar maior contato com a população e turistas do município.

[illegible]

Fonte: Google Earth, 2025

Foi realizada uma análise de uso do solo com raio de 500 m partindo do centro do terreno (figura 56).

Figura 56 – Mapa de Uso do Solo



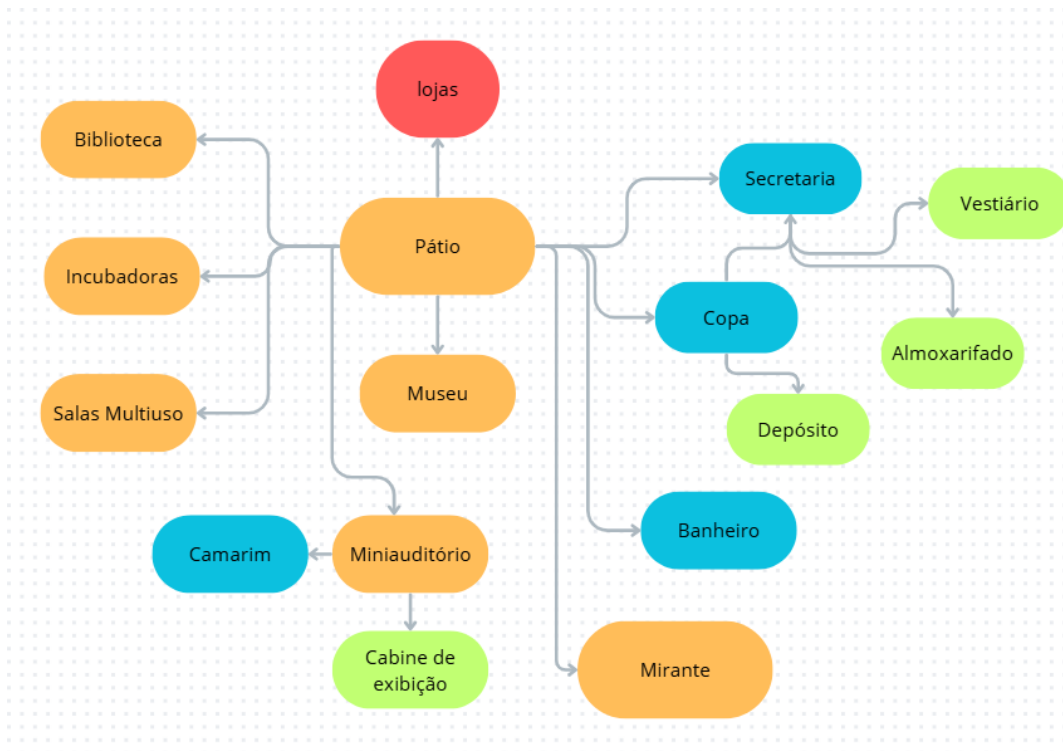
Fonte: Adaptado do Google Earth, 2025

É possível observar a predominância de construções de caráter residencial, com exceção à região diretamente em contato com a avenida que possui uso comercial e de serviços. Além disso, destaca-se a presença de instituições educacionais próximas e algumas áreas verdes de lazer. Assim, o Centro Cultural nesse terreno poderá contribuir de forma complementar ao ensino das escolas e possibilitar um espaço de lazer para as residências.

7.2 Projeto do Centro de Cultura

A partir das rodas de conversa e da análise do terreno foi possível iniciar o desenvolvimento do estudo preliminar. Em primeiro momento, com a lista dos ambientes que deveriam fazer parte do centro montou-se um diagrama relacionando a distribuição dos espaços (figura 57).

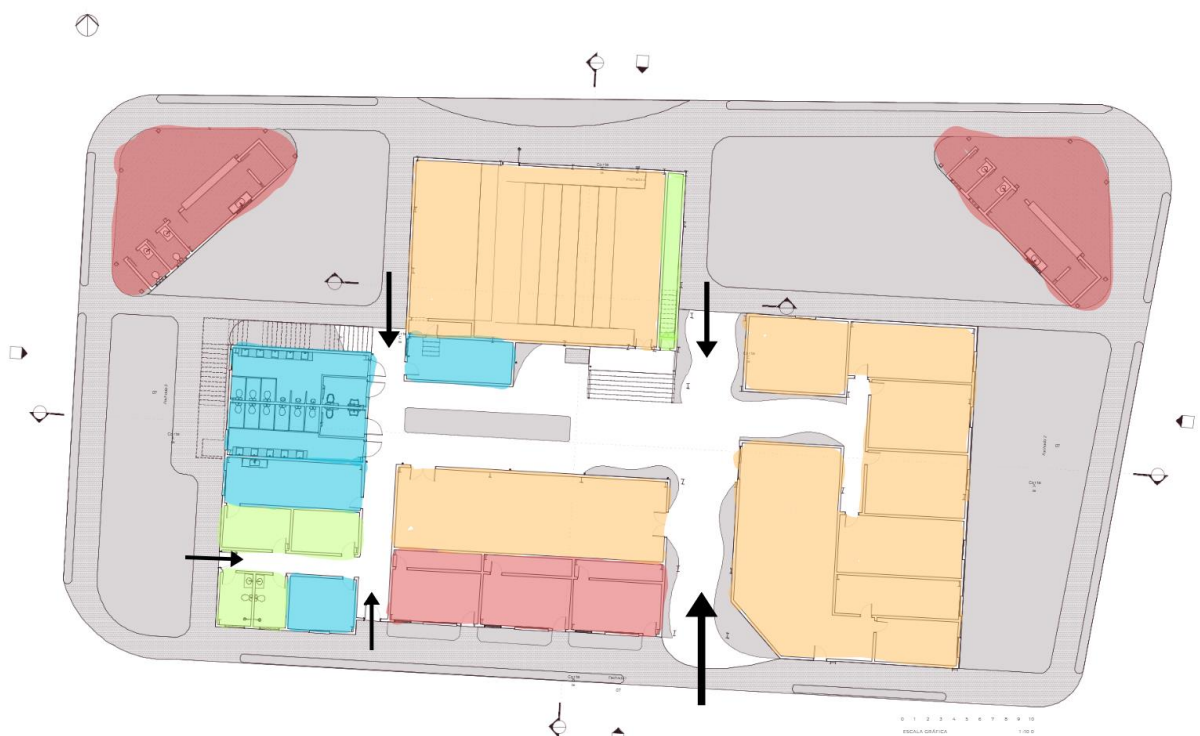
Figura 57 – Diagrama de distribuição dos espaços



Fonte: Da autora, 2025

Após esse estudo inicial, foi analisado como aplicar essa distribuição no terreno escolhido pensando nas áreas necessárias para cada espaço, nos fluxos entre ambientes e na interferência da ventilação e posicionamento solar. Assim chegou-se na setorização da figura 58.

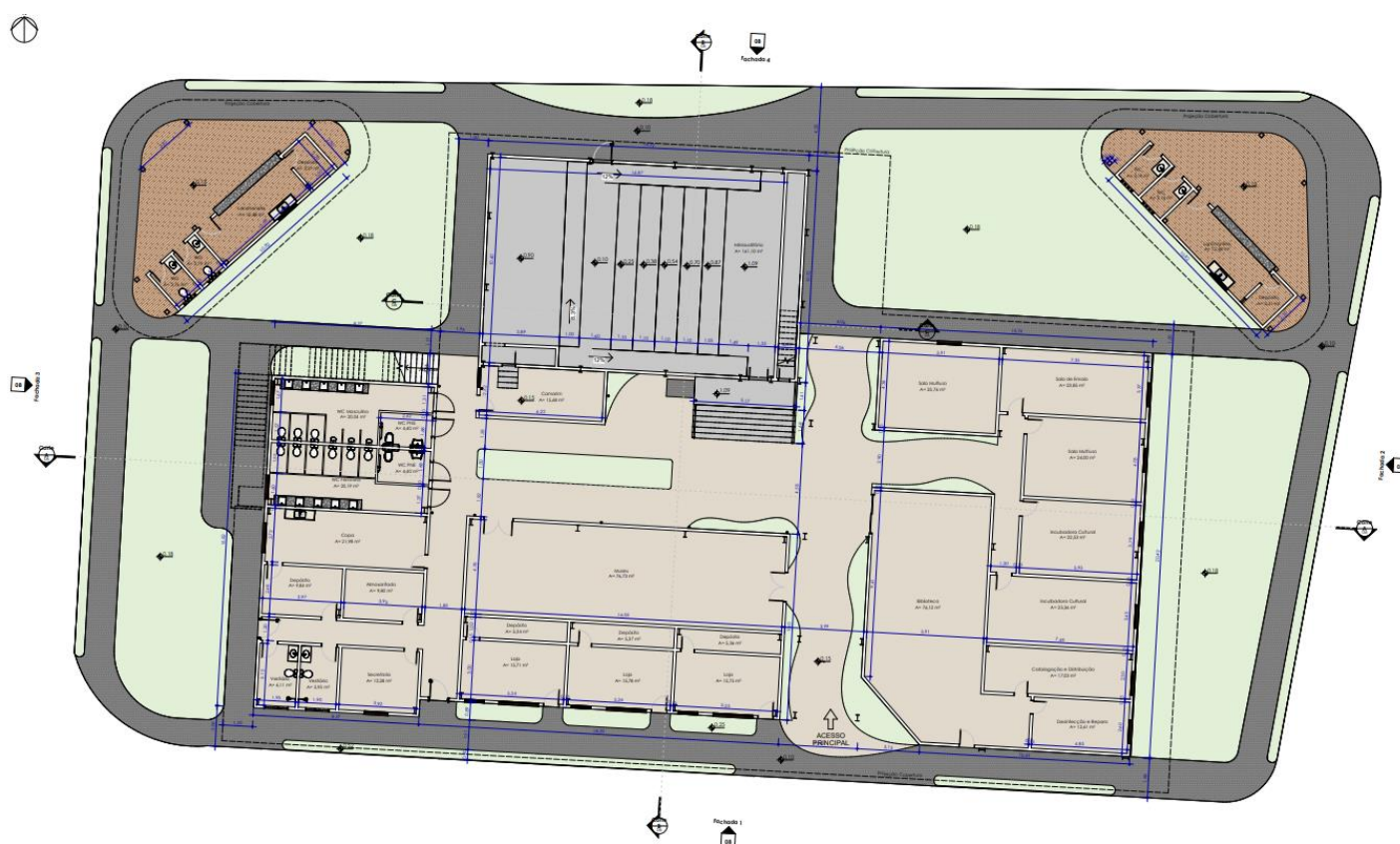
Figura 58 – Planta de Setorização



Fonte: Da autora, 2025

Nas imagens 57 e 58 estão representadas as áreas e sua distribuição no espaço. Em laranja estão as áreas de uso cultural, em azul - as áreas de apoio, em vermelho - as áreas comerciais e em verde - as áreas técnicas. O centro de cultura foi estruturado em 4 blocos além dos dois quiosques externos. Sua entrada principal está voltada para o sul onde estão o terminal e a avenida principal, porém existem mais 2 entradas para o público ao Norte e outras 2 entradas técnicas à Oeste e ao Sul. Na planta baixa da figura 59 é possível identificar os ambientes distribuídos no centro.

Figura 59 – Planta baixa do Centro de Cultura



Fonte: Da autora, 2025

A implantação da edificação no terreno possibilitou o desenho de praças e caminhos que levam até as entradas do Centro de Cultura. Sendo assim, pensou-se em distribuir espécies vegetais de pequeno, médio e grande porte. Na fachada principal em contato com o terminal de ônibus haverá uma mureta de 50 centímetros de altura a fim de possibilitar maior segurança para os transeuntes que caminharão pela calçada. Nessa mureta haverá espécies de palmeiras de Guadalupe. Foram escolhidas espécies vegetais para compor os canteiros do Centro de Cultura que podem ser visualizadas na tabela 2.

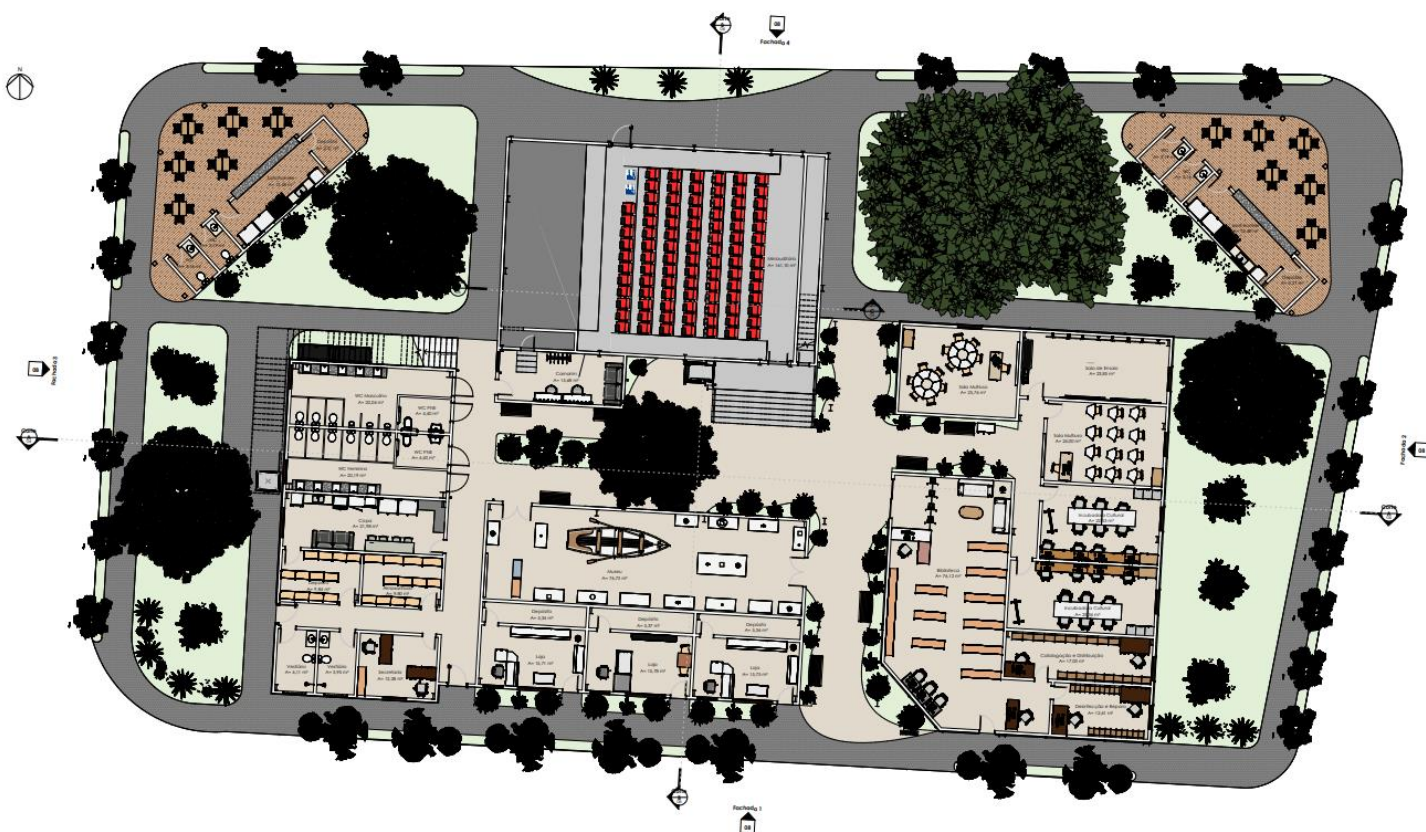
Tabela 2 - Vegetação

Imagem	Nome popular	Nome científico	Quantidade	Porte	Luz	Solo	Especificações
	Amendoeira-da-praia	<i>Terminalia catappa</i>	3	8–15 m	Sol pleno	Solo arenoso, bem drenado	Resistente à maresia, ótima sombra
	Bromélia (Guzmânia)	<i>Guzmania lingulata</i>	16	0,3–0,6 m	Meia-sombra	Solo leve, rico em matéria orgânica	Muito ornamental, flores coloridas e duradouras
	Costela-de-adão	<i>Monstera deliciosa</i>	14	2–5 m	Meia-sombra	Substrato rico em matéria orgânica	Regas regulares, excelente para vasos
	Jasmin-manga	<i>Plumeria rubra</i>	21	4–8 m	Sol pleno	Solo fértil, bem drenado	Flores perfumadas, ornamental
	Mangabeira	<i>Hancornia speciosa</i>	5	4–6 m	Sol pleno a meia-sombra	Solo arenoso, bem drenado	Espécie brasileira, frutos comestíveis
	Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	1	10–20 m	Sol pleno	Solo profundo e fértil	Frutífera, sombra intensa
	Mini flamboyant	<i>Caesalpinia pulcherrima</i>	1	2–4 m	Sol pleno	Solo fértil, bem drenado	Flores vistosas, ideal para ornamentação
	Moreia	<i>Dietes bicolor</i>	52	0,5–0,7 m	Sol pleno a meia-sombra	Solo fértil, bem drenado	Floração frequente, fácil manutenção
	Palmeira Cica	<i>Cycas revoluta</i>	10	1–2 m	Sol pleno	Solo fértil, bem drenado	Rústica, resistente à seca, crescimento lento
	Palmeira de Guadalupe	<i>Gaussia attenuata</i>	7	8–12 m	Sol pleno	Solo fértil e úmido	Ornamental com tronco delgado
	Rosa do deserto	<i>Adenium obesum</i>	5	1–3 m	Sol pleno	Solo arenoso, bem drenado	Resistente à seca, floração intensa
	Traçoeraba roxa	<i>Tradescantia pallida</i>	50	0,2–0,4 m	Sol pleno a meia-sombra	Solo fértil, úmido	Folhagem roxa ornamental, resistente

Fonte: Da autora, 2025

Nos gramados laterais do Centro de cultura e ao fundo próximo aos quiosques haverá palmeiras cica, traçoerabas roxas, moréias e mangabeiras. Na planta de layout (figura 60) observa-se árvores de grande porte como amendoeiras-da-praia e uma mangueira ao fundo do auditório onde poderá ser implantado um parque infantil. No canteiro mais estreito que circula toda a praça foi escolhido colocar espécies de jasmim-manga. Já nos canteiros internos do Centro de Cultura serão plantadas costelas de Adão, moréias, bromélias e rosas do deserto. Já no pátio central optou-se por um mini flamboyant e um jasmim manga.

Figura 60 – Planta de Layout



Fonte: Da autora, 2025

Analisando o Centro de Cultura em si, no primeiro bloco da direita, figura 61, estarão os ambientes de uso cultural como a biblioteca, as incubadoras, as salas multiuso e a sala de ensaio. A biblioteca é o ambiente à frente da edificação. Ela possui a área de acervo com espaços para leitura e estudo individual e os ambientes técnicos de Catalogação e Distribuição e de Desinfecção e Reparo. Nesse ambiente foi posicionada uma entrada secundária ao Sul para recebimento de novos exemplares que serão encaminhados para o restauro, caso necessário, e depois para a sala de catalogação antes de chegar ao acervo.

Figura 61 – Vista Bloco da Biblioteca



Fonte: Da autora, 2025

Atrás da biblioteca estão as incubadoras culturais, salas pensadas para acomodar reuniões de grupos e trabalho em conjunto. Essas salas poderiam ser utilizadas principalmente pelas associações e grupos das comunidades quando precisassem se reunir na sede do município. Além disso, elas possuiriam computadores para uso público e armários com fechadura para caso as comunidades do município precisassem de um lugar para armazenar documentos e itens. Ao lado das incubadoras estão as duas salas Multiuso. Essas são pensadas para acomodar aulas, oficinas e cursos e têm um formato semelhante à uma sala de aula podendo comportar layouts diferentes de uso das mesas dependendo da atividade realizada. A próxima sala é de Ensaio. A mesma é uma sala de dança com espelho na parede e poderá ser utilizada para que grupos ensaiem apresentações ou promovam aulas de dança.

Figura 62 – Fachada 2



Fonte: Da autora, 2025

As fachadas externas do bloco da figura 61 serão em tijolinho com revestimento de pedra basalto que se estenderá do chão até uma altura 1 metro encontrando o parapeito das janelas. Contornado as janelas, haverá ripados de madeira que continuarão até o final da altura da parede, como é possível observar na fachada da figura 62.

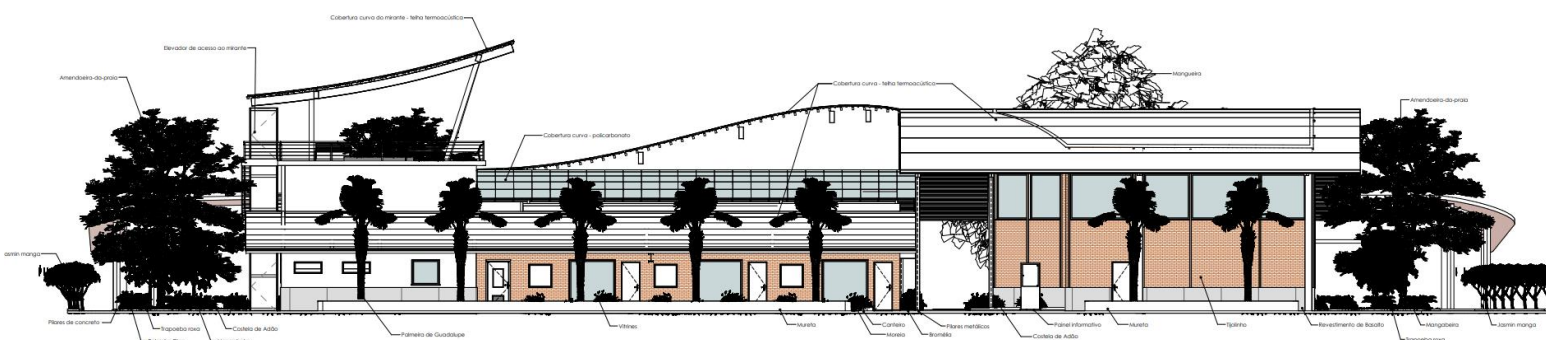
Figura 63 – Bloco das lojas e do museu



Fonte: Da autora, 2025

O segundo bloco, figura 63, localizado à frente no centro do Centro de Cultura abriga as três lojas e o museu. A área comercial está localizada na fachada principal (figura 64) do Centro de Cultura de frente para o terminal de ônibus. Ela conta com 3 lojas com seus próprios depósitos que poderiam ser apropriadas pelas comunidades tradicionais como os quilombolas, artesãos e as catadoras de mangaba. Foram pensados dois layouts diferentes para as lojas, com mudanças na posição das estantes de exposição dos produtos e dos equipamentos internos. No caso da loja das catadoras, para atender ao que foi solicitado durante a roda de conversa, pensou-se em inserir um expositor aquecido e um freezer para os produtos além das estantes. Também foi pensada uma mesa com duas cadeiras para lanches rápidos na própria loja. Já para as outras lojas foram posicionadas uma bancada, estantes e um expositor central próximo à vitrine. Essa fachada externa (figura 64) conta com três vitrines, três portas e três janelas, uma para cada loja e será revestida em tijolinho. Além disso, à frente de cada vitrine haverá um canteiro com espécies arbustivas como moréia e bromélia.

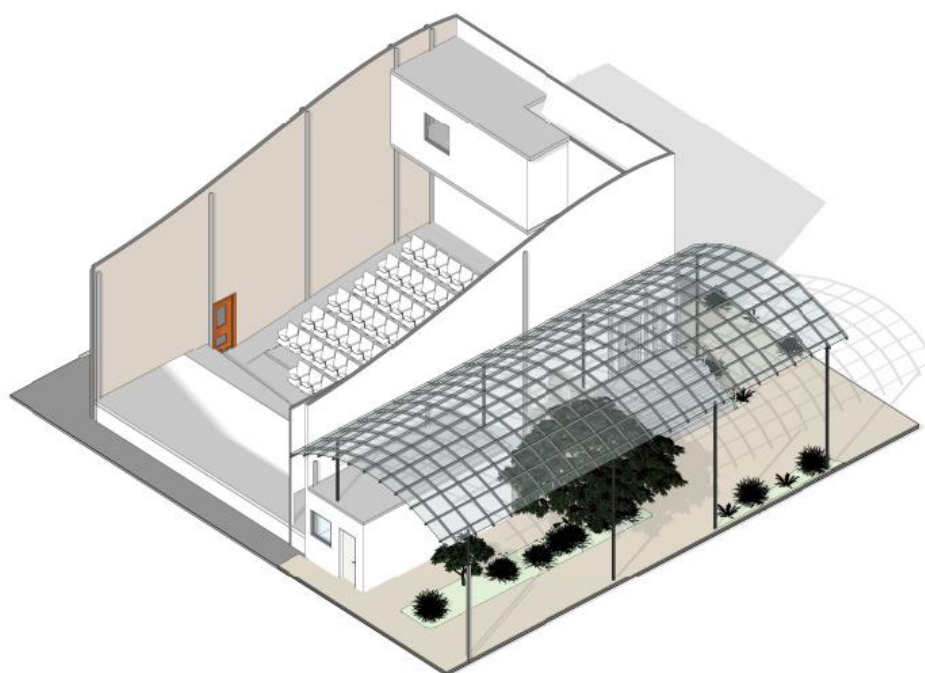
Figura 64 – Fachada 1



Fonte: Da autora, 2025

O museu é acessado pelo corredor da entrada principal e se constitui de uma área aberta para distribuição de expositores, além de um espaço para exibição de vídeos em um telão. A porta de saída do museu fica localizada ao Norte conectando ao pátio externo.

Figura 65 – Vista bloco auditório

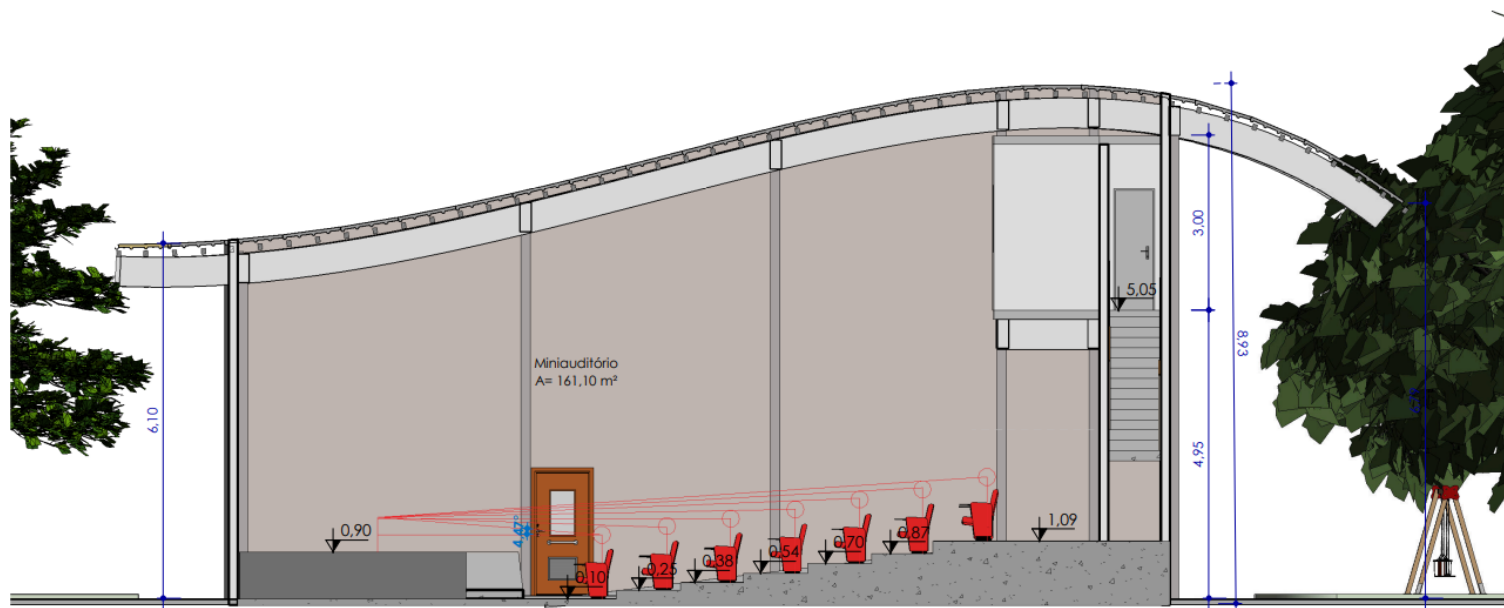


Fonte: Da autora, 2025

O terceiro bloco (figura 65) é composto pelo miniauditório em conjunto com a cabine de reprodução, pelo camarim e pelo pátio externo. O pátio externo encontra-se à frente do auditório e continua no corredor da entrada principal (figura 60). Ao longo de sua extensão foram previstos canteiros de plantas arbustivas como bromélias, rosas do deserto e moréias, enquanto ao centro haverá um canteiro maior que comporta espécies arbóreas como um mini flamboyant e a árvore símbolo de Sergipe, a mangabeira. A cobertura desse espaço será curva em polycarbonato com uma elevação em relação ao telhado do bloco do museu para possibilitar ventilação além da proveniente do corredor principal (Corte B, figura 72).

O auditório comporta 98 assentos, sendo dois deles espaços para pessoas cadeirantes. Esses assentos foram distribuídos em 7 fileiras de 14 assentos com elevações que possibilitassem uma curva de visibilidade agradável (Corte C, figura 66) tanto para assistir apresentações no palco quanto para exibição de filmes e vídeos no telão. O acesso ao palco e às fileiras ocorre através de rampas, enquanto o acesso à porta do Miniauditório é através de uma escadaria e de uma plataforma para cadeiras de roda. Também foi prevista uma saída de emergência. Para tratamento acústico do auditório será previsto um forro e painéis laterais acústicos no teto e nas paredes do espaço. Bem como o piso e a parede do fundo deverão ser revestidos com carpetes que possibilitem a absorção sonora.

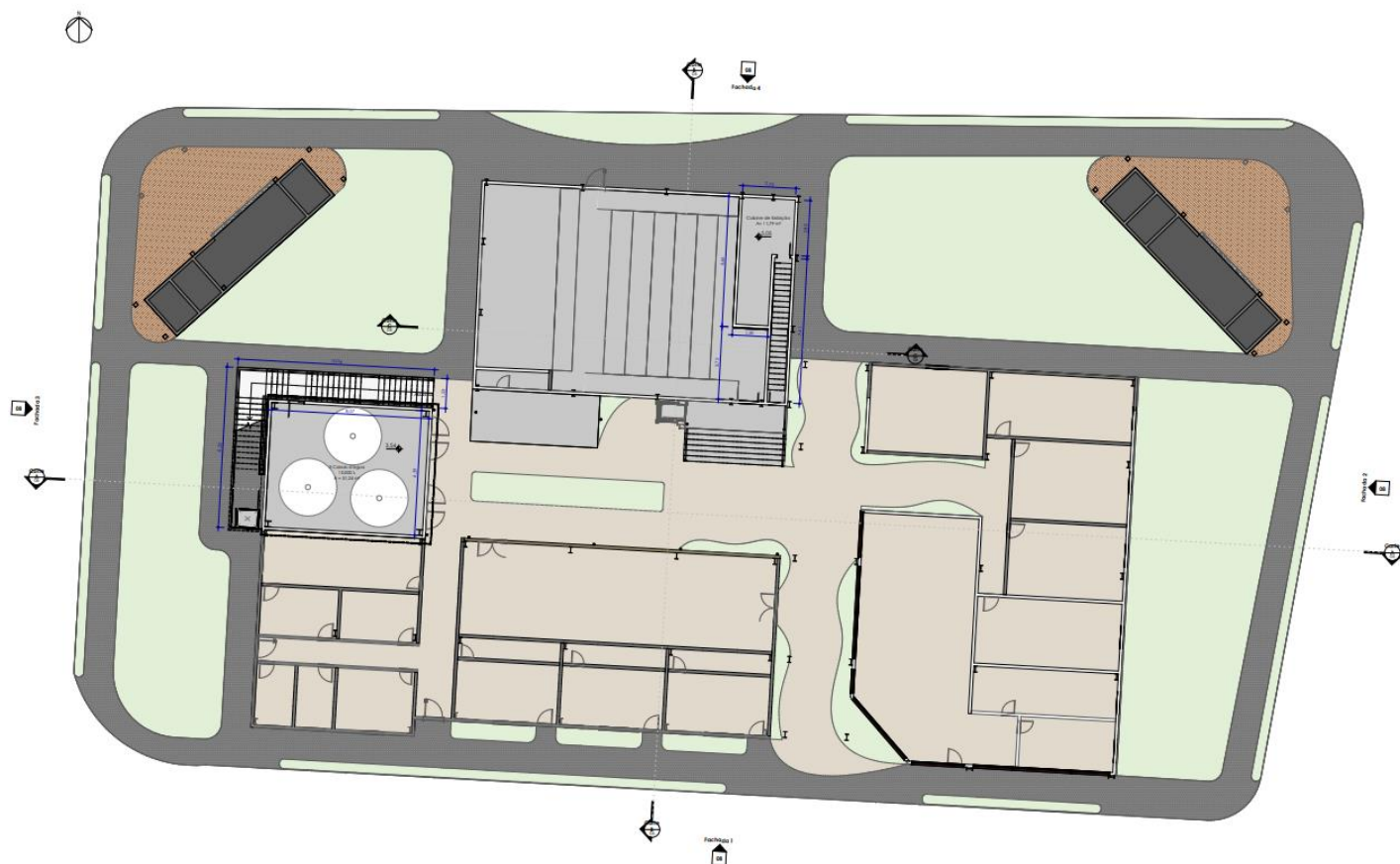
Figura 66 – Corte C



Fonte: Da autora, 2025

Existirá uma cabine de exibição ao fundo do auditório no segundo andar com acesso via escada cuja entrada estará ao lado da entrada principal do auditório (figura 67). Em complemento ao Miniauditório foi previsto um camarim próximo à entrada do centro ao Norte e que possui acesso direto ao palco.

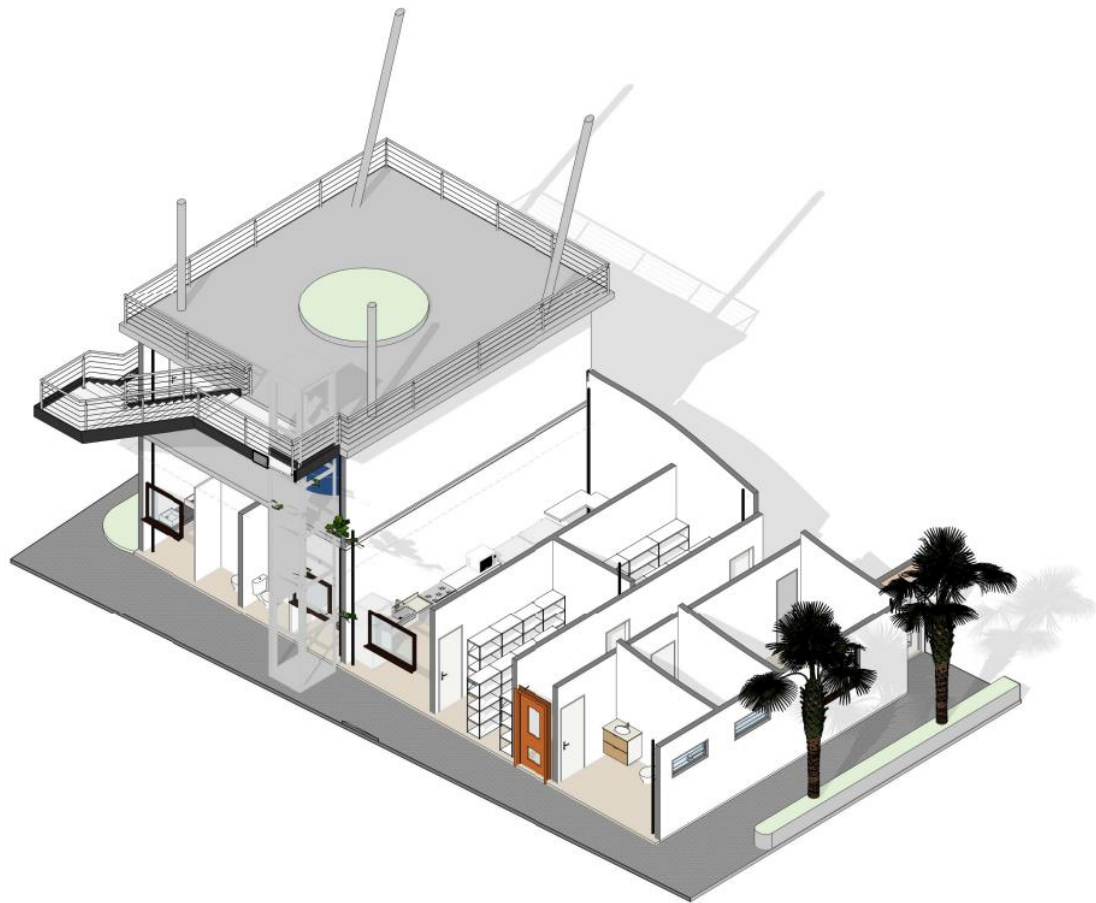
Figura 67 – Planta baixa pavimento superior



Fonte: Da autora, 2025

O quarto bloco (figura 68) é composto da parte técnica e de apoio para o Centro de Cultura, dessa forma, ele está localizado na fachada Oeste que costuma receber maior incidência de raios solares no período vespertino. Essa estratégia foi pensada para que as áreas de uso cultural e pátio interno possuam maior conforto térmico, já que serão as principais áreas de permanência. Nesse bloco estão os banheiros com 6 cabines e 1 banheiro PNE feminino e 3 cabines, 3 mictórios e 1 banheiro PNE masculino. Além desses, existem dois vestiários com chuveiro para uso exclusivo dos funcionários. Também faz parte da área técnica a copa pensada para comportar um freezer, um fogão, uma geladeira, uma pia, uma mesa com 4 cadeiras, um sofá de descanso e uma bancada conectada ao corredor para possibilitar eventos que sirvam lanches. Ligada à copa está um depósito juntamente com um almoxarifado para armazenar qualquer equipamento ou peça do centro. Além desses ambientes também existe a secretaria a administração do centro. Próxima a essa área técnica foram previstas duas entradas secundárias para os funcionários.

Figura 68 – Vista bloco técnico



Fonte: Da autora, 2025

Nesse bloco também haverá um mirante acima da área dos banheiros e do pavimento das caixas d'água (figura 70). O acesso a esse mirante será através de um elevador panorâmico ou de escadas que se iniciam ao lado da entrada Norte do centro. Essas mesmas escadas darão acesso às caixas d'água. O mirante será cercado por um guarda-corpo com altura de 1,2 metros e possuirá bancos para que os visitantes possam admirar a vista e o rio Sergipe localizado à oeste do centro. A cobertura do mirante será curva com pilares e vigas em estrutura metálica e com telha termoacústica.

Para estimativa da quantidade de caixas d'água necessárias foi realizado um cálculo com base na tabela da Norma técnica – NT/SAAE – 003/2017 para dimensionamento de reservatórios de água fria que estipula 50 litros por dia e por pessoa para edifícios públicos ou comerciais. Assim, considerando a lotação do Centro de Cultura com aproximadamente 300 pessoas distribuídas pelos seus ambientes e dois dias de armazenamento de água, obteve-se o valor de 30 mil litros. Optou-se por distribuir esses 30 mil litros em 3 caixas d'água de 10 mil litros cada. Na figura 67 é possível observar o ambiente previsto para localização das caixas d'água.

79

Figura 71 – Vista quiosque



Fonte: Da autora, 2025

No Corte B, (figura 72) é possível observar o interior da loja das catadoras, do museu, o pátio e o auditório, além das espécies escolhidas para compor o paisagismo do centro. Também se observa as coberturas curvas e o mirante ao fundo.

Figura 72 – Corte B



Fonte: Da autora, 2025

Já no Corte A (figura 73), são visíveis a incubadora cultural, a biblioteca, o pátio interno, os banheiros, caixas d'água e o mirante. Na parede externa do museu, voltado para o pátio interno, haverá um mural pintado por artistas locais representando elementos significativos do patrimônio cultural da Barra dos Coqueiros.

Figura 73 – Corte A



Fonte: Da autora, 2025

Um dos aspectos marcantes da arquitetura do Centro de Cultura é a volumetria de suas coberturas (figura 76 e 77). Elas possuem formato curvo lembrando ondas para remeter à hidrografia do município e ao encontro do rio com o mar ao sul da Barra dos Coqueiros. Essa cobertura seria em telha termoacústica sustentada por vigas metálicas calandradas como observado no corte B (figura 73). Por terem formato curvo, na união entre os pedaços da cobertura haverá calhas conectando-os e possibilitando o escoamento das águas pluviais.

O centro foi pensado para ser em estrutura metálica por ser uma opção mais sustentável em comparação com estruturas convencionais de concreto armado. Assim os pilares serão metálicos apoiados em chapas de base, sendo que, os pilares dos banheiros, por precisarem sustentar as caixas d'água serão mais robustos que os demais. Os pilares e vigas calandradas foram representados com perfil W enquanto as demais vigas seriam perfis tubulares retangulares (figuras 74 e 75). Apenas os pilares metálicos da cobertura do mirante serão tubulares circulares. As peças estruturais foram pensadas em caráter preliminar e poderão ser adaptadas no perfil e dimensão que se enquadre com o dimensionamento do cálculo estrutural para essa estrutura.

Figura 74 – Perfil metálico W

Figura 75 – Perfil metálico tubular retangular



Fonte: Brasfer, 2020



Fonte: Pessoas Aço, 2023

Os elementos estruturais metálicos deverão receber tratamento anticorrosivo com pintura, por exemplo, que precisará de manutenção frequente ao longo dos anos ou com galvanização. Para fins de estudo preliminar não serão dimensionados os perfis metálicos, nem suas ligações ou chapas, será apenas previsto sua distribuição no espaço e posicionamento.

Figura 76 – Perspectiva 1 Centro de Cultura



Fonte: Da autora, 2025

Quanto aos revestimentos e pintura do Centro de Cultura, foi pensado em utilizar internamente piso de porcelanato técnico específico para PEI 5, ou seja, para ambientes de alto tráfego. Para as paredes de alvenaria das demais fachadas que realizam o fechamento do espaço, será utilizado tinta apropriada para área externa com acabamento em textura.

Figura 77 – Perspectiva 2 Centro de Cultura



Fonte: Da autora, 2025

Assim, foi possível desenvolver o estudo preliminar do Centro de Cultura da Barra dos Coqueiros. As plantas baixas, cortes, elevações e perspectivas estarão nos Apêndices 2 a 11 do documento.

8 Reflexões Finais

A realização deste trabalho permitiu compreender a relevância do patrimônio cultural imaterial da Barra dos Coqueiros e a urgência de estratégias para sua valorização e preservação. O crescimento desordenado do município, aliado à pressão de empreendimentos imobiliários e à falta de planejamento urbano que oriente esse desenvolvimento, vem ameaçando diretamente a continuidade das práticas tradicionais de comunidades como catadoras de mangaba, pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas e artesãos. Essas populações, historicamente responsáveis pela manutenção de saberes e fazeres vinculados ao território, encontram-se em situação de vulnerabilidade diante das transformações sociais, ambientais e econômicas em curso.

A metodologia adotada, fundamentada em rodas de conversa e no diálogo direto com os grupos tradicionais, possibilitou não apenas levantar informações, mas também construir um processo participativo de diagnóstico e proposição. Esse contato evidenciou demandas urgentes, como espaços de visibilidade, comercialização e transmissão intergeracional de saberes, além da necessidade de ambientes de encontro, formação e celebração cultural.

O estudo preliminar do projeto de um Centro de Cultura surge, assim, como resposta a essas demandas, propondo um equipamento que vai além do aspecto físico da arquitetura: constitui-se como espaço de resistência, fortalecimento identitário e integração entre comunidades tradicionais, demais moradores do município e turistas. A proposta também aponta para a importância de conciliar desenvolvimento urbano e preservação cultural,

reafirmando que a modernização não deve significar apagamento, mas sim convivência e complementaridade entre diferentes formas de viver e produzir cultura.

Conclui-se, portanto, que a implantação de um Centro de Cultura na Barra dos Coqueiros representa uma ferramenta social, educativa e simbólica. Seu papel é o de assegurar a continuidade das práticas extrativistas, reforçar o sentimento de pertencimento e promover o direito à memória coletiva, contribuindo para o fortalecimento da cultura local.

Referências Bibliográficas

_____. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003.**

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf> acesso em: 11 fev. 2025

_____. **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais de 1982.** Disponível em:

<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%A2ncia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2025

ALCÂNTARA, Livia. **Guia socioambiental da imprensa: povos e comunidades tradicionais** (indígenas, quilombolas e extrativistas). Mato Grosso: Operação Amazônia Nativa – Opan, 2020. 158 p.

ALVAREZ, Lucas Tasso. **Sustentabilidade e forma urbana em áreas centrais de cidades médias: uma análise de Franca (SP) e Uberaba (MG).** 2021. 195 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.586>.

AMBIENTEC CONSULTORIA LTDA (Sergipe). **Relatório de Impacto Ambiental – Ponte sobre o Rio Sergipe.** Aracaju: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Sergipe Der/Se – Seinfra, 2004. 233 p.

BARRA DOS COQUEIROS (Município). **Lei Complementar nº 2, de 4 de novembro de 2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barra dos Coqueiros e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Barra dos Coqueiros, Barra dos Coqueiros, SE, 5 nov. 2008.

BARRA DOS COQUEIROS (Município). **Lei Municipal nº 1.048, de 22 de outubro de 2021.** Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Barra dos Coqueiros e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Barra dos Coqueiros, Barra dos Coqueiros, SE, 23 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Regulamenta a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 ago. 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos povos indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura (MINC). **Portaria nº 85, de 8 de novembro de 2023.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2023.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais.** Brasília: Educarte, 2008. 199 p.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS — CONAQ. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil.** Curitiba: Terra de Direitos, 2018. 196 p.

CORRÊA, Maíra Leal. **Quilombo Camburi.** Belo Horizonte: Terra de Quilombos, 2016. 16 p.

COSTA, H. S. de M. **Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], n. 2, p. 55, 2000. DOI: 10.22296/2317-1529.2000n2p55. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/37>. Acesso em: 17 maio. 2025.

COSTA, H. S. M. **Planejamento e ambiente em regiões metropolitanas.** In: MARTINE, G. (Ed.) OJIMA, R., BARBIERI, A. F., CARMO, R. L. (Co-Orgs.) População e Sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira. Belo Horizonte: ABEP, p. 107-122, 2012.

ESTRELA, Lillian Mércia Benevenuto. **Populações tradicionais e reservas extrativistas: para quem habita esses territórios protegidos, quais fatores emergem como essenciais ao bem-estar e qualidade de vida?** 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FILGUEIRAS, Andrea Carla Peixoto; TEIXEIRA, Carla Fernanda Barbosa. **Diagnóstico do impacto do adensamento populacional na paisagem urbana de Barra dos Coqueiros-SE.** In: I SEMINÁRIO DA PAISAGEM URBANA E SUSTENTABILIDADE, 1., 2017, São Cristóvão. Anais I SEPAS. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017. p. 138-147.

FEITOSA, Flavia Regina Sobral et al. **Impactos ambientais no litoral norte de Sergipe (Brasil): O caso do município da Barra dos Coqueiros**. Revista Brasileira de Meio Ambiente, São Cristóvão, v. 4, n. 1, p. 176-190, 2018.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A ação estado-capital na produção do espaço e a expropriação das comunidades tradicionais no município de Barra dos Coqueiros/SE**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2016.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Iphan, 2000. 156 p.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília: Iphan, 2012. 35 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006**. Define os procedimentos para a inscrição de bens culturais no Livro de Registros das Formas de Expressão e no Livro de Registros de Saberes, previstos na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2006.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar**. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007.

LIMA, Paulo Cesar Vicente de. **Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Belo Horizonte: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) - Ministério Público de Minas Gerais (Mpmg), 2014. 49 p.

MOREIRA, Gilsélia Lemos; TREVIZAN, Salvador D. P. **O processo de (re)produção do espaço Urbano e as transformações território ambientais: Um estudo de caso**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 3(2): 78-90, Dezembro – 2005.

PASSOS, Gilda Santana; SILVA, Hebert Ruan da Conceição; SANTOS, Genésio José dos. **Geografia e prática investigativa: diagnóstico socioambiental da comunidade quilombola Pontal da Barra**. 2017.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2013. 116 p.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006. 26 v.

PENNA, N. **Brasília: Do Espaço Concebido ao Espaço Produzido. A dinâmica de uma metrópole planejada**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH. USP 2000.

PENNA, Nelba Azevedo. **Urbanização, Cidade e meio ambiente**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 6, n. 2, p. 125–140, 2002.

PORTAL VITRUVIUS. **Centro Comunitário Camburi**. Projetos, São Paulo, ano 19, n. 217.01, Vitruvius, jan. 2019 <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/19.217/7186>.

RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo... [et al.]. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe: situação atual e perspectivas**. Brasília, DF: Embrapa, 2017. PDF (55 p).

ROMERO, Gustavo et al. **La participación en el diseño urbano y arquitectónico en la producción social del hábitat**. México: Cyted, 2004. 134 p.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Padova: Marsilio, 1966

SAMPAIO, Juliana; SANTOS, Gilney Costa; AGOSTINI, Marcia; SALVADOR, Anarita de Souza. **Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano**. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1299–1311, 2014

SILVA, Célia Vanderlei da. **O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais**. 2014. 108 f. TCC (Pós Graduação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2014.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Quilombo Pontal da Barra**. Belo Horizonte: Fafich, 2016. 16 p.

SOUZA, Nara Vieira de. **Entre redes, linhas, tarafas e puçás: o cotidiano do pescador barra-coqueirense em meio ao contexto urbano e a dimensão socioambiental**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SETORE, Sergipe (Estado). **Lei nº 7.082, de 16 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre [título da lei, se disponível] e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, SE, 17 dez. 2010.

SERGIPE (Estado). **Lei nº 7.082, de 16 de dezembro de 2010**. Reconhece as catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o autorreconhecimento como critério do direito e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, SE, 17 dez. 2010.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro Roda de Conversa

Introdução: Apresentação dos participantes. Momento de fazer uma explicação a respeito do trabalho, informar como funcionará o momento e alinhar expectativas.

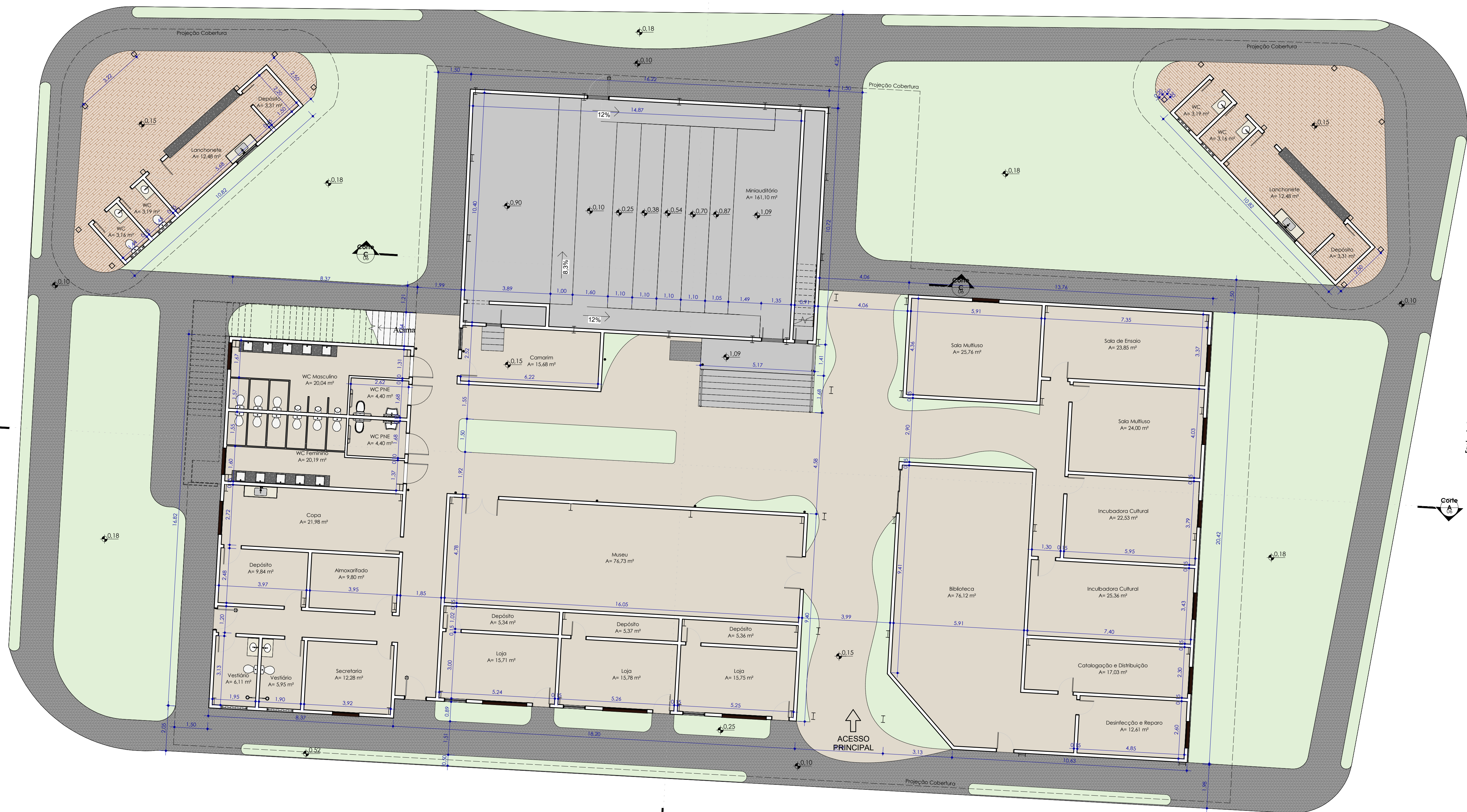
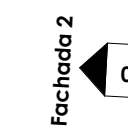
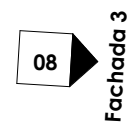
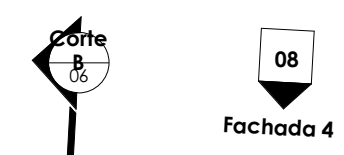
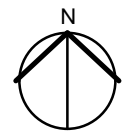
Diagnóstico Participativo: Momento efetivo de discussão em que serão realizadas as conversas guiadas.

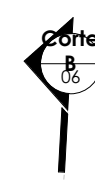
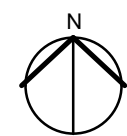
- 1) Coleta de dados: Coletar informações básica sobre a comunidade. São elas: Quantidade de pessoas, perfil dos moradores (idade e gênero), localização, condições de moradia, serviços disponíveis (água, luz, esgoto e transporte), infraestrutura urbana (proximidade com áreas de lazer, centros de saúde e escolas).
- 2) Histórico e Cultura: entendimento mais aprofundado sobre a comunidade.
 - a) Como surgiu a comunidade?
 - b) Por que a comunidade tem esse nome?
 - c) Quais acontecimentos mais importantes?
 - d) Quais fontes de renda antigamente e na atualidade? Como se mostra a economia atualmente?
 - e) Sobre meio ambiente: Quais e como eram os recursos naturais? Como se caracterizam hoje?
 - f) Quais festas comemorativas são praticadas hoje em dia?
 - g) Quais religiões eram e são praticadas?
- 3) Problemática: Entendimento sobre os problemas existentes e dificuldades da comunidade. Quais os problemas que mais afetam a comunidade hoje em dia?

Pré-Programa de Necessidades: Início da etapa 3 de Planejamento com discussão sobre implantação do Centro de Cultura através de perguntas orientadoras:

- a) Qual a opinião dos participantes sobre a implantação de um Centro de Cultura voltado para as comunidades?
- b) Quais atividades propostas pela comunidade no Centro de Cultura? Como poderiam ser organizadas?
- c) O que gostariam que tivesse no espaço? (Ambientes)
- d) De quais recursos e equipamentos precisariam?

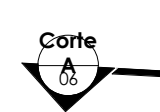




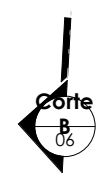
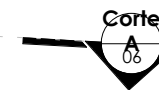


08
Fachada 4

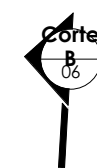
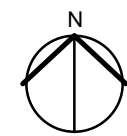
08
Fachada 3



08
Fachada 2

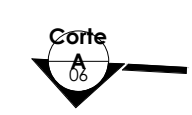


08
Fachada 1

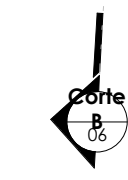
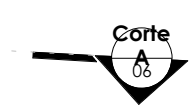


Fachada 4

Fachada 3



Fachada 2



Fachada 1

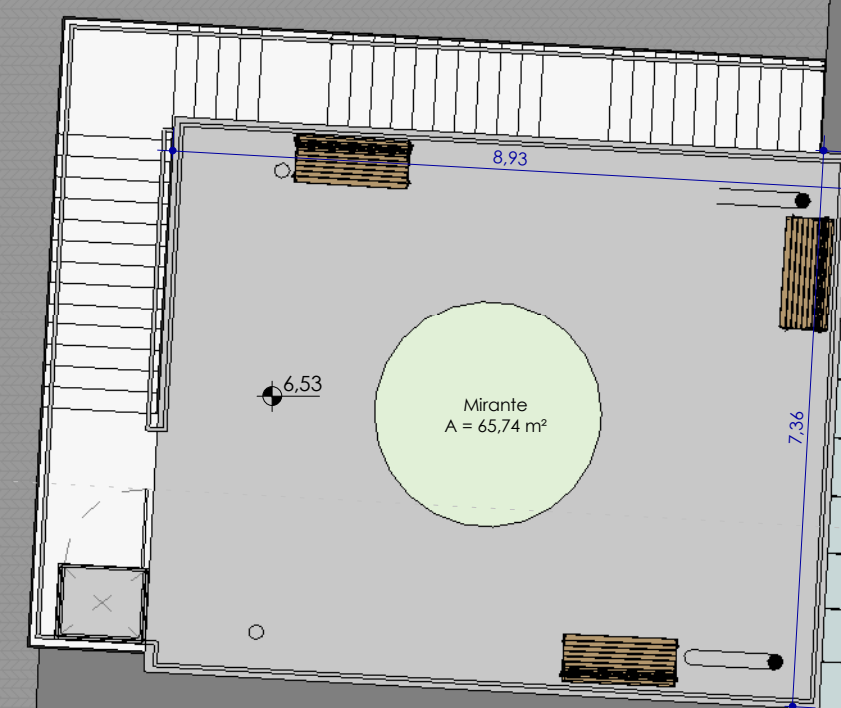
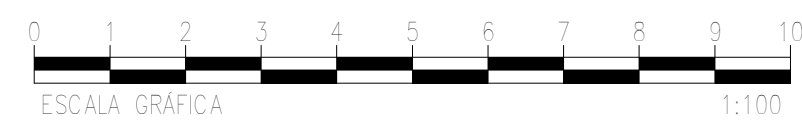
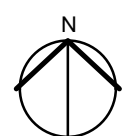




Imagem	Nome popular	Nome científico	Quantidade	Porte	Luz	Solo	Especificações	Imagem	Nome popular	Nome científico	Quantidade	Porte	Luz	Solo	Especificações
	Amendoeira-da-praia	Terminalia catappa	3	8–15 m	Sol pleno	Solo arenoso, bem drenado	Resistente à maresia, ótima sombra		Mini flamboyant	Caesalpinia pulcherrima	1	2–4 m	Sol pleno	Solo fértil, bem drenado	Flores vistosas, ideal para ornamentação
	Bromélia (Guzmania)	Guzmania lingulata	16	0,3–0,6 m	Meia-sombra	Solo leve, rico em matéria orgânica	Muito ornamental, flores coloridas e duradouras		Moreia	Diets bicolor	52	0,5–0,7 m	Sol pleno a meia-sombra	Solo fértil, bem drenado	Floração frequente, fácil manutenção
	Costela-de-adão	Monstera deliciosa	14	2–5 m	Meia-sombra	Substrato rico em matéria orgânica	Regas regulares, excelente para vasos		Palmeira Cica	Cycas revoluta	10	1–2 m	Sol pleno	Solo fértil, bem drenado	Rústica, resistente à seca, crescimento lento
	Jasmin-manga	Plumeria rubra	21	4–8 m	Sol pleno	Solo fértil, bem drenado	Flores perfumadas, ornamental		Palmeira de Guadalupe	Gaussia attenuata	7	8–12 m	Sol pleno	Solo fértil e úmido	Ornamental com tronco delgado
	Mangabeira	Hancornia speciosa	5	4–6 m	Sol pleno a meia-sombra	Solo arenoso, bem drenado	Espécie brasileira, frutos comestíveis		Rosa do deserto	Adenium obesum	5	1–3 m	Sol pleno	Solo arenoso, bem drenado	Resistente à seca, floração intensa
	Mangueira	Mangifera indica	1	10–20 m	Sol pleno	Solo profundo e fértil	Frutífera, sombra intensa		Trapoeira roxa	Tradescantia pallida	50	0,2–0,4 m	Sol pleno a meia-sombra	Solo fértil, úmido	Folhagem roxa ornamental, resistente



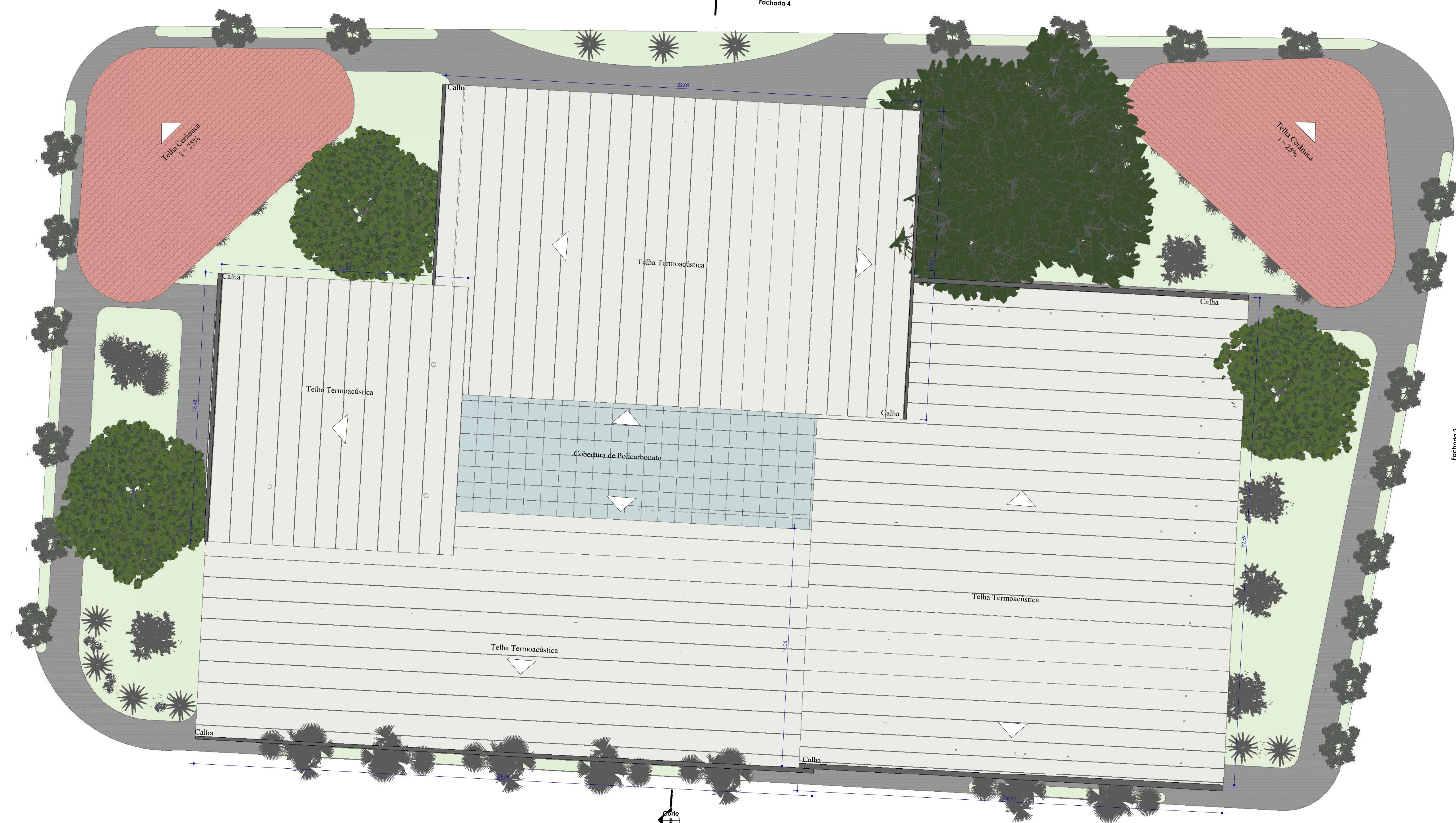


08
Fachada 3

08
Fachada 4

08
Fachada 2

08
Fachada 1



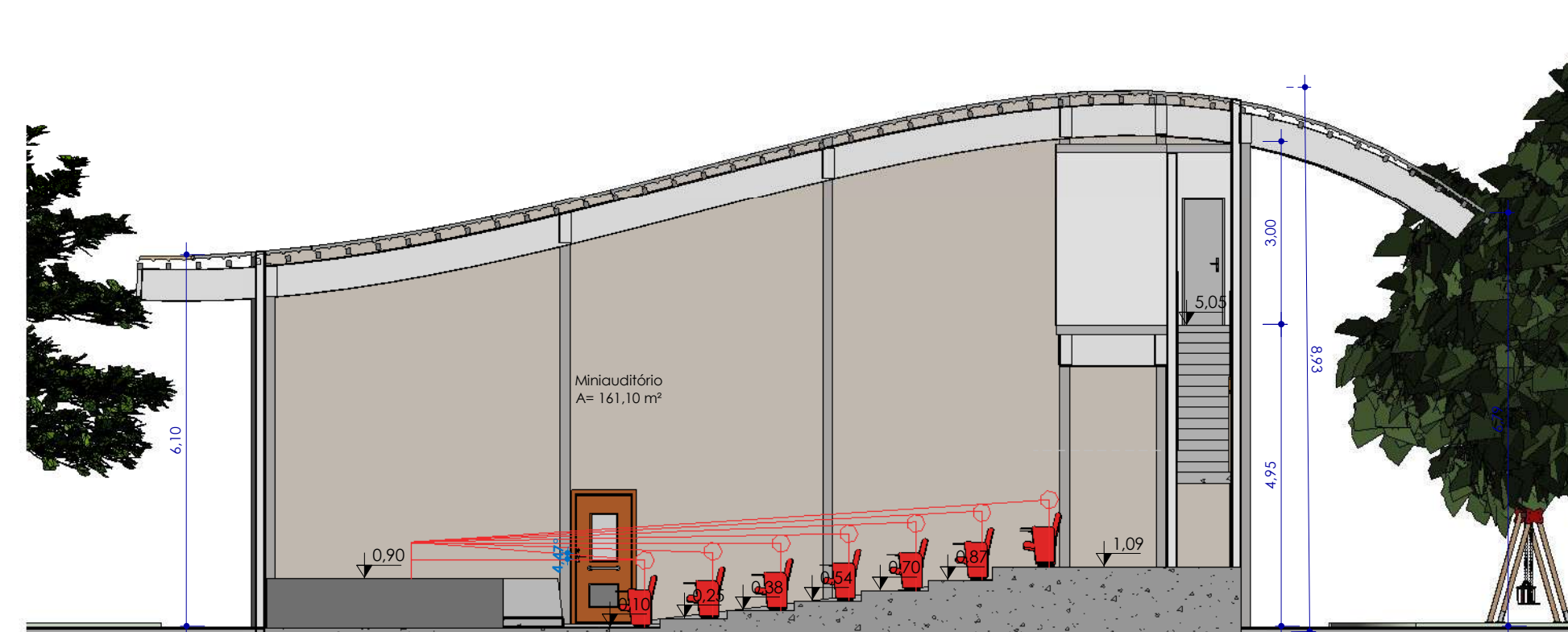


Corte A
ESC: 1 : 100

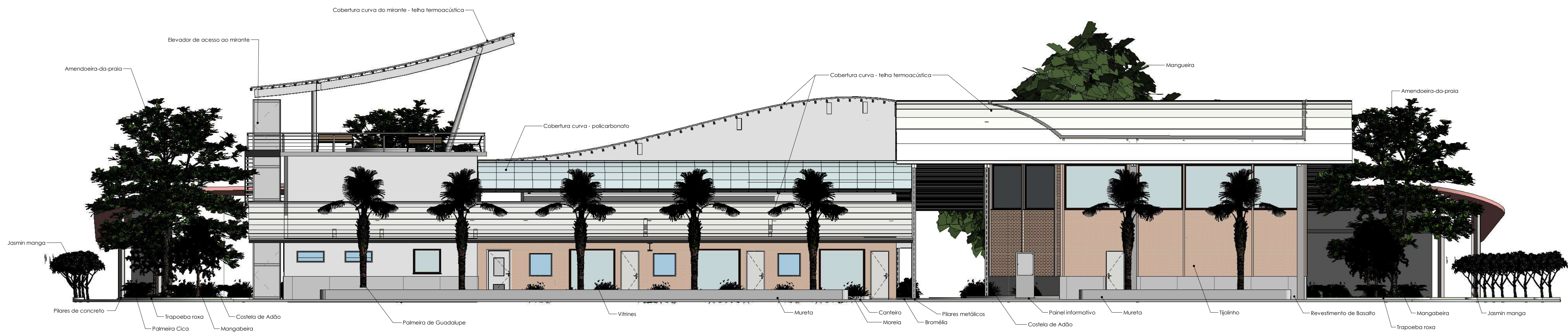
Proposta de mural



Corte B
ESC: 1 : 100



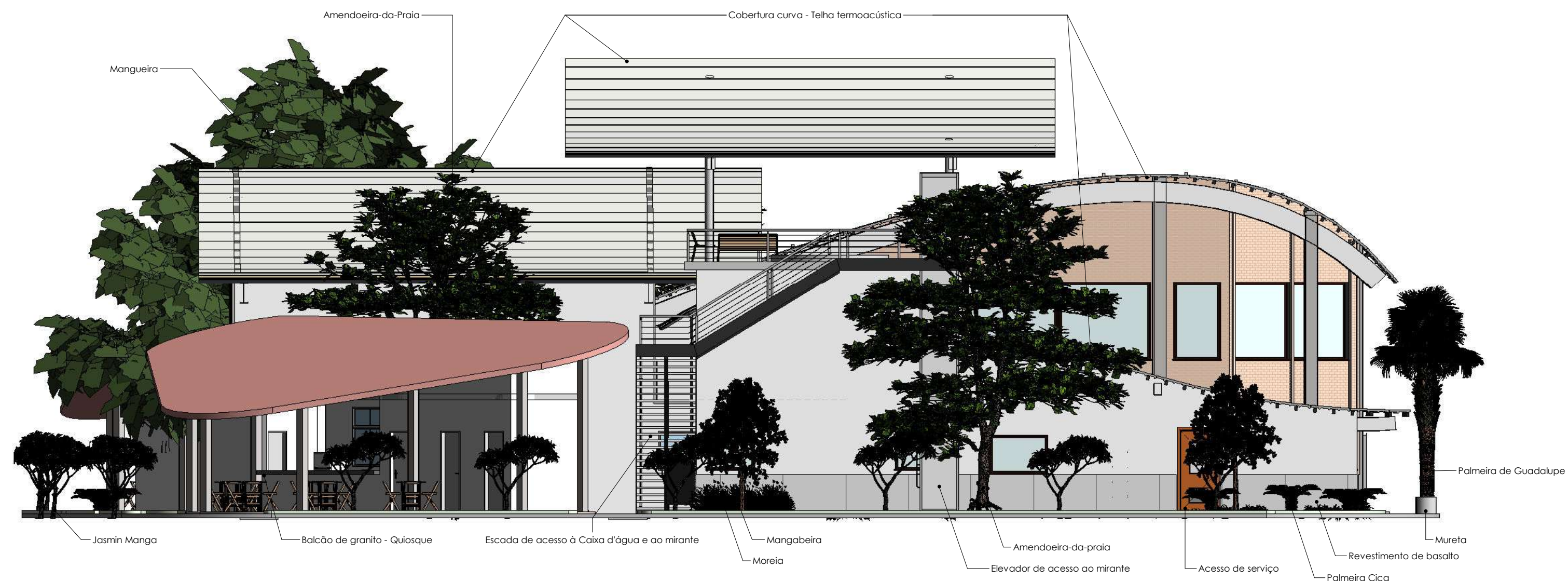
Corte C
ESC: 1 : 100



Fachada 1
ESC: 1 : 100



Fachada 2
ESC: 1 : 100



Fachada 3
ESC: 1 : 100



Fachada 4
ESC: 1 : 100

